



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GIOCONDA DE SOUSA SILVA LIMA

**“SOU NEGRA”: PROCESSOS DE ENEGRECIMENTO NOS CONTEXTOS
EMBRANQUECEDORES NA SOCIEDADE DE CONSUMO**

RECIFE/2019

GIOCONDA DE SOUSA SILVA LIMA

**“SOU NEGRA”: PROCESSOS DE ENEGRECIMENTO NOS CONTEXTOS
EMBRANQUECEDORES NA SOCIEDADE DE CONSUMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientação: Profa. Dra. Laura Susana Duque Arrazola.

RECIFE/2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L732s Lima, Gioconda de Sousa Silva.
“Sou negra”: processos de enegrecimento nos contextos
embranquecedores na sociedade de consumo / Gioconda de Sousa
Silva Lima. – Recife, 2019.
119 f.: il.

Orientador(a): Laura Susana Duque-Arrazola.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós- Graduação em Consumo, Cotidiano e
Desenvolvimento Social, Recife, BR-PE, 2019.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Enegrecimento 2. Racismo 3. Cotidiano 4. Consumo
5. Publicidade I. Duque-Arrazola, Laura Susana, orient. II. Título

CDD 640

GIOCONDA DE SOUSA SILVA LIMA

**“SOU NEGRA”: PROCESSOS DE ENEGRECIMENTO NOS CONTEXTOS
EMBRANQUECEDORES NA SOCIEDADE DE CONSUMO**

Dissertação elaborada pela mestranda Gioconda de Sousa Silva Lima sob a orientação da Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola para obtenção do Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Aprovação em _____ de _____ de 2019

Banca examinadora

Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Domésticas - UFRPE
Presidenta

Profa. Dra. Rebeca Oliveira Duarte
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação - UFRPE
Examinadora Externa

Profa. Dra. Rosa Maria de Aquino
Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Ciências Sociais - UFRPE
Examinadora Interna

Profa. Dra. Dayse Amâncio dos Santos Veras Freitas
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Domésticas - UFRPE
Examinadora Interna

DEDICATÓRIA

*À minha família e ao povo preto:
“Eu sou porque nós somos”*

AGRADECIMENTOS

Este realmente foi um trabalho construído por uma pessoa, mas viabilizado por inúmeras. Sem sombra de dúvidas, trata-se de um texto que explora a capacidade de resgates das vivências, e por isso, precisarei acessar as minhas para agradecer às pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que minha trajetória compreendesse (também) esse momento.

Agradeço imensamente à “mamãe” e “papai”, por terem ido além do clichê de me darem a vida. Por serem, Emília e José Carlos, mamãe e papai, com todos os afetos que essas palavras sintetizam. Muito obrigada pelo amparo emocional, pelo incentivo para continuar e manter-me com a cabeça erguida e o coração sereno. E, mais uma vez, agradeço pelo financiamento dessa pesquisa. Agradeço a vocês também por Márcia, Marcelo e Marcony. Amo vocês, família.

Irmã e irmãos, muito obrigada por sempre acreditarem em mim, me incentivarem, me defenderem, me prepararem para o mundo. Obrigada pelo amor que sempre tiveram por mim e que estenderam ao meu filho. Muito de mim é de vocês. Obrigada!

Paulo, missão cumprida! Fora do planejado, com muitas intercorrências, cansaço, dúvidas e muita, muita persistência, mas está aqui. Obrigada pelo incentivo diário, por viabilizar a produção e pelo financiamento dessa pesquisa. Obrigada por não me deixar desistir, ainda que eu não tenha pensado nisso. Sinto você me segurando...

Há cerca de 15 anos, comecei a pensar nessa pesquisa... Anos mais tarde, numa andança despreziosa, encontrei o PGCDs – UFRPE, participei do processo e pude realizar o projeto pensado anos antes. Meu muitíssimo obrigada a Stella D'Angelis, amiga de infância que, generosamente, me muniu de informações, textos e possibilidades.

Aos melhores “Coleguinhas” em linha reta da América Latina, nunca antes vistos nesse planeta, foi massa compartilhar esses 24 meses (um pouco mais) com vocês. Muitíssimo obrigada pela acolhida e carinho também ofertados ao Pedro Antônio. A experiência do Mestrado é intensa e de muitas possibilidades e variáveis, vocês ajudaram a torná-la leve, quando o cansaço chegava; vocês me incentivaram a fazer melhor, porque eu era/sou capaz; vocês dividiram o fardo, porque dissertar é

f***s demais! Valdecira, Priscila, Beatriz, Bruna, Isaac, Isabelle, João Guilherme, Kassia, Renan, Renata e Thereza, obrigada!!

Obrigada também às/aos melhores amigas/os do mundo, os meus e minhas!! Xs de infância, xs de adolescência, xs da vida adulta, xs de sempre ou de ontem. Xs que vieram comigo ou que foram presentes do casamento. Obrigada!!

Em 2016, ano bastante singular na minha história e que coincide com a afirmação da minha participação na luta antirracista, viabilizou encontros potentes que carrego para a vida. Obrigada ao GT e Comissão de Enfrentamento ao Racismo do CRP-02. Estendo meus agradecimentos à Comissão de Direitos Humanos, pela amizade fortalecida enquanto nos apropriávamos da missão a ser cumprida.

Ao Quilombo AfroPai, meus agradecimentos pela acolhida, pelas discussões acaloradas e inspiradoras; pelo lugar de cuidado, afeto e fortalecimento; pela possibilidade de ver sob diversas óticas. Vocês fizeram, fazem e farão diferença na minha vida e na de tantas outras pessoas. Sigamos juntxs! Paulo, obrigada por me aquilombar com você...

O caminhar pelo fortalecimento da minha negritude inicia pela Psicologia, por mulheres negras que circulavam pela militância e pela academia. Jesus Moura, obrigada por ter insistido e tantas vezes feito os convites. Enfim enxerguei tua mão, estou segurando. Ceça Costa, obrigada pela acolhida, confiança e cutucões. Também enxerguei a sua mão e a estou segurando.

Obrigada às/aos docentes do Programa, que nos instigaram a um pensamento crítico, bem embasado e na construção de uma proposta que considerasse o outro. Em especial, agradeço a Laura, minha orientadora, que nos momentos mais difíceis me ajudou a manter a serenidade e a credibilidade em mim.

Agradeço também às pessoas que compuseram a banca de qualificação e defesa pela disponibilidade do tempo e generosidade nas contribuições.

Por fim, agradeço ao meu filho, Pedro Antônio. Sua existência nesse mundo me emociona e me encoraja. Espero poder estar presente na maioria dos seus momentos inesquecíveis. Esta produção também é por e para você. Amo mais que tudo e infinitamente.

RESUMO

A presente pesquisa visou discutir o consumo e o cotidiano perpassados pela dimensão racial, buscando refletir sobre os aspectos dessa relação para mulheres de raça negra. Considerando a inserção em uma cultura orientada pelo capital e sob forte influência do mercado, que usa o poder da mídia para manter a ordem social (branca, burguesa e patriarcal) vigente, o presente estudo pretendeu entender as relações entre a identidade negra, embranquecimento e cultura de consumo para as mulheres negras. Para tanto, considerou-se a bibliografia existente e relevante, à luz das/os autoras/es, cientistas sociais, que discutem temas como sociedade, cotidiano, racismo, consumo, indivíduo/sujeito, norteadando e provocando a reflexão. Foram utilizadas também publicidades que instigam o debate e reforçam a proposta de uso enquanto uma ferramenta de manutenção da ordem social, favorecendo o embranquecimento e o racismo. Considerando tratar-se de pesquisa qualitativa, o procedimento metodológico privilegiado foi a realização de entrevistas semi-orientadas com interlocutoras voluntárias, a partir de uma amostra não-probabilística. As posteriores análise e discussão foram inspiradas na teoria das práticas discursivas e produção de sentidos, visando a valorização das vivências compartilhadas pelas interlocutoras e as elaborações decorrentes das provocações desse estudo. O diálogo com as voluntárias aponta para uma tomada de consciência que modifica percepções de situações vivenciadas e alteram modos de estar no mundo, para além da sobrevivência individual, há uma percepção coletiva de como o racismo atinge as pessoas negras e da importância de movimentos de fortalecimento e do enegrecimento como forma de resistência. A realização desta pesquisa é concebida em agradecimento para todas as pessoas negras que lutaram pelo reconhecimento e conquista da igualdade. Sendo proposta como instrumento de promoção de autoafirmação para a luta do enfrentamento ao racismo, com vistas à contribuição para um novo processo de educação e socialização.

Palavras-chave: Enegrecimento, Racismo, Cotidiano, Consumo, Publicidade

ABSTRACT

This research aimed to discuss the consumption and daily life permeated by race bias, seeking to reflect on the aspects of this relationship for black women. Considering the insertion in a capital-oriented culture under strong market influence, which uses the power of the media to maintain the prevailing social order (white, bourgeois and patriarchal), This study aimed to understand the relationships between black identity, whitening and consumer culture for black women. Therefore, the existing and relevant bibliography was considered, in the light of the authors, social scientists, who discuss topics such as society, daily life, racism, consumption, individual / subject, guiding and provoking reflection. Advertisements were also used to stimulate debate and reinforce the proposed use as a tool for maintaining social order, favoring whitening and racism. Considering that this is a qualitative research, the privileged methodological procedure was to conduct semi-oriented interviews with voluntary interlocutors, from a non-probabilistic sample. The subsequent analysis and discussion were inspired by the theory of discursive practices and meaning production, aiming at the valorization of the experiences shared by the interlocutors and the elaborations resulting from the provocations of this study. Dialogue with the volunteers points to an awareness that changes perceptions of situations experienced and change ways of being in the world, beyond individual survival, there is a collective perception of how racism affects black people and the importance of strengthening movements. and blackening as a form of resistance. This research is conceived in gratitude to all black people who fought for the recognition and achievement of equality. Being proposed as an instrument to promote self-affirmation for the fight against racism, with a view to contributing to a new process of education and socialization.

Keyword: Blackness, Racism, Daily life, Consumption, Advertising

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	18
1.2 Problema de pesquisa	21
1.3 Objetivos	21
1.3.1 Geral	21
1.3.2 Específicos	21
1.4 Metodologia: Cursos e intercursos	21
1.4.1 Abordagem da pesquisa	21
1.4.2 Quem são as interlocutoras e de onde falam?	23
1.4.3 Uma entrevista em tom de conversa	25
2. A SOCIEDADE BRASILEIRA E A QUESTÃO RACIAL	29
2.1 O Estado brasileiro e a questão racial	31
2.2 O Estado brasileiro e as leis racializadas	35
2.3 A racialização social	43
3. NEGRITUDE E CONSUMO NO PROCESSO DO ENEGRECER	51
3.1 Sociedade de Consumo	51
3.2 Consumo e cidadania	54
3.3 Publicidade e pessoas negras	55
4. MULHERES NEGRAS: MOVIMENTO E IDENTIDADE	66
4.1 Movimentos pela negritude	69
4.2 Identidade e Resistência	73
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS DISCURSOS E OS SENTIDOS PRODUZIDOS.	80
5.1 As origens familiares e a consonância social	81
5.2 Racismo e potência adoecedora	85
5.3 Pressão social e embranquecimento	90
5.4 Publicidade e negritude	92
5.5 Feminismo e processos de enegrecimento	94
5.6 Práticas de consumo	101
CONCLUSÃO: FINALIZANDO E NOS DESPEDINDO	106
BIBLIOGRAFIA	111
APÊNDICE 1	117
APÊNDICE 2	118

1. INTRODUÇÃO

Considerando uma formação em Psicologia, a presente dissertação, baseada numa pesquisa exploratória de caráter qualitativo, desenvolvida por mim, enquanto mestranda do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco, é um marcador do começo do meu desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes ao Consumo. Diante da peculiaridade de uma percepção integral que prioriza a categoria racial e cuja população de interesse encontra-se, em sua maioria, nas camadas sociais mais precarizadas, vulnerabilizadas, me exigiu adentrar a realidade empírica a ser pesquisada, interpondo-se a outras relevantes questões da realidade a ser melhor conhecida e compreendida. Tal imersão me levou a um ir e vir que, no entanto, enriqueceu meu processo pessoal de pesquisadora e o desenrolar da dissertação.

O desafio das abordagens metodológicas presentes no campo das ciências sociais e humanas (no qual se insere este estudo) exigiram cuidados nesse ir e vir da pesquisa, neste caso, as marcas na subjetividade de mulheres negras pelas suas vivências cotidianas numa sociedade racista, sexista e classista. A problemática da pesquisa relacionada a consumo-publicidade-pessoas negras, fora me instigando e desafiando o conhecimento à compreensão de uma sociedade estruturada historicamente por relações sociais desiguais, opressão, contradições e discriminações de raça, gênero, classe, orientações sexuais, entre outras. O que foi exigindo outros percursos teóricos e metodológicos em relação aos quais iniciamos uma aproximação nesta dissertação.

Entre as relações sociais desiguais da histórica sociedade capitalista e suas modalidades contemporâneas como sociedade de consumo estão as relações sociais de classe, de gênero e raciais. Embora distintas, compartilham particularidades que se refletem, também, nas relações e práticas de consumo, seja de forma evidente, ou não.

Em 2004 foi publicado o *Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil*, sendo esta a 4ª edição de uma série iniciada em 1998. Nesta, observa-se a inclusão do marcador racial para a composição da pesquisa, que denuncia dados alarmantes sobre a mortalidade dos/as jovens brasileiros/as que são vitimados/as pela violência,

sinalizando a necessidade de um olhar mais cuidadoso quanto à manutenção da vida, direito primordial quando se consideram os Direitos Humanos.

A pesquisa¹, fomentada pelo Instituto Ayrton Senna, a Unesco e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, publicada pelo Mapa IV, estabeleceu o período entre 1993 e 2002 para a coleta e análise dos dados. Embora leve em consideração a questão racial, a informação obtida é analisada de forma breve e mais superficial, não trazendo ponderações sobre as regiões brasileiras caracterizadas pelas desigualdades regionais e sociais entre elas, caso da região Nordeste quando comparamos com o Sudeste e o Sul brasileiro. A pesquisa também não aponta possíveis causas para dados tão discrepantes quando se considera a raça dos jovens vitimados.

Pelos dados disponibilizados pelo Subsistema de Informações de Mortalidade, foi possível verificar que:

a) a taxa de homicídios da população negra é bem superior à taxa de homicídios da população branca. Se na população branca a taxa de homicídios é de 20,6 em 100.000 na população negra é de 34,0 em 100.000, isto é, a proporção de vítimas de homicídios entre a população parda ou preta é 65,3% superior à branca. (WAISELFISZ, 2004, p.56)

Em Junho de 2019, ano de conclusão e defesa desta dissertação, foi publicado o *Atlas da violência*² oriundo de um amplo levantamento realizado em conjunto pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O estudo analisou informações sobre os homicídios que aconteceram entre 2007 e 2017 no Brasil.

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. (...) A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de

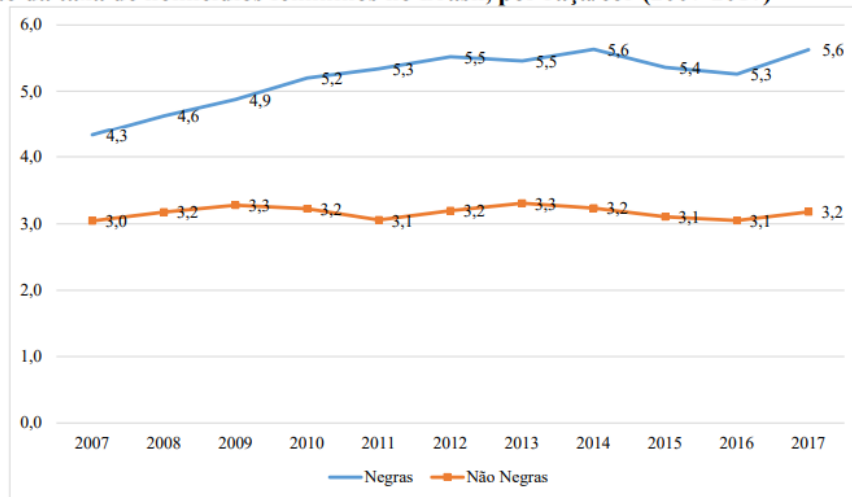
1 Em 1998 foi publicado o primeiro Mapa da Violência: Os jovens do Brasil, uma produção entre o Instituto Ayrton Senna e a UNESCO, em virtude dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a pesquisa visava contribuir para a discussão e chamar a atenção para a alta mortalidade da juventude brasileira. Neste, os dados traziam basicamente uma comparação entre os tipos de violência que levaram ao óbito, a faixa etária e o Estado/Cidade, considerando os anos entre 1979 e 1996. Em 2000 foi publicado o Mapa da Violência II, que trazia o acréscimo do dado de gênero, identificado na publicação como "sexo". O Mapa da Violência III, publicado em 2002, assim como os Mapas I e II, não apresenta em nenhuma de suas análises o marcador racial como referência a ser considerada para a compreensão dos dados e distinção dos números e fatores de óbitos.

2 O primeiro Atlas da Violência foi publicado em 2016 e levou em consideração as informações sobre homicídios que aconteceram entre 2004 e 2014. Os marcadores de gênero e raça podem ser observados na constituição da análise dos resultados.

todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas. (Ipea & FBSP, 2019, p.38-39)

GRÁFICO 1
Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil

GRÁFICO 4.4
Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Ipea

A população negra no Brasil não começou a morrer a partir de 1998, ano de referência da pesquisa publicada no Mapa IV. As pessoas negras no Brasil morrem desde que sobreviveram à travessia escravista imposta por portugueses em direção ao Brasil. Travessia esta, feita em naves, tumbeiros ou, mais popularmente conhecidos, “navios negreiros”, desde a África, pelo Oceano Atlântico, quando aqui chegaram. O mesmo processo de escravização ocorreu nas colônias sob o domínio espanhol nas Américas. Transformados/as em mão de obra escravizada³, os

³ Ao longo do trabalho, será utilizado o termo “pessoa escravizada” sempre que se fizer menção ao que no passado fora denominado/a como “escrava/o”. Assume-se com essa opção, um comprometimento político de enfrentamento ao racismo e a tentativa de não corroborar com a ideia que despersonaliza o sujeito ao denominá-lo “escravo”, sendo, portanto, uma coisa, de propriedade de alguém. Ressalta-se também, com o uso do termo “pessoa escravizada”, a situação que foi imposta às pessoas de raça negra, sequestradas de seu continente e violentadas das mais diversas formas.

homens e mulheres vindos/as do continente africano foram trazidos/as para trabalhar nas terras conquistadas e expropriadas pelos europeus da população nativa (indígenas).

Sequestradas de suas terras de origem no continente africano, as pessoas negras foram escravizadas, embarcadas em navios negreiros, separadas de seus familiares e irmãos de etnia, dificultando e, até mesmo, impedindo a comunicação uns com os/as outros/as. O agrupamento de pessoas de diferentes nações e línguas tinha o objetivo de, pelo impeditivo da comunicação, não conseguissem unir forças contra seus algozes.

Ao contrário dos ameríndios, que se defrontaram com os colonizadores organizados em sociedade tribal, os africanos chegaram ao Brasil já destruídos, arrancados do meio social originário e convertidos à força em indivíduos dessocializados. O tráfico arrebanhou negros procedentes de numerosas etnias, heterogêneas do ponto de vista da evolução social, da língua, das tradições, costumes, etc. (GORENDER, 2011, p.133)

Tratados como mercadorias (coisas com valor de uso e de troca), tiveram seus corpos coisificados, seus saberes vilipendiados, lhes fora negada a humanidade. Mesmo com toda violência vivenciada, houve união e resistência entre o povo negro, considerando as diversas nações.

A ideia da universalidade da humanidade parecia enfim ter abrangido também o povo negro, paulatinamente, nas colônias americanas e do Caribe, a escravidão foi sendo abolida. Em 1888, o Brasil, o último país escravocrata, teve assinada a lei que libertava homens e mulheres escravizados e escravizadas. Nesse momento, o protagonismo das pessoas negras na luta abolicionista e no processo que culminou na assinatura da Lei Áurea foi apagado da história. Coube aos abolicionistas brancos os louros pela conquista e o status de “heróis” pela liberdade do povo negro. A partir de então, a população negra brasileira viu-se liberta, livre. Mas percebeu-se também sem emprego, sem tratamento digno, sem cidadania.

Num País cujo destino era ser branco e capitalista, os(as) trabalhadores(as) negros(as) foram exorcizados(as) da comunidade nacional e viram-se às margens de direitos sociais básicos. E não faltaram homens de ciência a responsabilizarem os(as) próprios(as) negros(as) por este destino miserável. (GONÇALVES, 2018, p.517)

Embora qualificados, não conseguiam trabalhar de forma assalariada onde antes eram explorados. Os antigos “senhores” não queriam pagar salário às pessoas negras, porém, conseguiram do Estado a implementação de uma política

de imigração para suprir essa demanda de mão-de-obra. Vieram da Europa imigrantes brancos que assumiram postos de trabalho de forma assalariada. A liberdade, como se pensava, não mudou o lugar que a população negra ocupava na sociedade.

Vivendo à “margem”, os homens e mulheres negras passaram a ser referência das piores características humanas. Vistos como preguiçosos, de caráter duvidoso, malfeitores; as mulheres eram consideradas ardilosas, sexualmente indóceis e, independente do gênero, feios/as e perigosos/as. Em termos de beleza o ideal imposto e a ser atingido era o da estética branca, ou seja, algo impossível de ser alcançado pelas pessoas negras.

Buscando (impondo) alcançar o inalcançável, o processo de embranquecimento foi “instituído” com bases na cultura da sociedade que se fundamenta no racismo. Travestido das mais diversas formas, o racismo tão veementemente negado no Brasil, mas que tão recorrentemente se faz presente de forma velada (cada vez menos!), fez do embranquecimento uma cultura. Cultura essa saudada em nossa mestiçagem, no entanto sendo predominantemente fruto de violações, estupros dos senhores brancos e seus familiares masculinos com as meninas e as mulheres adultas negras escravizadas, ou empregadas nos diversos trabalhos domésticos. Geraram os/as filho/as mestiço/as e nomeados/as de mulatos/as⁴. Ocorrendo, também, com as mulheres e jovens indígenas. Não raro justificado pela necessidade de povoamento do Brasil Colônia ou de casamentos inter-raciais com o intuito de “clarear” a família. O que se repetia ao longo dos outros países latino-americanos (Colômbia, Venezuela, Panamá), e das ilhas do Caribe ou Antilhas (Cuba, República Dominicana, Puerto Rico, Jamaica, entre outras).

Esse processo de embranquecer, que nega caracterizar positivamente mulheres e homens em relação aos fenótipos próprios da raça negra e as altera para aproximar-se das características da raça branca, faz parte da sociabilidade do país, e de outros países latino-americanos e do Caribe⁵. Os cabelos alisados, “o

4 Por fazer referência às mulas (animais), além de ser uma forma de negação da raça negra, o uso do termo “mulato”, é entendido como pejorativo por parte da militância negra e estudiosas/os das relações raciais.

5 Nos Estados Unidos este processo de mestiçagem, resultado dos estupros dos senhores brancos, não considera os traços raciais brancos resultantes, pois na cultura racista norte-americana, qualquer traço racial negro faz da pessoa negra/negro. É a chamada “gota de sangue”.

pregador no nariz⁶”, a dificuldade em se identificar como negro ou negra, tudo isso faz parte do processo de embranquecimento e genocídio da população negra. O que em certa medida contribuía para a concretização práticas populares de consumo, ao alcance dos recursos monetários da grande maioria das mulheres e homens negros. É o caso, por exemplo, dos cabelos alisados para assemelhar-se às mulheres brancas, muitas vezes usando para isso, produtos baratos nocivos à saúde.

Embranquecer para ser aceito ou aceita. Embranquecer para ser referência de beleza. Embranquecer para poder trabalhar. Embranquecer para não morrer. Embranquecer ainda que esse processo seja adoecedor.

Na sociedade de consumo, a exemplo do Brasil contemporâneo, o movimento de valorização, reconhecimento e do assumir individual e coletivo da *negritude*, de autovalorização de pessoas negras de seus traços raciais como a cor, os cabelos, o corpo, e os processos dos movimentos *de* enegrecer, foi transformando-se em um processo político de resistência de *tomar partido* pela *negritude*. Processo este que foi manifestando e revelando contradições que não eram tão perceptíveis, porém passaram a ser notadas na medida em que a dialética do capital e suas contradições atingia as novas gerações das pessoas negras. Com os avanços da sociedade de consumo, sua *cultura do consumo* e *novos estilos urbanos de vida* também passaram a fazer parte do cotidiano de pessoas negras. Todavia, passaram a ser olhadas como consumidoras de novos nichos de mercado; fonte de lucro de supermercados, salões de beleza, magazines entre outros. É o caso do consumo de varejo, da fidelização de pessoas negras como consumidoras/es das lojas de shoppings. Assim passaram a *massificar*, popularizar os cartões de crédito e consolidaram esses novos nichos de mercado a exemplo da beleza afro. (GOMES, 2017; GOMES, DUQUE-ARRAZOLA)

O avanço desse movimento de enegrecimento, de autovalorização dos cabelos crespos, cacheados pelas mulheres e homens negros, efetivou um nicho de mercado na indústria de cosméticos com suas linhas de produtos afro. Em paralelo, como dizia mais acima, mulheres e homens negras/os passam a ingressar cada vez

6 Pregador no nariz: Literalmente colocava-se um pregador de roupa no nariz da criança negra com o intuito de afinar o nariz ao longo do crescimento. Ter o nariz fino seria uma forma de negar a origem negra, parte do processo de embranquecimento e tentativa de aceitação social.

mais o mundo profissional do trabalho formal, permanecem mais tempo nas escolas até segundo grau, acessam as universidades, mundo artístico, entre outras.

Por outro lado, se o embranquecer reproduzia-se frente as diferentes formas da discriminação racial às pessoas negras, o próprio desenvolvimento urbano das cidades e os novos estilos de vida que se constituíam, também reforçaram o embranquecer. Os avanços globalizados do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo com sua *formação social* chamada de *sociedade de consumo*, em que os meios de comunicação foram de grande significado para os lucros e reprodução da cultura do consumo e os estilos de vida urbana. Os meios televisivos, sua propaganda e publicidade veiculada, também influenciaram esse processo de embranquecimento.

A constante negação da negritude e a respectiva associação a significados pouco edificantes (discriminatórios, humilhantes, de desvalorização), são uma constante. Como dito anteriormente, fazem parte da sociabilidade racista do país. A ordem social hoje vigente, classista, patriarcal e racista é a mesma desde a invasão do território brasileiro pelos portugueses. As pessoas que detêm o poder são brancas ou detentoras de marcadores fenotípicos de predomínio branco e estão no topo da pirâmide. As pessoas negras estão em situação de dominação e constituem a base da pirâmide. O Racismo, vale salientar, é uma questão de poder.

Em complemento, recortes de grupos específicos podem identificar perfis mais vulneráveis. Como dito, a população abaixo da linha de US\$ 5,50 PPC representava 26,5% da população em 2017, uma incidência que cresce significativamente segundo alguns recortes demográficos. Um dos grupos vulneráveis são pessoas que moram em domicílios formados por arranjos cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos de até 14 anos de idade (56,9%), e se o responsável desse tipo de domicílio (monoparental com filhos) é mulher preta ou parda, a incidência de pobreza sobe ainda mais, a 64,4%. Da mesma forma, a pobreza atinge mais as crianças e adolescentes de até 14 anos de idade (43,4%) e a homens e mulheres pretos ou pardos. (IBGE, 2018, p.60)

Tudo gira em torno de manter o poder da ordem burguesa do capital como uma ordem social branca.

Em um mundo capitalista, em particular sociedade do consumo, a publicidade se apresenta como um instrumento importante para a indústria colocar seus produtos no mercado e persuadir suas/seus potenciais consumidoras/es, ainda que mantendo a ordem vigente. Na última década é possível perceber um aumento da presença de pessoas negras na publicidade, assim, como já foi dito, uma maior

oferta de produtos voltados para o público negro. O objetivo em apresentar pessoas negras nas publicidades ou passar a oferecer produtos específicos para essa população, não tem relação com as reais necessidades ou quaisquer reconhecimentos para com as/os consumidoras/es negras/os. O que há é a percepção e exploração de um nicho (crescente) de mercado, ou seja, há a adoção de estratégia para aumentar o lucro para o capital.

Não há mudança real (hegemônica), o que muitas vezes se apresenta é uma caricatura de reconhecimento de humanidade e cidadania, que vem travestida de reconhecimento enquanto clientes consumidoras/es.

1.1 Justificativa

Identificando-me (desde sempre) como pessoa negra, cujas oportunidades de vida foram diferentes da grande maioria da população negra e cuja identificação como tal, fora recorrente no ambiente familiar e de modo salutar, enaltecendo. Perceber-me como de fora e ao mesmo tempo estar dentro desse padrão cruel de reprodução foram os grandes motivadores para a realização desta pesquisa para minha dissertação do Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social / PGCDs da Universidade Federal Rural Pernambuco.

Reconhecendo o lugar distinto de uma condição familiar bem estruturada sócio e financeiramente, cujo maior bem foi atribuído à educação, a realização desta pesquisa é concebida como uma forma de agradecimento e instrumento de promoção de autonomia para a luta no enfrentamento ao racismo e (auto)valorização e reconhecimento das pessoas negras. E, nesse sentido, ao assumir o vínculo e pertencimento racial, desdobrou-se para mim neste trabalho acadêmico. Uma contribuição ao processo presente de educação e socialização de crianças, adolescentes, jovens e adultas/os, que valoriza a raça, a negritude, como explica Kabengele Munanga:

A saída, no meu entender, não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Visto sob esta ótica, penso que implantar políticas de ação afirmativa não apenas no sistema educativo superior, mas em todos os setores da vida nacional onde o negro é excluído, não significa destruir a identidade nacional nem a “mistura racial” como pensam os críticos das políticas de cotas, que eles mesmos rotulam como cotas raciais, expressão que não brotou do discurso do Movimento

Negro Brasileiro. Sem construir a sua identidade “racial” ou étnica, alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências. (MUNANGA, 2015, p.25)

Por muito tempo a produção científica foi quase uma exclusividade branca e masculina, e os estudos raciais não fugiam a essa regra. Assumir como mulher negra o lugar do sujeito da fala e dar voz àquelas/es que por muitos anos foram compulsoriamente objeto de pesquisa, mas não as/os agentes pesquisadoras/es, é também um marco relevante que justifica esta pesquisa que realizei com vistas à dissertação do meu mestrado. Faz-se igualmente relevante para o Programa de Pós-graduação de Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - PGCDs, pois as descobertas iniciadas pela pesquisa, permitirão conhecer outras dimensões do consumo e da publicidade, ainda pouco estudadas.

O PGCDs se faz plural e diverso em sua constituição, mas ainda são poucos os estudos com foco ou atravessados pelo interesse nas questões raciais. A presente pesquisa visa contribuir com um estudo especificamente voltado para os estudos raciais tendo como pano de fundo o consumo e a publicidade o que a torna relevante. Assim também a importância em considerar questões do cotidiano que revelam muito da ordenação social vigente e as contribuições para o desenvolvimento social. Em particular das camadas sociais subalternizadas da classe e grupos sociais raciais/étnicos nos que também se imbricam dialeticamente as relações sociais de sexo ou de gênero.

É importante ressaltar o contexto político no qual foi desenvolvida a pesquisa. O Estado após alguns anos de governo (Governo Lula – PT entre 2003 e 2011) que reconhecia o racismo em sua estrutura social, implementando, assim, ações afirmativas numa tentativa de minimizar os efeitos dessa discriminação racial secular, fora sucedido (Governo Dilma – PT entre 2011 e 2016) e posteriormente substituído (após sofrer um Impeachment, Dilma Roussef foi substituída pelo então vice-presidente Michel Temer - PSDB).

Essa substituição governamental fomentou o início de uma polarização política e social. O impeachment sofrido pela Presidenta Dilma Roussef, em 2016,

suscitou discussões sobre o machismo enraizado em nosso país e atitudes que antes eram feitas veladamente, tornaram-se públicas⁷.

Nesse processo de tornar público tudo que se pensa, ainda que sejam pensamentos discriminatórios, sob a chancela da “liberdade de expressão”, o país entrou em processo eleitoral para escolher, entre outros representantes, o Presidente. Processo que evidenciou a força do uso-consumo das redes digitais, de notícias, entre elas as “falsas notícias”.

O eleito foi aquele que, naquele momento de polarização, acalorava os ânimos com frases e gestos. Candidato que disse ser sua única filha de sexo e gênero feminino fruto de uma “fraquejada”; que nenhum de seus filhos se casaria com uma mulher negra por terem sido “educados”; e que disse a uma mulher que não a estupraria porque ela “era feia”. Como se tal ato, vindo dele, fosse para ela um presente, uma honra.

Já em processo de finalização do presente texto, período pós-eleição, com o presidente eleito empossado, foi necessário voltar à escrita para a inclusão de novos dados, tal é a relevância desse histórico momento político.

Após alguns avanços referentes às conquistas políticas, ainda que tardias, para o povo negro, nos vemos num cenário que remete a um retrocesso sem precedentes. Há não só um movimento para acabar com as ações afirmativas, as cotas universitárias, como são mais conhecidas, como também extinguir as organizações de controle social que operam no sentido de salvaguardar não só os direitos (recém) adquiridos como a manutenção dos direitos humanos.

Avançávamos na luta antirracista por, enfim, reconhecerno-nos enquanto uma sociedade racista, machista, homofóbica. Na contramão, temos um atual governo que minimiza tais violências e a existência do racismo em nosso país.⁸

Diante do exposto, há a tentativa de resgatar o protagonismo que fora apagado da história das mulheres negras e do país, além da preocupação em valorizar as vivências e elaborações de cada mulher que colaborou com a realização dessa dissertação. Elas são mais que entrevistadas, interlocutoras, colaboradoras

7 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9s9gleRCRD.html>

8 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/racismo-no-brasil-e-uma-coisa-rara-diz-bolsonaro-a-luciana-gimenez/>

que compartilham suas formas de estar no mundo e emprestam suas vozes para a composição dessa colcha de retalhos que investiga processos de enegrecimento. A historicidade e as ressignificações tornam cada vivência una, e, por mais que pudéssemos falar com todas as mulheres negras, cada história seria diferente. Nos interessa as peculiaridades dessas trajetórias, mas, sobretudo, aquilo que as une.

Dessa forma, a referida pesquisa apresenta-se de modo audaz, mas não além do que merece o povo negro, com toda história de negação de direitos, dominação, luta e resistência.

1.2 Problema de pesquisa

Considerando a inserção em uma cultura orientada pelo capital e sob forte influência do mercado, que usa o poder da mídia para manter a ordem social (branca, burguesa e patriarcal) vigente, o presente projeto busca saber:

Quais os impactos da cultura de consumo no embranquecimento e no processo de enegrecimento das mulheres negras?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Entender as relações entre enegrecer na identidade negra, embranquecimento e cultura de consumo para as mulheres negras.

1.3.2 Específicos

- i. Verificar os percursos do enegrecer identitário nas práticas de consumo das mulheres negras;
- ii. Apreender na fala das mulheres negras a influência da publicidade no processo de embranquecimento e/ou no reconhecimento da negritude;
- iii. Perceber as confluências ou oposições entre as ações de autorreconhecimento da negritude pelas mulheres negras.

1.4 Metodologia: cursos e intercursos

1.4.1 Abordagem da pesquisa

Diante da proposta de entender as relações entre o embranquecimento, sociedade de consumo e suas possíveis consequências para o reconhecimento da identidade negra, dá-se o reconhecimento da subjetividade e dos processos de

ressignificações das interlocutoras entrevistadas, reforçando a importância das histórias de vida das mesmas, com o olhar sobre os objetivos que se pretendia alcançar. A pesquisa foi norteada mais que pela formalização ética e científica, mas pelo respeito a essas mulheres e a suas respectivas vivências.

Em “Pesquisa qualitativa em sociologia” (1992), Teresa Maria F. Haguette, faz um breve levantamento histórico sobre estudos realizados a partir da “história de vida”. Assim, a autora cita os passos percorridos por Howard Becker no início dos estudos das histórias de vida na perspectiva da Sociologia e aponta as diferenças entre as histórias de vida, a autobiografia e a ficção.

A história de vida se diferencia daquelas não só em termos da perspectiva adotada para o desenvolvimento do trabalho, assim como nos métodos utilizados. A ficção não respeita os fatos, nem a fidelidade ao mundo existente; a autobiografia, na maioria das vezes, representa um material seletivo que o autor exhibe no sentido de apresentar aos outros uma imagem de si mesmo da forma como ele prefere. Já a história de vida atende mais aos propósitos do pesquisador que do autor e está preocupada com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo. (HAGUETTE, 1992, p.80)

O dito por Teresa Haguette reforça a importância do vivido, interpretado e exposto pelas interlocutoras. Sob esse olhar, para que as vozes das interlocutoras pudessem não só serem ouvidas como também, e, principalmente, privilegiadas e localizadas enquanto lugar de saber, as práticas discursivas e a produção de sentidos se apresenta como uma ferramenta metodológica que melhor contempla o que a pesquisadora propõe para este estudo.

O desenvolvimento da pesquisa apoiou-se, também, na fenomenologia. Fruto de tensões próprias da Filosofia, que ultrapassou barreiras e ampliou a forma de ver o mundo, as pessoas e seu contexto. As bases da fenomenologia, por sua vez, se fundamentam na compreensão das relações e não na sua explicação e muito menos os juízos de valor que possam ser atribuídos.

Nesse sentido, a fenomenologia proporciona o saber compreensão, que se fundamenta no rigor, pois procura valorizar o ser na sua singularidade, uma vez que se preocupa com o que se repete, com o que se manifesta. A contribuição da fenomenologia está presente, através da nova abordagem, na renovação dos métodos e no encaminhamento dos problemas nas ciências humanas, de forma notável nas ciências sociais (...). O enfoque fenomenológico compreende o humano enquanto ser no mundo, na situação de estar lançado sendo presente e presença. A presente abordagem possibilita-nos, ser no modo do crescimento pessoal e profissional, sobretudo à compreensão do ser, em sua subjetividade enquanto ser existencial, valorizando-o e se permitindo ser presença no

lidar com-o-outro, considerando-o em sua vivência, a seu modo, o ser-em-si. (OLIVEIRA E SILVA, LOPES & DINIZ, 2008, p.256)

Propõe-se proceder com uma pesquisa de cunho exploratório-explicativo e de caráter qualitativo por meio de amostra não probabilística e do levantamento bibliográfico. De acordo com Antônio Carlos Gil em "Métodos e Técnicas de Pesquisa Social" (2008):

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, (...). Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. (Idem, p.15)

Considerando não só a relevância dos discursos das interlocutoras, como também os sentidos atribuídos por elas às suas vivências, a teoria que inspira o olhar para os dados (a análise) foi se apresentando conforme essas falas foram sendo compreendidas.

Embora tenha sido a primeira teoria a ser considerada pela autora, outras, mais comumente utilizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - PGCDS, se apresentaram de forma mais contundente e foi, uma delas, a escolhida para o projeto a ser qualificado. A metodologia fora pensada inúmeras vezes no decorrer da dissertação e já no final da escrita, as Práticas Discursivas e a Produção de Sentidos no Cotidiano se apresentou de forma mais harmoniosa com o que estava sendo proposto pela pesquisa.

Desta forma, salientando ser o produto de uma aproximação inicial, as análises serão inspiradas pela teoria de Mary Jane Spink, cujo aprofundamento e amplitude posteriormente e/ou em outros trabalhos pode contribuir consideravelmente com as pesquisas sobre o tema.

Dar sentido ao mundo (...) é uma prática social que faz parte da nossa condição humana. Desenvolvemos essa atividade nas relações que compõem o nosso cotidiano, o qual por sua vez, é atravessado por práticas discursivas construídas a partir de uma multiplicidade de vozes. As idéias com as quais convivemos, as categorias que usamos para expressá-las e os conceitos que buscamos formalizar são constituintes de domínios diversos (da religião, da arte, da filosofia, da ciência), de grupos que nos são mais próximos (família, escola, comunidade, meio profissional etc.) e da mídia em geral. (SPINK, 2004, p.63)

1.4.2 Quem são as interlocutoras e de onde falam?

Conforme exposto anteriormente, a pesquisa foi conduzida em uma sociedade racista, sexista e classista, que tenta manter calada as vozes das mulheres e ignora os anseios e necessidades das mulheres negras, mais especificamente. O racismo que estrutura a sociedade brasileira não reconhece as dores que provoca com a imposição do embranquecimento, que entre tantas repercussões contribui para a negação da “fenotipia”⁹ e mais profundamente a identidade negra.

Partindo do pressuposto que feminismo negro se configura como movimento que visa o empoderamento, amparo social e resgate identitário em atenção às mulheres negras, a proposta deste movimento foi considerada na composição desse estudo. Com o intuito de garantir uma discussão socialmente não delimitada e inclusiva, participaram da pesquisa: mulheres negras adultas¹⁰, em condição educacional e trajetórias diversas.

O perfil do público, de certa forma abrangente, deveu-se pelo fato de entendermos que a partir dos anos 2000 foi notório o avanço nas políticas voltadas para o povo negro, ações vivenciadas por jovens e que foram sonhadas e idealizadas por mulheres negras adultas, hoje idosas. Outro ponto relevante é o acesso às informações, características diferentes podem vir a ser percebidas pelos níveis sociais, de acesso à educação e à própria constituição familiar.

As entrevistas foram conduzidas pela própria pesquisadora, que por questões pessoais já explanadas, circula pelos mesmos espaços que as interlocutoras. Assim, os contatos para a participação e as indicações tornaram-se viáveis.

Vários foram os caminhos adotados para que as entrevistas fossem viabilizadas. E, embora identificada com as interlocutoras, o campo se mostrou muito mais difícil do que supus. A primeira tentativa foi feita de forma direta em eventos públicos. Algumas mulheres foram abordadas, a pesquisa foi explicada e foi fornecido o número de telefone para posterior contato e agendamento da entrevista.

9 Fenotipia: Referido em questão aos traços fenotípicos próprios das pessoas de raça negra.

10 Mulheres adultas: A ideia de restringir a pesquisa à participação de mulheres adultas, deve-se pelo fato de haver a necessidade de maior investimento para o desenvolvimento ético e burocrático que exige uma pesquisa realizada com crianças.

Era o segundo semestre de 2018, as eleições presidenciais polarizando o país e exigindo um investimento (tempo), quase que, exclusivo da militância. Público esse que se confundia com as minhas participantes, o que acabou por exigir uma adaptação no recrutamento.

Com esta primeira dificuldade, passei a contatar pessoas próximas a mim e/ou amigos de amigos, para que pudessem indicar voluntárias para a pesquisa. Foram fornecidos alguns contatos, mas, fruto dessa investida, consegui entrevistar apenas 2 (duas) interlocutoras.

Com mais esse percalço, as festas de final de ano, férias e a vitória do candidato Jair Bolsonaro nas urnas na campanha presidencial de 2018, as atenções se voltaram para a necessidade de agrupamento e cuidado, o que novamente inviabilizou a realização das entrevistas.

Em mais uma tentativa, foi elaborado e publicado em uma rede social (Facebook), em um grupo de mulheres (Rede das Minas)¹¹, um anúncio explicando sobre a pesquisa, o perfil das interlocutoras e, por fim, solicitando indicações e/ou contato direto. Nesta tentativa, surgiram várias mulheres que atendiam ao perfil e que estavam interessadas em compartilhar suas vivências e “eternizar” suas narrativas.

Enfim, por contato direto ou por indicação das mulheres que faziam parte do grupo, pude contatar e conversar com as interlocutoras que compõem a força das narrativas que dão sentido ao trabalho.

1.4.3 Uma entrevista em tom de conversa

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro semiestruturado. A utilização deste, foi apenas como objeto disparador do conteúdo de interesse da pesquisadora, inculido nas histórias de vida das interlocutoras. Vale atentar que ao longo de todo processo, o levantamento bibliográfico que norteou o marco teórico-conceitual foi realizada em paralelo.

Buscando uma aproximação que deixasse as interlocutoras mais à vontade e confiantes, os primeiros momentos do encontro eram destinados às apresentações,

¹¹ Grupo considerado fechado, visto que o ingresso é condicionado a aprovação da moderação. Na época da publicação, constavam como "membras" mais de 10 mil mulheres, salientando haver em sua descrição, a regionalidade de ser um grupo de Pernambuco.

conversas de conteúdo ameno e, geralmente, relacionados às questões do cotidiano de uma grande cidade. Essa foi uma abordagem que foi “testada” com a realização da primeira entrevista/conversa e, por ter dado certo, foi reproduzida nas demais, considerando as adaptações demandadas (percepção da pesquisadora no desenrolar das conversas) por participante.

Ao abordar a entrevista inicial como prática discursiva, antes de mais nada, entendendo-a como ação, ou melhor dizendo, como interação. Esta interação se dá em um certo contexto, numa relação constantemente negociada. Numa conversa o locutor posiciona-se e posiciona o outro, ou seja, quando falamos, selecionamos o tom, as figuras, os trechos de histórias, os personagens que correspondem ao posicionamento assumido diante do outro que é posicionado por ele. As posições não são irrevogáveis, mas continuamente negociadas. (PINHEIRO, 2004, p.186)

Antes de iniciarmos a gravação, que se daria pela conversa orientada pelo roteiro elaborado previamente, era feita a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹². O TCLE foi elaborado com base em formato já utilizado por programas da UFRPE, sendo adaptado pela pesquisadora para atender a esta pesquisa.

Como forma de garantir o sigilo, as interlocutoras, protagonistas dessa pesquisa, escolheram o nome com o qual gostariam de ser identificadas, assim, pude dialogar com: Mar, Cecília, Socorro, Leona, Elza, Dandara.

No início do desenvolvimento da pesquisa, o foco girava em torno da publicidade e dos cosméticos, mas ao longo das discussões, percebemos (orientanda e orientadora) que essa exclusividade não era o que se pretendia, já que o embranquecimento, depreciação ou ausência das pessoas negras não era restrito à publicidade de cosméticos. Percebemos também, que as publicidades voltadas para os cosméticos configuravam, atualmente, uma vitrine que favorecia a presença negra. Isso porque os produtos anunciados atendiam a essa parcela da população.

Dessa forma, as publicidades não seriam restringidas, pelo contrário, a pluralidade, reforça, na verdade, o caráter racista do uso dessa ferramenta pela indústria e pelo Estado.

Foi importante essa delimitação para que o roteiro da entrevista fosse finalizado e atendesse aos objetivos da pesquisa. Assim, buscou-se favorecer pelo

¹² Por se tratar de uma pesquisa com a inclusão de pessoas como voluntárias, há a necessidade de cumprir requisitos éticos que são “exigidos” no meio científico. O TCLE consta, como anexo, desta dissertação.

roteiro uma “linha narrativa”, onde inicialmente a interlocutora aborda seu lugar de fala, sua família, infância e contextualiza o lugar que ocupa hoje. Em sequência, fala sobre questões envolvendo racismo, embranquecimento; perpassando ainda a publicidade, a trajetória de enegrecimento, as práticas de consumo, o feminismo e a participação na pesquisa.

Uma Linha Narrativa tende a ser uma linha de tempo. As pessoas organizam suas histórias dessa maneira, embora nem sempre ela seja apresentada na forma de uma linha de tempo sequencial. Muitas vezes as pessoas começam falando de um evento passado (“Olha, quando eu casei...”) para referir-se a uma situação presente (“agora...”) Portanto, muitas vezes a transposição para uma linha de tempo sequencial é uma reconstrução. (SPINK, 2010, p.45)

A discussão proposta pela pesquisa, a partir das entrevistas com as interlocutoras, será apresentada de forma a respeitar essa linha narrativa. O intuito é não só respeitar a construção das interlocutoras, como também aproximar a/o leitora/leitor desse momento de entrega que todas nós tivemos.

A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2001, p. 31)

Entendendo que as narrativas das histórias de vida das interlocutoras, assim como de todas as outras, são orientadas por questões impostas pelo viver social, conforme dito por Orlandi (2001), são essas as contribuições que podem, a partir da análise, argumentar sobre essa ordem social que nos cerca. Assim, pretende, pretensiosamente, a pesquisadora com a referida pesquisa.

Com o intuito de ajudar a melhor compreensão do texto para as/os leitoras/es que não tem tanta aproximação com o tema ou estão pouco acostumados com a leitura de textos acadêmicos, esta dissertação está dividida em 5 (cinco) capítulos que versarão sobre:

- Capítulo 1

Introduz o tema que será abordado, apresentando o contexto e a justificativa para a realização da pesquisa e o problema da pesquisa. São apresentados também, os objetivos desse estudo, diretamente retomados na conclusão, onde é

feita a síntese de tudo que foi visto. Este capítulo explica ainda os caminhos escolhidos para a realização da pesquisa, o percurso metodológico e a teoria que inspira o tratamento dos dados, desde a coleta (entrevista/conversa). Nele também é apresentado o perfil das protagonistas, as interlocutoras voluntárias.

- Capítulo 2

Neste capítulo, há o diálogo entre a pesquisadora e autoras e autores pesquisadoras/es cujo trabalho serviu de embasamento para a pesquisa. Inicialmente é abordado o tema do Estado brasileiro em relação à questão racial e às pessoas negras, o cotidiano em interface com a luta de raça e classe.

- Capítulo 3

O diálogo da pesquisadora com as autoras e autores segue neste capítulo pela temática que leva à discussão sobre a sociedade de consumo e a questão da cidadania. Abordando também a questão da publicidade, sendo incluídas algumas peças publicitárias que foram analisadas considerando o debate proposto.

- Capítulo 4

Este capítulo propõe a discussão sobre os feminismos e os movimentos negros. Falamos sobre as mulheres negras em movimento e as questões da identidade negra e a resistência que as mantêm lutando.

- Capítulo 5

Concentra a essência da pesquisa, pois é neste capítulo que os discursos e sentidos produzidos pelas protagonistas são compartilhados e, respeitosamente, analisados, considerando as discussões teóricas propostas nos capítulos 2, 3 e 4 mais especificamente.

- Conclusões

Este capítulo, não marcado como capítulo, finaliza todo desenvolvimento da pesquisa e aponta para outros possíveis trabalhos a serem desenvolvidos.

2. A SOCIEDADE BRASILEIRA E A QUESTÃO RACIAL

Basta pensar que essa raça de homens negros, hoje nossos escravos e objeto de nosso desprezo, é a mesma raça à qual devemos nossas artes, ciências e até mesmo o uso do discurso! Imagine que estamos no meio de pessoas que se dizem os maiores amigos da liberdade e da humanidade e que aprovaram a escravidão mais bárbara e questionando se os homens negros têm o mesmo tipo de inteligência que os homens brancos¹³. (VOLNEY, 1890, Apud, MACHADO, 2014, p.09)

Oriundos “do berço da humanidade”, os filhos e filhas do Continente Africano, desconhecem a vivência do que poderia ser essa afirmação em reconhecimento à ancestralidade, como enaltecem suas culturas. Tal expressão lhes é imposta pelo ocidente eurocentrado¹⁴ como mais uma forma de depreciação. Ser “o berço da humanidade” faz referência ao início primitivo do homo sapiens. Embora o termo empregado – início primitivo - pareça ser redundante e desnecessário, reflete a preocupação da pesquisadora em tentar elucidar a questão racial na formação da sociedade e Estados latino-americanos, em particular o brasileiro.

O período que se estendeu de 1500 a 1800 viu estabelecer-se um novo sistema geoeconômico orientado para o Atlântico, com seu dispositivo comercial triangular, ligando a Europa, a África e as Américas. A abertura do comércio atlântico permitiu à Europa e, mais particularmente, à Europa Ocidental, aumentar sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África. Desde então, ela teve um papel principal na acumulação de capital gerado pelo comércio e pela pilhagem, organizados em escala mundial. A emigração dos europeus para as feitorias comerciais da África e dos territórios da América do Norte e do Sul fez surgir economias anexas que se constituíram no além-mar. Estas desempenharam, em longo prazo, um papel decisivo na contribuição para a constante ascensão da Europa que impingia sua dominação sobre o resto do mundo. (OGOT, 2010, p.94)

Nem a América estava à espera de Colombo, nem o Brasil à espera de Cabral, terras que não foram descobertas, mas, como já dizia, invadidas. Foram criadas. “São *invenções históricas e construções culturais*” feitas pelos conquistadores europeus, como explica Marilena Chauí em “Brasil mito fundador e sociedade autoritária” (2000, p.57). Assim, “o Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como terra abençoada por Deus” (Idem).

13 Publicado por Conde Constantine François Volney. Das ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios e a lei da natureza. New York, EUA, 1890.

14 Eurocentrado: Que se baseia na Europa por considerar a Europa elemento fundamental para a sociedade moderna.

Na conquista e colonização da América e o Brasil surgem, para a referida autora, os elementos principais de *um mito fundador*. Tais componentes do *mito fundador* aparecem, segundo Chauí, nos séculos XVI e XVII sob a forma das três operações divinas e que para o Brasil “(...) respondem: à obra de Deus, isto é, a Natureza; a palavra de Deus, isto é, a história; e a vontade de Deus, isto é, o Estado” (Idem). O mito fundador é construído, na visão do filósofo Espinosa, “com o conceito de *poder teológico-político*” (Idem.lb), aparecendo assim como um novo mundo, um outro mundo.

Diante do desenvolvimento mercantil da época e do nascente capitalismo com sua produção de mercadorias, o “escravismo apareceu” para os conquistadores (invasores dos territórios) como uma “exigência econômica” para as colônias do novo mundo (CHAUÍ, 2000, p. 63). Entretanto, antes de configurar-se o escravismo nas colônias europeias deste lado do Ocidente, já era praticado com os indígenas.

Assim, em conformidade com a teoria do direito natural objetivo e subjetivo a subordinação e o cativo dos índios serão considerados obra espontânea da Natureza. De fato, pela teoria da ordem jurídica natural, os nativos são juridicamente inferiores e devem ser mandados pelos superiores naturais, o conquistador-colonizador. Por outro lado, graças à teoria do direito de Natureza subjetivo diz-se que alguém é sujeito de direito quando está na plena posse da vontade, da razão e dos bens necessários à vida - seu corpo, suas propriedades móveis e imóveis e sua liberdade. (CHAUÍ, 2000, p.64).

Antecipava-se, assim, a negação de direitos no continente Americano e nas ilhas do Caribe, para as pessoas negras escravizadas.

No Brasil o sistema escravista vigorou por quase 400 anos e sua abolição não representou uma ruptura radical. Além da escravização da população indígena no primeiro século da colônia, foram trazidos da África entre 4 a 5 milhões de homens e mulheres negros/as. “(...) a mão de obra escrava foi constituída basicamente de negros[as] transportados da África ao longo dos mais de trezentos anos (1540-1860) em que se praticou o tráfico negreiro” (BRUM, 1999, p. 147). O tráfico de escravos constituiu-se em um excelente negócio, chegando a ser os traficantes das pessoas escravizadas “empreendedores” que passaram a constituir “a fração mais importante da classe dominante do país”, explica Argemiro Brum (idem, p.148).

Para Florestan Fernandes (2010, p. 365), as ordens escravocratas e senhoriais fizeram do Estado nacional um Estado senhorial, portanto, escravista “(...)

e a expansão da ordem social competitiva dá à luz um Estado burguês propriamente dito através de um prolongado e perturbado parto histórico”.

2.1 O Estado brasileiro e a questão racial

Luciano Gruppi (1996) considera o Estado o maior poder político conhecido pela humanidade, dado que incide sobre a sociedade. Tal poder, segundo o autor, se impõe no território, físico, geográfico, e sobre as pessoas que fazem parte do território. Assim, ainda de acordo com Gruppi, para falar de Estado é necessário considerar três elementos: o poder, o povo e o território.

O autor revela ainda, que foi a partir do que se conhece como Estado moderno, que o uso da palavra “Estado” passou a ser usada tendo como precursor Maquiavel, em sua obra “O Príncipe” (1513). Desde então, é possível perceber o Estado como essa forma de poder que se impõe sobre uma sociedade.

Todavia, em tratando-se da questão racial, poucas teorizações e estudos sobre o Estado tratam da questão racial como já foi, também, em relação às mulheres e a questão de gênero. A teorização sobre o Estado aborda predominantemente as questões de classe. Em abordagens contemporâneas feitas predominantemente por feministas, encontram-se maiores referências a respeito do Estado patriarcal, sexista, sobretudo ao tratar de políticas públicas. Não sendo igual para a questão racial, embora começam a aparecer mais estudos sobre esta questão social-política-cultural, principalmente com a produção teórica relacionada ao *feminismo negro*.

Alguns teóricos/as e estudiosos/as do Estado iniciam uma incursão sobre o Estado, o racismo e o gênero, sem assumir alguma identidade racial. O que leva a presumir uma caracterização racial branca nessa produção teórica. Joachim Hirsch, em seu livro sobre a “Teoria materialista do Estado” (2010), traz rapidamente uma teorização sobre *Estado, nacionalização, racismo e sexismo*. Para este autor, o Estado nacional surge com a sociedade burguesa, o qual “(...) pode ser considerado produto das relações de capital implantadas em nível global estando intimamente ligado a elas.” (HIRSCH, 2010, p.79). Ainda para este autor, a separação entre Estado e sociedade presente na forma política capitalista

significa que o Estado não se apoia apenas nas relações de classe, mas também nas relações de gênero caracterizadas

pela exploração e a opressão, expressas em suas instituições políticas. (Idem, p.82)

Surgindo assim contradições, pois se fazem presentes a desigualdade e opressão por um lado, e a igualdade e liberdade civis formais por outro, revelando um patriarcado capitalista, como diz Eva Genati (2003 (apud HIRSCH, 2010)). Para este autor, o Estado, enquanto aparelho burocrático, não cria sozinho laços culturais. Apenas os (re)constrói e (re)unifica.

Para Hirsch, “(...) as sociedades estruturadas na dominação, 'raça' e 'nação' são usadas para diferenciar o outro de si mesmo e o eu dos outros, incluindo também estrangeiros e fora das fronteiras nacionais. Um povo definido e um espaço delimitado representam a 'nação' e frente a isto a 'raça' torna-se base da exclusão”. (Idem p. 85). Raça que, no entanto, não aparece na argumentação, nem mencionada, nem relacionada à cor, nem às pessoas escravizadas, como é abordada na presente dissertação.

Considerando a base racista que ampara esta forma de organização política das sociedades da era moderna, a expressão do poder do Estado se torna ainda mais visível e cruel para o povo negro na medida em que para o estado as pessoas negras não têm existido como cidadãos/ãs agentes de direitos.

No processo histórico da constituição do Estado moderno, o rompimento de Henrique VIII com a Igreja Católica (1532 - 1534) é apontado por Luciano Gruppi como um momento importante no processo de estabelecimento do Estado moderno. Este rompimento assegurou a “independência” da Inglaterra e a soberania do Estado sob a representação do Rei, na medida em que este passou a não depender mais de um aval da Igreja na figura papal.

Por conseguinte, desde seu nascimento, o Estado moderno apresenta dois elementos que diferem dos Estados do passado, que não existiam, por exemplo, nos Estados antigos dos gregos e dos romanos. A primeira característica do Estado moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é a distinção entre Estado e sociedade civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da burguesia. O Estado se torna uma organização distinta da sociedade civil, embora seja expressão desta. Uma terceira característica diferencia o Estado moderno em relação àquele da Idade Média. O Estado medieval é propriedade do senhor, é um Estado patrimonial: é patrimônio do monarca, do marquês, do conde, do barão, etc. (GRUPPI, 1996, p. 09)

No Estado Patrimonial era a terra e a população que a ocupava o maior interesse e patrimônio do monarca. No Estado moderno, pelo contrário, existe uma identificação absoluta entre o Estado e o monarca, o qual representa a soberania estatal (...) detendo o poder absoluto; mas também ele se identificava completamente no Estado (GRUPPI, 1996, p.10).

Com o estabelecimento do Capitalismo e sua apropriação pelo Estado, a maior riqueza passou a ser o próprio capital, lugar anteriormente ocupado pelo trabalho...

A autonomia relativa do Estado inscreve-se a um só tempo na contradição principal da sociedade, isto é, na relação entre elites dominantes e classe trabalhadora e nas contradições internas a essas elites. Dessa forma, o modo institucional de ação do Estado é determinado pela configuração das relações de classe e pelas relações de força que se dão nas lutas de classe. A dominação aparece tanto como repressão de classe quanto como garantia do processo "de reprodução material, o que vem a significar que a forma de atuação do Estado, no sentido de garantir a reprodução, é determinada, em seu conteúdo, pelo movimento do capital e pelas lutas de classes, tanto quanto pela sua transposição para o nível organizacional do Estado, ou seja, na linguagem marxista, para o nível do aparelho de Estado. (MOTTA, 1988, p.19)

Essas contradições e relações de dominação ficam ainda mais evidentes quando se considera a população negra à luz do pensamento de Gramsci (1968). Ao longo do período escravista, o poder de dominação pela violência (sobre a população negra) e o consenso (por parte da população branca que se beneficiou do sistema) se fizeram presentes e de modo a naturalizá-la. Hoje, embora essa dominação e a violência persistam, os mitos¹⁵ criados para seu sustento, a camuflam.

15 Mitos: Embora não tenha sido cunhado por ele, é atribuído a Gilberto Freyre a criação do termo "Democracia Racial". O mito a que se relaciona, diz respeito à teoria de que a sociedade brasileira foi formada pacificamente pelas três raças presentes. Os indígenas que já estavam em solo brasileiro, os negros escravizados e trazidos à força e os brancos dominadores. Freyre, em Casa Grande e Senzala, ignora os recorrentes estupros sofridos pelas mulheres negras escravizadas e perpetrados pelos homens brancos. O referido autor se refere às gravidezes e aos filhos gerados desses estupros, como sendo consensual e desejado por ambas as partes, visando o povoamento da terra. Partindo dessa falsa premissa, todas as raças tiveram igual condição de tratamento e responsabilidade pela miscigenação, não havendo justificativa plausível para a existência do racismo. Falar de racismo esbarra em outro mito, que é como se estivesse incitando a desigualdade entre as/os brasileiras/os, já que se falaria de algo que não existe. Nessa concepção, falar de racismo não é permitido porque é desconfortável para os detentores dos privilégios da branquitude, questionar esses privilégios. Assim, o racismo, com seus mecanismos sofisticados, vai se adaptando, existindo e "negando" a própria existência.

Álvaro Bianchi (2014), em estudo referente ao pensamento de Max Weber sobre o Estado, fala sobre o elo do desenvolvimento do Estado Moderno e o estabelecimento do Capitalismo, além de associar a dominação ao uso da força e da violência. Em relação ao conceito Weberiano de Estado, Bianchi destaca:

Segundo o sociólogo [Max Weber], o empreendimento capitalista necessitava, para prosperar, que o Estado repousasse sobre um funcionalismo especializado e um direito racional, que não tiveram lugar no Oriente. Desse modo, a tendência ao progresso da economia em direção às formas modernas da empresa racional foi acompanhada de uma tendência ao progresso da política em direção às formas modernas do Estado racional. (BIANCHI, 2014, p.95)

Segundo Bianchi, o Capitalismo e o Estado Moderno (capitalista) encontraram, no ocidente, solo fértil para prosperarem.

Mas é preciso que as regras que preveem as várias ações orientadas para obter a paz sejam observadas por todos, ou pelo menos, pela maioria. Essa possibilidade não decorre do estado da natureza, por não haver nenhum poder e autoridade que obrigue essa observância, pois a única forma de fazer operar essas regras seria pela instituição de um poder comum. Hobbes evidencia assim a necessidade de os homens estabelecerem um contrato entre si, que cria regras de convívio social e de subordinação política, pelo qual, seus poderes e direitos seriam transferidos a um poder soberano: o Estado. (MONTAÑO-DURIGUETTO, 2010, p.24)

Considerando o Estado brasileiro atual, quem é essa nação cuja vontade é soberana e respeitada garantindo assim a soberania do Estado? Pensando nas teorias sobre a origem do Estado e comparando com a situação atual, que povos dominaram, subjugaram e desumanizaram um outro povo, originando um Estado segundo seus interesses particulares?

Ou quem compõe as monarquias, aristocracia que mais acumularam riquezas no século XV com a descoberta das novas terras, do novo mundo do continente Americano e as ilhas das Antilhas ou Caribe? Assim impondo-se sobre outros povos: os domina e conquista. Não é do povo negro, subalternizado, que falamos nas condições mais favoráveis.

O povo negro se encontra em situação de dominação, julgo e nas classes menos favorecidas, em quaisquer das hipóteses (assim como os indígenas). O que não quer dizer que pessoas brancas não integrem as camadas sociais mais precarizadas das classes subalternas. O Estado capitalista contemporâneo e suas sociedades de consumo, em particular no caso do Brasil, repito, coloca as pessoas

negras e as pessoas brancas em lugares hierarquicamente desiguais e diferentes onde o segundo grupo, detém todos os privilégios.

Não é por acaso, conforme insinuamos mais acima, que as políticas afirmativas para as pessoas negras no Brasil, apareçam de forma mais efetiva (apenas) no início do século XXI visando enfrentar uma dimensão da questão social não assumida por governos anteriores e o Estado. Quer dizer, a questão racial enfrentada pelo governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva: 2003-2011) e mantida pelo Governo Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores - PT. Ambos deram destaque à questão racial, efetivando não só o Estatuto de Igualdade Racial como políticas afirmativas, com a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida também como Lei das Cotas. Políticas afirmativas que contemplaram ainda as questões de gênero com relação às mulheres e à questão indígena.

Entre as políticas afirmativas para negros/negras está a relacionada ao ensino superior nas Universidades Federais criando-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), favorecendo acesso e rompendo assim o silêncio sobre as diferenças raciais no que diz respeito a educação superior.

Robin Blackburn (2003) ao falar sobre a estruturação do escravismo (racial) no novo mundo e a relação com o capitalismo, nos ajuda a entender o lugar ocupado pelo povo negro na sociedade contemporânea.

(...) A escravidão africana foi deslanchada pela colonização ibérica, e depois, em escala crescente ampliada e determinada pela demanda de mão-de-obra para as plantations. A doutrina racial que via os cativos africanos como nascidos para a escravidão não foi obra de alguma categoria social ou nação européia, e continuou a exibir diferentes padrões e interpretações. O princípio português e espanhol de limitar formalmente a escravidão aos africanos forneceu um precedente que os holandeses, ingleses e franceses tornaram mais sistemático. Ao fechar quase todos os caminhos para alforria, os ingleses provocaram uma polarização mais acentuada entre os brancos livres e os escravos negros. (BLACKBURN,2003, p.378)

2.2 O Estado brasileiro e as leis racializadas¹⁶

Por mais de 3 séculos o Brasil se manteve escravocrata, dependente de Portugal, não se podendo falar em um Estado soberano. Mas a sociedade consentia e, em certa medida, resistia a esse modelo político de domínio da Coroa Portuguesa

16 Oriunda do verbo “racializar” que significa: tornar racial; atribuir valor racial. Fonte: <http://www.osdicionarios.com/c/significado/racializar>

e Imperial. Não obstante, surgia no Brasil um movimento de abolicionistas contra a escravidão e a Coroa Imperial. O Estado e o regime escravista que o sustenta seria erguido, então, sobre esse pilar imbricado das relações sociais desiguais e de poder: racista, classista e patriarcal.

A influência cultural não se transmite, afinal, nas nuvens nem pelo simples contato corporal os seres humanos são construídos por influência de instituições (...). As instituições fundamentais para qualquer um de nós nos amoldam e nos constroem em certo sentido, seja pelo direcionamento explícito, seja pelo incentivo para a criação de disposições que irão construir o comportamento prático. (...) No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, (...). Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. (SOUZA, 2017, p.39-40)

A escravidão não era algo desconhecido da sociedade, pelo contrário. Na antiguidade, a Grécia, por exemplo, escravizava os povos conquistados. Os povos derrotados eram capturados na guerra (espólios), escravizados independente da cor da pele e não eram considerados cidadãos gregos. De certo modo, não tinham a humanidade negada, como acontecera com as pessoas negras. A escravização do povo negro africano pelos brancos europeus foi posterior, do século XVI em diante, durante a descoberta e conquista do continente americano. Escravidão esta, que foi de uma crueldade e desumanização sem precedentes.

Quanto à escravidão, é fora de dúvida que já se praticava na África negra antes da chegada dos portugueses. Mas era uma escravidão muito diferente daquela que se imporia nas plantagens americanas e sequer apresentava formas tão duras como entre os greco-romanos. Entre os africanos, o caráter da escravidão era fundamentalmente patriarcal. Tinha pouca importância nas sociedades tribais, onde os cativos feitos nas guerras se incorporavam à família extensa com certas diferenças de status e, às vezes, com obrigações maiores de trabalho. (...) O tráfico mercantilista iniciado pelos portugueses introduziu um fator externo destrutivo que paralisou ou perverteu a evolução endógena dos povos negros. A África surgiu como imenso viveiro de força de trabalho: ainda no século XVII, sua população equivalia à da Europa e representava um quinto da população de todo o globo. (GORENDER, 2011, p.534-535)

Levados de suas terras e famílias, as pessoas negras africanas foram mortas ao tentarem resistir; ao serem transportadas nos navios (negreiros) da morte; ao buscarem a liberdade; quando adoeciam e desde então continuam a ser mortas. E as pessoas brancas que as matavam, continuam matando e continuam tendo a permissão do Estado para isso.

Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, ou cegá-lo ou suplicá-lo com as habituais 200 chibatadas, ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto, o senhor não estava obrigado a

preservar a vida de seu escravo individual. Muito pelo contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que ele mesmo coisificara era definidora da sua posição de senhor, (...). Em um sentido importante, a escravidão longa terminou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restou apenas sua cor, associada definitivamente ao trabalho pesado e degradante. (...) a marca das relações sociais até finais do século XIX, com heranças evidentes do século XX, foi a privatização dos mecanismos de controle social, com o Estado funcionando como aliado subsidiário do *pater familias* proprietário de escravos no disciplinamento de sua “mercadoria”. (CARDOSO, 2010, p. 65-67)

Com o fim da escravidão, e a formação republicana do Estado brasileiro com o fim do Império, manifestaram-se sinais do quanto a questão racial tinha sido constitutiva da formação social brasileira e seu Estado. Não houve por parte do Estado nenhum direcionamento ou política voltada para pessoas negras recém-libertas, conseqüentemente cidadãs/os brasileiras/os. Sem casa, sem comida e sem trabalho, as pessoas negras escravizadas e agora libertas, se amontoavam pelas periferias das cidades, lutando, mais uma vez, contra a pobreza, pela sobrevivência e cidadania.

Vitoriosa a campanha abolicionista, o destino dos(as) negros(as) já não interessava a nenhum outro grupo social, nem mesmo à força dirigente adepta dos ideais da igualdade. A classe média urbana se voltou aos propósitos de sua própria ascensão social alicerçada pela ideologia meritocrática. A revolução burguesa foi limitadíssima. Aboliu a escravidão, mas deixou intocado o problema do negro, resolvendo apenas o problema do branco (SAES, 2001). (...) O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas. (GONÇALVES, 2018, p.517-518)

A capoeira, instrumento de defesa, luta e dança, era utilizada como forma de entretenimento em troca de centavos para a manutenção de famílias inteiras. Vivendo com o mínimo, utilizando de um conhecimento próprio do povo negro, eles resistiam.

Com o argumento de ser a capoeira uma arma utilizada para roubos e assim um risco para a sociedade, o Estado baniu a capoeira com um decreto em 1890, como fora dito acima por Renata Gonçalves.

Para a época, o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890) em seu Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras manifesta a incorporação da questão racial pelo Estado brasileiro, na forma da lei.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena de prisão celular de dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Com a pena de um a três anos.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes. (BRASIL)

A lei que baniu e penalizou a capoeira, não foi a primeira, pós-abolição a banir e/ou penalizar o povo negro. Em junho do mesmo ano (1890), foi promulgado o decreto que condicionava a entrada no Brasil de pessoas oriundas do continente africano à autorização do Congresso Nacional.

Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890

Regularisa o serviço da introdução e localização de immigrants na Republica dos Estados Unidos do Brazil.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Considerando a conveniencia de regularisar o serviço da immigração na Republica, de modo que os immigrants tenham segura garantia da effectividade dos auxilios que lhes forem promettidos para o seu estabelecimento;

Considerando que da adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente á immigração, depende o desenvolvimento da corrente immigratoria e a segura applicação dos subsidios destinados áquelle serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação;(...)

PARTE PRIMEIRA

CAPITULO I

DA INTRODUCÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.
(BRASIL)

A influência da Igreja Católica sobre Portugal era bastante forte e não foi diferente com a colônia brasileira. Com o pretexto da evangelização, a Igreja Católica está presente no Brasil desde a sua invasão. Obrigando indígenas e africanas/os à conversão e aceitação seus dogmas e rituais. Com tamanha influência e poder sobre o Estado, aqueles que não aceitavam a conversão ou não se declaravam publicamente católicos eram perseguidos e punidos severamente.

Em 1830, qualquer manifestação religiosa diferente da católica era considerada crime. Com a proclamação da República não houve a imposição de uma religião oficial, mas o espiritismo e o curandeirismo continuavam sendo criminalizados.

A lei penal vigente, aprovada em 1940, manteve os crimes de charlatanismo e curandeirismo. Devemos lembrar ainda que até 1976 havia uma lei no estado da Bahia que obrigava os templos das religiões de matriz africana a se cadastrarem na Delegacia de Polícia mais próxima. No estado da Paraíba, uma lei aprovada em 1966 obrigava sacerdotes e sacerdotisas daquelas religiões a se submeterem a exame de sanidade mental, por meio de laudo psiquiátrico. (SILVA & BENTO, 2004, p.04)

Embora sem o aval formal do Estado, a perseguição à cultura afro-brasileira, o racismo e, de forma específica, o racismo religioso, permanecem. Não é incomum a denúncia de atos de vandalismo e roubos sofridos pelas pessoas responsáveis pelos templos das religiões de matrizes africanas.

Em publicação de 1977, Abdias do Nascimento denuncia o genocídio do negro brasileiro, em livro homônimo. O autor desnuda o racismo brasileiro, destrinchando situações do cotidiano e revelando a real condição do povo negro no Brasil. Abdias refuta o mito do senhor benevolente, cujo tratamento dispensado às pessoas negras escravizadas seria humanizado e respeitoso. Ele aborda também, a violência sofrida pelas mulheres negras escravizadas, estupradas, assediadas e cuja culpa da “sedução” lhes impingiam.

Jacob Gorender (2011) coaduna com as denúncias de Abdias Nascimento e, ao falar sobre os escravos dos serviços urbanos, aborda uma outra forma de violência sofrida pelas mulheres negras escravizadas. Além das violações sexuais por parte direta dos senhores, havia ainda a sujeição à prostituição, que contava com a garantia e anuência da Justiça.

Com a expansão do sistema escravista, a exploração da “renda” de prostituição também se expandiria. Em Minas Gerais, a Coroa lutou em vão, no século XVIII, contra “... o hábito amplamente disseminado de alugar mulheres de cor, escravas, para a prostituição” — informa Boxer. Em meados do século XIX, o médico Macedo Júnior denunciava em sua tese sobre saúde pública, citada por Gilberto Freyre, que escravas de dez a quinze anos enchiam os lupanares do Rio, obrigadas por seus senhores e senhoras a esse “cínico comércio”. É possível que tais “senhoras” fossem realmente caftinas, como sugere o autor de Casa-Grande & Senzala. No entanto, Charles Expilly, em sua obra de 1862, contou que famílias modestas, mas respeitáveis, viviam comodamente da prostituição de duas ou três escravas. Como fosse proibida a circulação noturna de cativos pelas ruas do Rio de Janeiro sem permissão escrita do senhor, era tal permissão fornecida às escravas em troca da obrigação de trazer determinada soma de dinheiro no dia seguinte. Em 1871, um delegado da polícia carioca tentou impor a libertação das escravas prostituídas pelos próprios senhores, fundando-se num preceito do direito romano lembrado por Perdigão Malheiro. A iniciativa resultou frustrada, pois os tribunais decidiram que quando mesmo provado que o senhor obrigasse à prostituição a escrava, não ficaria liberta por este fato, porque o art. 179 da Constituição do Império garantia a propriedade em sua plenitude, e porque não era aplicável à hipótese o Direito Romano invocado”. 33. Assim, também neste ponto, o direito escravista brasileiro se situava atrás do direito romano e legitimava a prostituição da mulher escrava pelos senhores. Em plena campanha abolicionista, Joaquim Nabuco denunciava a persistência dessa prática, amparada na lei e tolerada pela polícia. (GORENDER, 2011, p.460-461)

As mulheres continuam sofrendo violências constantes, o machismo continua a tentar aprisioná-las, seja pelo medo de mais violência, seja pela violência sendo perpetrada. As mulheres negras continuam sendo hipersexualizadas, violentadas e culpabilizadas. As mulheres negras continuam na base da pirâmide social, servindo, muitas vezes, de escada para que outras e outros possam ascender. As mulheres continuam sendo mortas e a culpa continua recaindo sobre elas.

Na sociedade contemporânea brasileira, também entendida como sociedade de consumo, um dos *bens de consumo*, a mulher negra miscigenada, a *mulata* tem sido objeto do desejo (com valor de uso e de troca) e exploração pela indústria do turismo. Cultuada pelos estrangeiros e produzida visualmente pelas propagandas do turismo sexual¹⁷, até com exposição de fotos para a escolha da jovem

17 Chamo atenção para a necessidade de cuidado frequente com a temática, visto que, no dia 25 de Abril de 2019, o então Presidente Jair Bolsonaro, durante um café da manhã com jornalistas, afirmou

acompanhante. A ponto que nas últimas décadas do século passado, até entrado o século XXI, as denúncias do turismo sexual contido nos pacotes turísticos masculinos, levou a um controle das agências pelo Estado e não raro com a aplicação do Estatuto da Criança e Adolescente.

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente é segundo o ditado popular¹⁸. Nessa versão há o conhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social. (NASCIMENTO, 1978, p. 62)

O referido autor discorre ainda sobre o processo de embranquecimento como uma forma do genocídio, visto que, entre outras ações, negam-se as características do povo negro, favorece-se a imigração europeia para o clareamento do povo. Abdias denuncia ainda a proibição da discussão racial sob a acusação de promover um racismo que “não existe” no Brasil e com isso, reforçando a ideia de que o povo brasileiro não é racista.

Dialogando com Abdias Nascimento no sentido de denunciar processos de invisibilidade da história do povo negro brasileiro, não muito diferente que no resto do continente americano e as ilhas do Caribe, Clóvis Moura fala sobre a relação entre a quantificação do povo preto no Brasil e a relação com a representação da brasilidade. Segundo Moura, isto tem impacto direto na autoafirmação do povo negro, diuturnamente negada.

Embora não tenhamos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos importados pelo tráfico, podemos fazer várias estimativas. Elas variam muito e há sempre uma tendência de se diminuir esse número, em

que o Brasil não poderia ser um país que favorece o turismo de pessoas homossexuais por termos aqui, famílias, mas “quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”. O comentário gerou repercussão pelo incentivo ao turismo sexual.

Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro,e3fc1683369c71b5e887a6ed79493e4d680thtcd.html>

Vale salientar que a partir do comentário do Presidente, várias capitais do país lançaram campanhas contra a exploração do turismo sexual.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-declaracao-de-bolsonaro-sobre-tema-estados-lancam-campanhas-contra-turismo-sexual-23642854>

18 “Branca para casar, Negra p’ra trabalhar, Mulata p’ra fornicar”. (CARDOSO, 1978, p.62). Também é possível encontrar ditado semelhante em Casa Grande & Senzala de Gylberto Freire.

parte por falta de estatísticas e também porque muitos historiadores procuram branquear a nossa população. Essa discussão sobre o número de africanos entrados no Brasil se reacenderam quando se procurou quantificar essa população africana escrava e, posteriormente a afro-brasileira, para com isto estabelecer-se o padrão do que se poderia chamar de homem brasileiro. A apuração da nossa realidade étnica excluiria o branco como representativo do nosso homem. Daí se procurar subestimar o negro no passado e a sua ressignificação atual. (MOURA, 1992, p.9)

Escrito há 40 anos, das situações aqui expostas e de outras apontadas no livro, poucas mudanças são percebidas. As denúncias de Abdias do Nascimento continuam atuais. Seria essa constatação, mais uma denúncia.

Não é recente a demanda pela discussão e inclusão da pauta racial nas esferas políticas de decisão no país. Embora tenha havido maior visibilidade para o tema, foi só na Constituição de 1988, ano do centenário da abolição da escravatura e retomada efetiva da democracia, que a criminalização do racismo foi introduzida. Houve também o reconhecimento da posse da terra pelos quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares.

Ainda que consideradas avanços e conquistas a serem comemoradas, são ações frutos de muita luta. Ao contrário do que se pode imaginar, tamanho fosso de possibilidades e acessos para a população negra, não foram ações de reparação das consequências seculares da questão racial no Brasil contemporâneo. Porém, no contexto das contradições da dinâmica da sociedade burguesa, patriarcal e racista, as ações encampadas pelo Governo da época, foram ações forçosamente implementadas diante da pressão dos movimentos sociais e negros.

Como já foi dito, com o Governo Lula e, posteriormente, o Governo Dilma várias ações afirmativas foram implementadas, com destaque para o Estatuto da Igualdade Racial. Mas o Governo é temporário e diante de novos governos, conquistas históricas estão sendo perdidas. As camadas mais pobres e precarizadas da classe trabalhadora, estão sendo penalizadas e são as pessoas negras que, em sua maioria, as compõem.

Todavia, nessa dinâmica de crise do capital, de neoliberalismo e de medidas anticrise por parte do Estado mediante as políticas sociais, com seus programas sociais de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Escola nos de 1990, essa renda ativou os mercados locais, sobretudo com a consolidação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do governo federal, implantado em

Pernambuco em 1997. Tal programa expande-se num momento em que embora o Brasil estivesse afetado na época pela crise estrutural global do capital, a abertura neoliberal dos mercados expandiu também a cultura do consumo com a configuração cada vez mais delineada da sociedade de consumo no Brasil. Em relação a esta, as políticas de assistência social com seus programas de transferência de renda tem tido uma particular relação nessa dinâmica contraditória do capital: crise – renda - consumo¹⁹.

Já não se proíbe a prática da capoeira, já não há religião cuja manifestação seja proibida, mas o Estado permaneceu racista e excludente. O Estado brasileiro continuou sendo regulador e autoritário para a população negra. As mulheres negras continuam lavando e passando para as sinhás e sendo esturpadas pelos senhores. Seus filhos continuam sendo arrancados dos seus braços. Os homens negros continuam sendo enterrados aos montes. Os corpos negros continuam sendo açoitados pela falta de emprego, moradia precária, alimento, saúde. Entre outras razões, no contexto contemporâneo do capital e sua sociedade de consumo, a força de trabalho continua sendo mercadoria para os/as empregadores/as. Tudo isso sob os olhos do Estado.

2.3 A racialização social

Em “A rale brasileira” (2009), Jessé Souza fala, entre outras coisas, sobre a construção do mito da brasilidade. Segundo o autor, nós nos reconhecemos na qualidade de um povo acolhedor, caloroso, enquanto que atribuímos aos europeus, por exemplo, a frieza nas relações e o distanciamento. Isto seria, o nosso mito nacional, que nos imbuí, enquanto povo, do sentimento de coletividade. Neste caso, a sensação de pertencimento e de que estamos todos juntos, confere a moderna

19 A retomada do Estado Brasileiro da *centralidade da família* para o combate à pobreza, por meio de programas sociais de transferência de renda (inseridos na Política Social de Assistência) como medida anticrise, desde os anos de 1990, passam a dar destaque às mulheres-mães das camadas sociais precarizadas, da classe trabalhadora rural e urbana. Destaque na medida em que passaram a reconhecer seus “saberes e competências domésticas que incluem a administração da renda e do orçamento familiar. Estas, aliás, uma das poucas *competências femininas* reconhecidas e valorizadas pela sociedade, pelo Estado patriarcal contemporâneo e sobretudo pelo mercado. Para este, a mulher é antes de tudo a “gerente do consumo” e a “cidadã consumidora” principalmente ao tratar-se das mulheres da burguesia e da classe média”. DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. O Lugar das mulheres nas políticas de Assistência Social: um estudo sobre a experiência do programa de erradicação do trabalho infantil em Pernambuco, 2004, 274 f. (Tese de Doutorado) p. 179

concepção de nação, a partir da internalização de “princípios” que reforçarão esse pertencimento.

Apoiado no mito da democracia racial, compartilhamos essa “memória” na qual, por sermos miscigenados e pacíficos, mesmo diante de tantas mazelas sociais, temos vantagens sobre outros povos. Souza apresenta nossa aversão aos conflitos como sendo o centro da nossa identidade nacional. Prosseguindo com a discussão, ele fala ainda sobre o poder do senso comum em detrimento à criticidade, além de trazer a meritocracia como forma de responsabilizar única e exclusivamente o sujeito pelo seu fracasso ou sucesso. Por fim, explana sobre como tudo isso ajudou a formatar o mito da brasilidade e de como ele oculta a percepção das desigualdades.

Como vimos acima, o mito da brasilidade tem a ver tanto com a construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre brasileiros tão desiguais quanto com “horror ao conflito”. É verdade que todo mito nacional tem a ver com reforço de uma unidade real ou imaginária como forma de criar um sentimento de solidariedade do tipo “estamos todos no mesmo barco”. Mas esse sentimento de pertencimento comunitário não precisa demonizar o conflito. (...). É o conflito, a luta entre necessidades, interesses ou ideias contraditórias que faz com que o indivíduo possa adquirir e formar uma personalidade própria e singular. É o conflito também que faz com que toda uma sociedade possa perceber e criticar os consensos perversos e desumanos que a perpassam e influenciam a sua história. Sem explicitar conflitos, tanto um indivíduo quanto uma sociedade estão condenados a repetir cegamente convenções e ideologias. (SOUZA, 2009, p.47-48)

“Um país estagnado”, pesquisa realizada pela Oxfam, publicada em 2018, apresenta dados relacionados às desigualdades sociais, apontando tanto para a estagnação quanto para os efeitos da política fiscal na distribuição de renda. O estudo, que usa o coeficiente de Gini (que considera a renda domiciliar per capita) e vem sendo acompanhado desde 2002, apresentou não só estagnação na diminuição das desigualdades como o aumento da população em situação de pobreza.

Considerando o destaque racial, as desigualdades são também visíveis:

A média geral da renda da metade mais pobre da população era de R\$ 749,31 em 2016, sendo que brancos pobres ganhavam em média R\$ 882,23 e negros pobres R\$ 634,6670. Em 2017, a média geral para esse grupo era de R\$ 804,35, de modo que brancos da metade mais pobre ganhavam R\$ 965,19 enquanto negros dessa faixa recebiam R\$ 658,1471. Nesse período, negros pobres ficaram ainda mais pobres, com redução de cerca de 2,5% de renda, enquanto brancos seguiram direção oposta, com incremento de quase 3% de renda. (OXFAM, 2018, p.20)

Quando há a consideração do marcador de gênero, o estudo evidencia que após 23 anos de tentativa de equiparação salarial houve um recuo nessa ascensão. O estudo não apresenta os dados interseccionais, considerando os marcadores de

gênero e raça, informação que seria de bastante relevância para esta Dissertação, considerando a contextualização sócio-financeira das protagonistas e o impacto no cotidiano de cada uma delas.

Para além dos mitos que nos perpassam, das cegueiras oriundas do senso comum, da cordialidade ou da inevitabilidade dos conflitos, os dados (apresentados pela Oxfam) são frutos de um coeficiente e parte de um estudo em andamento há alguns anos. A informação está posta. A desigualdade tem cor e tem gênero, precisamos parar de contar histórias (ou seriam estórias?) que as retroalimentam.

Pensar desigualdades e pensar e produzir desconfortos, seja pelas dificuldades inerentes e que esbarram na nossa condição humana, seja pela necessidade de pensar lugar de privilégio. E diante desse pensar, abrir mão das benesses é tarefa árdua.

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera do para-si, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo em alguns casos, as classes e camadas antagônicas). (HELLER, 2000, p.54)

Agnes Heller, ao falar sobre o preconceito no cotidiano, ratifica uma vivência histórica para os povos oprimidos em geral e, especificamente para o povo negro na sociedade brasileira. O racismo sobrevive no Brasil em meio a um processo constante de negação de sua existência, justificado pelo mito da democracia racial fruto da mestiçagem que povoou o país.

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhes os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa da sua raça e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preconceito, ao se tornar operativo, ganha uma dupla qualidade – de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras. Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei – formal e distante – recolhe a todos em seu sio “democrático”. (NASCIMENTO, 1978, p. 79)

Não se pode falar em democracia racial quando há paulatino cerceamento do acesso aos direitos básicos de um determinado grupo racial. Ou quando pesquisas de abrangência nacional trazem dados alarmantes que comprovam essa distinção.

Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). A pirâmide social, esculpida pelas variáveis renda, sexo e raça, sofreu pequena alteração. Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, à mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009). (BONETTI & ABREU, 2011, p.35)

De acordo com Jessé de Souza, é quando a internalização e a introdução de determinado “mote” passa a ser parte do cotidiano de uma sociedade que se apropria dele. Para o autor, esse seria o desenho do estabelecimento de um imaginário social nacional, como o mito da democracia racial. A efetivação do imaginário social ou da identidade nacional, é elemento fundador para união da camada dominante, mas também impacta na identidade individual.

Assim, somos todos não apenas filhos de nossos pais e mães específicos, o que nos confere uma biografia e, portanto, uma identidade peculiar, mas somos também, em grande medida, “filhos” da nação com a qual nos identificamos. Esse ponto é importante, já que isso contribui para que o mito nacional seja incorporado e internalizado de modo pré-reflexivo e emotivo por cada um de nós, tornando o mito, em medida significativa, imune à crítica racional. (SOUZA, 2009, p.34)

Corroborando com Heller, Souza e Nascimento, Adalberto Cardoso (2010) situa o poder do cotidiano dentro do processo de transição para o trabalho livre. Como é sabido, de posse dos corpos dos negros escravizados, prezar pela vida ou provocar a morte dos mesmos, era algo que competia especificamente ao “senhor proprietário”. Em casos de resistência ou atos de rebeldia, castigos cruéis eram impostos e muitas vezes o/a escravizado/a tinha a vida ceifada como exemplo.

Após a rebelião dos escravizados no Haiti, a população brasileira escravocrata passou a temer que o mesmo acontecesse em e com as suas propriedades, aumentando a violência infligida contra os escravizados, apesar disso, o mito de uma escravidão benigna ganhou força, influenciado por uma aparente e consensual miscigenação baseada, de fato, no estupro e violação das mulheres negras pelos homens brancos. Em paralelo, houve a chegada dos imigrantes europeus, com ideais marxistas, comunistas e perigosos aos olhos do patriarcado e

os trabalhadores brasileiros (libertos, livres e não-negros) passaram a ser vistos como pacíficos, ideologia que se estendeu para os escravizados.

(...) nem a escravidão era benigna, nem os escravos eram pacíficos, ou submissos, mas na ideologia dominante, a pretensa passividade era o qualitativo mais comum. (...). Opera-se, com isso, a transposição do imaginário sobre a escravidão para a ordem capitalista: o povo só interessa na qualidade de conjunto de indivíduos resignados, um a um, à sua posição na hierarquia de posições, que recompensa cada um, desde que reconheça, naquele que recompensa, alguém com autoridade sobre si. (CARDOSO, 2010, p.71-72)

Esse mito do “ser pacífico” queria na verdade reforçar uma cultura de imposta submissão, apagando a luta do povo negro pela liberdade, negando o protagonismo e apregoando uma aceitação plena das condições de cerceamento da liberdade, privação da autonomia de seus corpos e das constantes humilhações e violências sofridas.

Adalberto Cardoso (2010), ao escrever sobre as relações entre o trabalho e as desigualdades na sociedade brasileira, buscou no período escravocrata um argumento que tenciona a discussão considerando a relação entre a luta de classes e raça.

Ao longo do período escravocrata, evidenciou-se não apenas o estabelecimento de uma ordem social que privilegiava as pessoas brancas como também marcava posições e atividades laborais. Todas as atividades físicas, os trabalhos mais pesados, mais difíceis (considerando a limpeza, por exemplo) eram destinados às pessoas negras e escravizadas.

O teórico Jacob Gorender, que dialoga com que é abordado por Cardoso, fala sobre os trabalhos realizados pelos negros escravizados, dedicando-se, inclusive, a discutir sobre as formas de exploração da mão-de-obra. Sobre o trabalho realizado pelo escravizado denominado por ele como doméstico. Chamando atenção para o fato de tratar-se não de um retrato rural, e sim, urbano.

Em primeiro lugar, no regime escravista os criados tinham de ser escravos. Observou Vilhena que os portugueses chegados ao Brasil como criados ou criadas, cedo se davam conta que isto era aqui ocupação de negros e mulatos, recusando-se a continuar no serviço doméstico. (...). Seriam comparados aos escravos se aceitassem trabalho tão aviltante. (GORENDER, 2011, p.461)

A discussão abordada pelos autores nos remete à representação social da empregada doméstica na contemporaneidade. Ainda um trabalho mal remunerado,

pouco valorizado e quase nada reconhecido. Em sua maioria executado por mulheres negras, o que denota a forte impregnação da cultura escravista em nossas relações sociais e de trabalho.

As vozes de Cardoso e Clóvis Moura (1992) somam ao dizerem que povo negro escravizado no Brasil, compunha uma classe trabalhadora cuja força de trabalho não era comprada (e sim, roubada). Ao contrário do que se pensa, os africanos escravizados ao serem trazidos para o Brasil, trouxeram com eles conhecimento e tecnologia para o trabalho com a terra, produção de cerâmica e manuseio do ferro.

Os típicos artefatos confeccionados pelos grupos africanos eram: enxadas, machados, enxós e pontas de lança. Esses artefatos tinham, além de uma função utilitária, um caráter simbólico. A enxada poderia ser apenas uma ferramenta ou simbolizar uma oferenda mortuária, um dote, um talismã protetor representando autoridade, saúde, status social, e fazer parte de rituais secretos. Um dos prováveis motivos de o ferro estar relacionado a papéis sociais é que apenas alguns indivíduos escolhidos recebiam de seus antecessores os conhecimentos da metalurgia. Conhecimentos que acreditavam terem sido passados pelos próprios deuses aos ancestrais daquele grupo. (CAMPOS, 2009, p.02)

O surgimento de uma classe trabalhadora brasileira, segundo Cardoso, só é considerado, pelos estudiosos do tema, a partir da chegada dos imigrantes europeus e a venda de sua força de trabalho livre. Cardoso “denuncia” então, que todos os anos de exploração de trabalho forçado e conhecimento roubado do povo negro escravizado, foram apagados da história. É como se no período da escravidão não existisse uma classe trabalhadora por esta ser escravizada. Mas há uma classe trabalhadora quando é uma determinada classe que executa determinados trabalhos.

Essa classe trabalhadora e escravizada não aceitava essa imposição sem quaisquer atos de rebeldia ou revolta. Incontáveis fugas, atos de união e enfrentamento eram a forma encontrada para lutar contra a situação que lhes era imposta. O que seria tal descrição senão uma vigorosa luta de classes.

Clóvis Moura corrobora com Adalberto Cardoso e fala sobre o que ele chamou de participação política do povo negro em revoltas e levantes populares. Em *A História do Negro Brasileiro*, Moura discute sobre a importância do povo negro e sua relevância para a constituição do país. Na atuação política, Moura fala que nem sempre foi possível para os escravizados, principalmente, a inclusão da pauta racial

nas batalhas travadas. Em alguns momentos a participação fora imposta, em outras foi oportunidade de fuga e aquilombamento²⁰, em outras tantas, como Canudos, fora espontânea. Nesta, o autor chama a atenção para a coalizão de forças, visto que a luta de classe e a luta racial se encontram.

Perpassada pelo viés racial, a luta de classes assume o caráter de luta racial, de enfrentamento ao racismo. Sobre isso, Carlos Hasenbalg problematiza a existência do racismo como garantidora da dominação de uma raça sobre outra, ou seja, uma ação social de dominação, exercício de poder. O autor diz ainda que “os arranjos racistas operam em benefício da classe capitalista e em detrimento de todos os trabalhadores”. (p.77, 1982)

A luta de classe e raça do período escravocrata em determinadas situações sofreu drásticas modificações, em outras, apenas não tem mais o caráter acintoso, mas que de modo geral, mantém-se presente e modernizada.

As pessoas negras não são mais escravizadas, mas a sua força de trabalho ainda é pouco valorizada; os negros, agora livres, continuam tendo sua humanidade questionada; as negras libertas, continuam tendo seus corpos usurpados, coisificados; os negros que outrora viviam nas senzalas, hoje estão nas comunidades e favelas. O que de fato mudou é que agora as pessoas negras não são mais escravizadas.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em tempos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio). (GONZALEZ, 1984, p.3)

A liberdade, o fim da escravidão, não foi um sinônimo de aquisição de cidadania para os negros, visto que, como dito anteriormente, a própria humanidade ainda é questionada. Não como dado científico, é verdade, mas como forma de manutenção de poder. Poder este que em exercício numa sociedade de consumo,

20 Faz referência a estar em um Quilombo. Ao fugir do cativeiro buscava-se o aquilombamento, a entrada em um quilombo. Mais adiante o termo será novamente usado, mas em outro contexto.

ameaça trocar a cidadania pelo status de consumidor, conforme problematiza Marilena Lazzarini (2007).

3. NEGRITUDE E CONSUMO NO PROCESSO DO ENEGRECER

3.1 A sociedade de consumo

Em 1867 foi publicada a primeira parte de um livro cuja influência perpassou pelos séculos e, ainda hoje, é uma referência para os/as estudiosos/as de diversos campos do conhecimento. No referido livro, o Consumo, foco do presente estudo, é particularmente abordado.

Em Marx, por exemplo, o consumo que é tratado mais diretamente é o consumo produtivo, pois o consumo final ocorre já fora do circuito da reprodução do valor e da mais-valia e, desse ponto de vista, é um processo cujas características peculiares torna-se menos urgente esclarecer em detalhe. Marx não nega importância ao consumo enquanto ato de aquisição, na medida em que ele é parte do momento da realização do valor, e esse momento tende a se tornar um gargalo do processo de acumulação à medida que o capitalismo se desenvolve. Mas a ótica novamente é a da produção do valor (e reprodução do capital). (TASCHNER, 1996 - 1997, p. 28)

A obra em questão, "O Capital", de Karl Marx, trouxe ao público uma discussão sobre a mercadoria (valor de uso e valor de troca), o valor, o trabalho melhor dizendo, o uso e consumo da força de trabalho dos/das operários/as e as bases do capitalismo que se estabelece com a Revolução Industrial. Além da proposta que visibiliza o poder (impositivo e nefasto) do capital, relação social de um processo de apropriação e acumulação - exploração - de um trabalho não pago. Fica evidente ao longo do livro a importância de uma reflexão mais aprofundada (por parte da população trabalhadora rural e urbana) sobre a luta de classes e de como o capitalismo se sustenta nesse processo.

Trazendo a mercadoria como elemento fundamental para o capitalismo, Marx discute o processo da perda do domínio do método de fabricação pelo produtor/trabalhador, sua conseqüente alienação pela obrigatoriedade de uma jornada extenuante e não apropriada do procedimento fabril; o desgaste do corpo e do "espírito" da classe trabalhadora a que, conforme os países e regiões essa classe é integrada por homens e mulheres brancos/as, negros/as, índios/as, mestiços, de etnias diferentes. Relacionado a isso, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho, alimentação e moradia; por isso a necessidade de reivindicar melhores condições e, por fim, conhecer e entender a chamada *luta de classes* entre a burguesia e o proletariado.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de

dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se “como todo indivíduo se perpetua pela procriação”. As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa raça de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias. (MARX, 2014, p.289)

Existe ao longo do texto de Marx uma percepção da exploração da força de trabalho e desqualificação dos trabalhadores, operários, pela tarefa executada. No trecho acima, há o reconhecimento da existência de uma ordem social, que privilegia a burguesia e explora o proletariado, e além disso, promove a estagnação da pirâmide social, no sentido de um cuidado para que ela não seja subvertida. Faz-se necessário que seja mantida a sucessão, a hereditariedade social, ou seja, que os filhos burgueses assim permaneçam e os filhos operários dessa forma continuem.

Na dinâmica contraditória do capital, na sociedade de consumo com sua *cultura do consumo*, o mercado disponibiliza a “todos/todas” suas mercadorias, os bens de consumo objeto do desejo dos homens e mulheres das sociedades concretas. Cada vez mais dá-se a aparência de um mercado que iguala a todos/as no desejo do uso dos bens/mercadorias. Entretanto, a relação de troca não é possível realizar por todos/as os/as consumidores/as

A autora Livia Barbosa apresenta um leque de teorias e autores que refletem sobre o tema do consumo, e inicia a discussão afirmando a dificuldade em conceituar o que vem a ser “sociedade do consumo” destacando a necessidade de entendermos conceitos anteriores como sociedade, cultura, consumo e consumidores. Provocando ainda mais a discussão, a autora lança os seguintes questionamentos:

A cultura do consumo representa a importância crescente da cultura no exercício do poder. O poder de escolha do indivíduo da esfera do consumo nas sociedades pós-tradicionais tem sido campo de debate sobre a sua real liberdade de escolha ou submissão a interesses econômicos maiores que se escondem por trás do marketing e propaganda. Será o consumo uma arena de liberdade e escolha ou de manipulação e indução? Terá o consumidor efetivamente escolha? Ele é súdito ou soberano, ativo ou passivo, criativo ou determinado? (BARBOSA, 2004, p.35)

São perguntas genéricas, mas consideram um público de consumidores/as que se reconhece nessa oferta, que se vê representado de forma positiva pelo marketing e pela propaganda. Precisamente esta dissertação pretende discutir esta

questão, lançando questionamentos para aqueles/aquelas que, até pouco tempo, eram invisíveis, marginalizados/as e estigmatizado/as pelo mercado e sua indústria.

Durante muito tempo o consumo foi algo de que a maioria dos negros era excluída — principalmente os escravos. Proibições em relação ao consumo (ostentoso) destinavam-se a desumanizar e a marcar a exclusão. Não admira que ainda hoje os direitos civis sejam comumente distribuídos em função do que se pode consumir, do livre acesso aos rituais associados ao consumo ostentoso e ao que desse consumo se pode fazer notar em público. O consumo, portanto, também é um marcador étnico, bem como uma forma de oposição à opressão, uma maneira de, como negro, fazer-se visto ou mesmo ouvido. Por um lado, historicamente o consumo tem sido uma forma poderosa de expressão da própria cidadania e vem adquirindo cada vez mais importância na determinação do status entre os negros no Novo Mundo. (SANSONE, 2000, p.88)

De acordo com Marilena Lazzarini (2007), há uma perda nas relações de consumo contemporâneas. Anteriormente havia a viabilidade e valorização das relações estabelecidas entre as pessoas no cotidiano da comunidade, entre as/os clientes e as pessoas atendentes. Dinâmica percebida nos mercados de bairro, nas feiras e nos pequenos negócios. Com a globalização, o poder da mídia e a abrangente cultura de massas (supermercados, hipermercados, shoppings...), expectativas de consumo, ilusoriamente largas e irrestritas, foram sendo criadas sem considerar as especificidades das populações das diversas regiões do Brasil e dos povos pelos quais é composto. Imposições de um mercado que visa o consumo e não os/as consumidores/as, ou melhor, as pessoas.

E também geram distorções nos hábitos de consumo das camadas que não podem aceder a esse padrão. (...). É evidente que todo mundo deve ter o direito de consumir o que o homem é capaz de produzir, bens ou serviços. (...) Vivemos hoje em uma “sociedade de mercado” onde cada vez mais as regulamentações em favor do consumidor passam a ser tratadas como barreiras ao comércio. Existe uma tendência para que o conceito de cidadania seja reduzido, deslocando-se do espaço da sociedade, do tecido social, para o espaço do mercado, onde só será cidadão quem tiver capacidade econômica para consumir. (LAZZARINI, 2007, p.57)

Nestor Garcia Canclini (2010), por sua vez, explora a discussão sobre o ser cidadão e consumidor. Segundo o autor, a cidadania não versa apenas sobre os direitos e o lugar formal na sociedade, abrange o reconhecimento do outro pelo enquadre de sujeitos cujos interesses e valores são válidos e pertinentes. O autor reflete ainda sobre a necessidade de uma concepção que compreenda essa forma de estar no mundo (globalizado, capitalista, liberal...) mas que se articule com as

concepções anteriores e que ainda se fazem presentes. O autor observa o consumo como uma dimensão do exercício de cidadania.

3.2 Consumo e cidadania

Marilena Lazzarini (2007), por sua vez, aproxima a discussão sobre o consumo à luta de classe, ao questionar o papel dos movimentos de consumidores/as diante dos desafios do consumo atual. Segundo Lazzarini, que é fundadora e coordenadora de Relações Internacionais do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do consumidor), as dificuldades dos movimentos de consumidores/as, estão aumentando e as desigualdades frutos dessas dificuldades estão sendo ampliadas e, nos últimos vinte anos, cada vez mais percebidas.

A autora argumenta que o modelo liberal adotado pelo comércio global passou a ser o definidor de políticas governamentais, o que por sua vez gerou um “retrocesso no modelo de bem-estar social com a diminuição da ação estatal em diversas áreas” (LAZZARINI, 2007, p.55). Essa orientação política pelo mercado liberal ameaça direitos conquistados, incluindo, serviços básicos como direito a água e energia elétrica. Por se tratar de um modelo de aplicação global, o Brasil não é o único país a submeter-se e à sua população, que sofre em comunhão com tantas outras.

Uma alternativa oferecida pela autora no sentido de fortalecer a luta e aumentar o poder de resistência é a perspectiva de uma “solidariedade global” entre os movimentos de toda parte do mundo.

(...) é que as organizações de consumidores não podem ignorar que fazem parte de um movimento que luta por maior justiça social; que 1,3 bilhão de pessoas praticamente não são consumidoras pois vivem com menos de 1 dólar por dia, não podendo satisfazer suas necessidades básicas de consumo; que muitos milhões de crianças estão sendo exploradas como mão de obra barata, para contribuir na subsistência de suas famílias; que 680 milhões de pessoas no mundo não tem acesso a serviços básicos de saúde; que 4,4 bilhões de pessoas que vivem em países em via de desenvolvimento, que 1,5 bilhão tem água limpa e 2,8 bilhões não tem acesso a saneamento básico, condição básica para vida. E que 2 milhões de pessoas não tem acesso a eletricidade, conforme dados das Nações Unidas. (LAZZARINI, 2007, p.56)

Conforme Lazzarini, há uma necessidade de mudança no padrão de consumo. A autora afirma que o referencial de consumo que se tinha dentro de uma

comunidade e que muitas vezes estava atrelado a relação de solidariedade, convivência e organização social está sendo perdido e substituído pelo referencial exposto nas telas de TV, computador e/ou smartphones.

Na luta pela garantia dos direitos do consumidor, os movimentos e organizações (com esse fim), acabam por se articular e ampliar a luta, levando-a para outros campos como a luta pelos direitos civis, sociais e políticos.

Para a população negra, essa discussão se faz ainda mais complexa, pois antes mesmo de ser invisibilizada racialmente pelo mercado enquanto consumidora, teve a própria cidadania negada. A invisibilidade da população negra para o mercado é perpassada pelo mitos e preconceitos que fundamentam o racismo (velado), estruturam a sociedade e ajudam a manter a ordem social vigente. Contraditoriamente, explica Claudia Gomes (2017) hoje, a indústria de cosméticos encontrou um nicho de mercado para a *beleza negra* de mulheres e os homens negros com seus produtos afro. Nicho que para a indústria e o mercado se traduz em dinheiro e capital: comercial, financeiro e industrial. Para a grande maioria das mulheres negras e homens negros, tais produtos e o uso dos mesmos são pagos com seus *salários*, empréstimos, prestações em cartões de lojas fidelizados, etc.

Em consonância com o que chama atenção Lazzarini a partir de suas vivências ao trabalhar com o direito dos/das consumidores/as, anos antes, em 1999, Otávio Ianni no artigo intitulado “O príncipe eletrônico” teorizava a respeito. Neste, o autor faz uma relação entre as mudanças de paradigmas onde a sociedade passa atuar como um mercado e a/o cidadã/o passa a ser apenas consumidor/a e o papel das mídias nesse processo.

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e a reprodução do capital; e operando decisivamente nas formações de “mentes e “corações” em escala global. (IANNI,1999, p.17)

3.3 Publicidade e as pessoas negras

Grant McCracken (2007) traz para a discussão, inserida no contexto da sociedade de consumo, o bem material que se reveste de uma relevância cultural, que seria o significado cultural dos bens de consumo. Para tanto, afirma o autor,

fazem parte do circuito para tal aquisição, não apenas a indústria de mercado e os consumidores, como também, se apresentam de forma contundente os projetistas, produtores e publicitários. Produto das relações e interações sociais, os significados estão em constante mutação e peregrinação, assim como a própria sociedade de que é originário.

Conforme o autor, os significados estão sempre em movimento e normalmente seguem o fluxo que vai do mundo culturalmente constituído para os bens de consumo e em seguida para os/as consumidores/as, tendo facilitadores para essas transições. Há no que é dito pelo autor, uma relevância bastante significativa à questão cultural e sua influência na sociedade.

A Cultura constitui o mundo dos fenômenos de duas maneiras. Primeiramente a cultura é a “lente” pela qual o indivíduo enxerga os fenômenos; assim sendo, determina como os fenômenos serão apreendidos e assimilados. Em segundo lugar, a cultura é a “planta baixa” da atividade humana, determinando as coordenadas de ação social e atividade produtiva, e especificando os comportamentos e objetos que derivam de uma e de outra. (...). Em suma, a cultura constitui o mundo, suprindo-o de significado. Esse significado pode ser caracterizado em termos de dois conceitos: categorias culturais²¹ e princípios culturais²². (MCCRACKEN, 2007, p. 101)

Considerando aspectos das categorias culturais, chamando atenção para a categoria raça, enquanto construção social, há ao longo dos anos um reforço do significado dessa categoria em uma escala mundial. No sentido de que embora haja uma pluralidade de raças, há uma ordem hierarquizante na qual a raça branca ocidentalizada se sobrepõe a quaisquer outras.

A raça negra, cujo presente trabalho se debruça, mantém-se como base nessa pirâmide. As categorias e princípios retratam da pior forma características existentes ou não. A raça negra é sinônimo de inferioridade, subalternidade, atrelado a caráter duvidoso e elástico (marginalidade), inteligência abaixo da média (baixa escolaridade), corpo fisicamente adaptado para trabalhos “pesados” (baixo exercício intelectual). Ou seja, categorias e princípios, que em nada enaltecem as pessoas de

21 Categorias Culturais: São as coordenadas fundamentais do significado, representando as distinções básicas que uma cultura usa para dividir o mundo dos fenômenos. Por exemplo, todas as culturas especificam a categoria tempo. (MCCRACKEN, 2007, p.101) Ex.: Tempo, espaço, natureza e pessoa, criam distinções.

22 Princípios Culturais: Idéias ou valores de determinam como os fenômenos culturais são organizados, avaliados e interpretados (...) São as premissas básicas que permitem que todos os fenômenos culturais sejam distintos, classificados e inter-relacionados. (MCCRACKEN, 2007, p. 103)

raça negra e que por consequência ajudam a manter a ordem social e o topo da pirâmide ocupado pelas pessoas brancas.

Retomando o que foi dito anteriormente, o significado cultural não é fixo, transferindo-se inicialmente do mundo para o bem material e em seguida para os consumidores. Nesses processos de transferências há os instrumentos de facilitação, e é nesse momento que a publicidade passa a exercer grande influência.

Instrumento de transferência do significado do mundo culturalmente constituído para o bem material, a publicidade não só exerce influência como precisa estar atenta às influências do mundo e dos próprios consumidores. Há nesse contexto a indústria, o sistema de moda, os jornalistas, enfim, uma gama de outros atores e atrizes que fazem parte do processo, mas cujo destaque será dado às empresas de publicidade.

A publicidade funciona como método em potencial de transferência de significado, reunindo o bem de consumo e uma representação do mundo culturalmente constituído no contexto de uma peça publicitária. O diretor de criação de uma agência publicitária procura ligar esses dois elementos de tal maneira que o espectador/leitor perceba entre eles uma similaridade essencial. Quando essa equivalência simbólica é estabelecida com sucesso, o espectador/leitor atribui ao bem de consumo determinadas propriedades que sabe existirem no mundo culturalmente constituído. As propriedades conhecidas do mundo culturalmente constituído passam, assim, a residir nas propriedades desconhecidas do bem de consumo, e se realiza a transferência de significado do mundo para o bem. (MCCRACKEN, 2007, p.104)

Embora McCracken explicita a tarefa da publicidade de modo a parecer fácil, não o é, pelo contrário, o que é denominado pelo autor de gerenciamento de significado é a grande conquista da publicidade. Logo, um bom gerenciamento de significados atribuídos a determinado bem material, gerará valor para esse bem, porque estará associado diretamente ao significado. Quanto maior o conjunto de significados (ideais), maior valor atribuído ao bem material.

Considerando que os significados atribuídos às pessoas de raça negra não são valorativos e edificantes, McCracken ajudar a trazer luz para a questão que instigou, inicialmente, esta dissertação: a publicidade e as pessoas negras, no caso, a ausência ou os lugares ocupados pelas pessoas negras nas publicidades. Entendendo que os objetos e bens materiais por eles (pessoas de raça negra) utilizados, estariam sendo associados a esses mesmos significados impostos às pessoas negras.

Clóvis Moura, em *Sociologia do Negro brasileiro* (1988), dedica-se, no avançar das discussões, à problemática da imprensa preta que existiu em São Paulo. Entre os anos de 1915 a 1963, o jornal *O Menelick* aborda temáticas referentes ao povo negro. Moura questiona a necessidade de haver, em um país que se diz uma democracia racial, a existência de uma imprensa, alternativa, que dê conta das demandas de uma população específica – marginalizada pela sua cor.

Pouco conhecida e não incluída nos programas das escolas de comunicação como um capítulo a ser estudado e interpretado a imprensa negra ficou na penumbra, como se fosse pouco significativa. (...) A sua importância foi subestimada e desgastada por uma visão branca da imprensa, que marginalizou os jornais negros impressos na época. Assim como o negro foi marginalizado social, econômica e psicologicamente, também foi marginalizado culturalmente, sendo, por isso, toda a sua produção cultural, considerada subproduto de uma etnia inferior ou inferiorizada. (MOURA, 1988, p.204-205)

Embora Clóvis Moura estivesse falando sobre os jornais, cabe a reflexão trazida por ele, para reforçar o lugar destinado ao povo negro, assim como as constantes invisibilizações e negação do protagonismo. É importante ressaltar essa característica do autor de resgatar o protagonismo negro dando luz a seus expoentes e para as contribuições na constituição do país.

Carlos A. Hasenbalg diz que “o registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade”. (p.105, 1982). Para tanto, ele cita algumas situações que amparam essa afirmação. O autor inicia seus apontamentos falando sobre o pouco reconhecimento sobre as contribuições do povo negro na história do país; em seguida ele relembra a destruição dos documentos (pelo renomado Rui Barbosa) que não só atestavam o tráfico como contavam a história de cada escravizado que aqui chegou; em seguida o autor fala sobre a retirada do quesito raça/cor, nos censos de 1900, 1920 e 1970 e encerra trazendo a impossibilidade de discutir a questão da temática racial.

Ainda de acordo com Hasenbalg, (1982, p.105) “o intento de fazer do negro um ser invisível não deveria chamar a atenção em uma cultura que, proclamando-se racialmente democrática está permeada pelo ideal racista do embranquecimento”. Para o autor, todo esse processo influencia na formação da identidade das pessoas negras, salientando ainda que tal identidade é definida pelo branco.

Partindo desse pressuposto, o autor, parafraseando Lélia Gonzalez, fala que as situações que apresentam a/o negra/o em situação positiva denotam relação com

o corpo. Seja o ritmo, o vigor, a resistência física ou a sexualidade; há em comum entre elas o uso do corpo negro como objeto de divertimento.

Na medida em a publicidade opera segundo a linha de menor resistência e que sua função é vender produtos ao maior número possível de pessoas e não mudar estereótipos, a expectativa inicial é que ela tende a reproduzir as manifestações de racismo presentes na cultura. (HASEMBALG, 1982, p.107)

Conforme Carlos Augusto M. Martins (2009), foi em virtude das comemorações pelo centenário da abolição da escravatura no Brasil, que as discussões em torno da existência do racismo no Brasil; sua condição estruturante para a sociedade e a conseqüente necessidade de um debate amplo e crítico, ganharam destaque em todo território. O ano específico era 1988, e foi particular sua contribuição para o alinhamento de movimentos de enfrentamento ao racismo, organizações e a população negra em geral. O reflexo da inserção da discussão da temática racial no contexto da sociedade como um todo, tirando-a dos redutos e ambientes específicos, foi percebido em várias esferas, inclusive na publicidade e no consumo.

Ainda segundo o autor, inserindo-se nesse contexto, a Revista Propaganda²³ publicou uma matéria chamada "O negro como modelo publicitário", na qual entrevistava vários executivos de destaque na área publicitária, questionando-os sobre a quase inexistente presença de negros nas campanhas. As respostas apresentadas negavam o racismo (tentavam) e direcionavam a ausência para uma questão social e diretamente ligada ao poder aquisitivo.

Como dito anteriormente, o racismo se faz presente na sociedade de forma estruturante, está tão arraigado, tão naturalizado que, muitas vezes, ele está presente e não é percebido, como na fala a seguir: "Nos comerciais, as pessoas querem se ver representadas como lindas, ricas, poderosas. E os pretos são pobres, meu amor" (MARTINS, 2015, p.43).

Em outras falas, a tentativa de negar o racismo coloca pessoas brancas como modelo de algo a ser atingido, invejado, e por isso, representantes ideais para as

23 Revista Propaganda: A mais tradicional publicação especializada em publicidade e propaganda do Brasil, com circulação ininterrupta há mais de 50 anos. (...) Profissionais ligados ao mercado de criação e produção publicitárias, como produtoras, estúdios, bancos de imagens, agências e outros, leem mensalmente a revista Propaganda, a revista de quem tem atitude. E, quanto mais atitude, mais sucesso! Disponível em: <http://www.editorareferencia.com.br/revista-propaganda>

campanhas. Isto porque, segundo os entrevistados, as pessoas negras ambicionam o que os brancos possuem e retratam, portanto, os consumidores de um modo geral.

Em uma matéria de 1988, uma revista que ainda hoje está em circulação, fez emergir o que sempre se soube e sempre foi negado. A publicidade no Brasil é embranquecedora e não reconhece as pessoas negras como consumidoras e muito menos como cidadãs. Quase 30 anos passaram e esse passado ainda se faz presente.

Em uma sociedade cada vez mais direcionada pelo poder do mercado e do capital, onde o Estado, para atender demandas, passa a abrir mão do bem-estar da população e direitos anteriormente universais passam a ser negados. Há uma mudança nesse status social cujo reconhecimento não se faz pela cidadania, mas pelo poder de consumo, pelo ser consumidor.

Esse reconhecimento, outrora universal, não foi universal para as pessoas negras, que tiveram, principalmente no período da escravidão, negadas não só sua cidadania, mas algo ainda mais determinante. Era negada sua humanidade. Hoje não mais de forma acintosa, mas velada, o racismo se mantém presente e continua a negar às pessoas negras a humanidade, a cidadania.

É recorrente a presença do racismo em atos travestidos de brincadeiras, que por muitos anos foram aceitos e hoje são questionados e nomeados como racistas. A comparação da pessoa negra com macacos reforça a negação da condição humana, embora não necessite do reconhecimento do outro para tal enquadramento (como ser humano), esse ato recorrente tem consequências que impactam na aceitação da pessoa negra enquanto pessoa negra, negando características físicas próprias da raça.

Outro mote racista e que pode ser conferido em campanhas publicitárias diversas e em vários momentos da história, é a insinuação da necessidade de embranquecer a pele negra e associá-la à sujeira.

Figura 1



Imagem: Propaganda Dove antes e depois
 Fonte: Google imagens

Outro lugar comum racista, também facilmente percebido pelas publicidades é o branqueamento da pessoa negra que ascende social e financeiramente. Ou seja, quando a pessoa negra é vista em campanhas publicitárias, há um embranquecimento para que seja aceita. Mais uma vez, reforçando a ideia da publicidade a serviço da manutenção da ordem social (branca) vigente.

Na imagem abaixo, vê-se um homem negro, antes e depois de entrar na faculdade, seu rosto foi “dividido”. Metade do rosto, o lado esquerdo é o antes e o lado direito é após aquisição do diploma. Visivelmente o lado esquerdo (anterior à entrada na faculdade) é mais escuro que o lado direito. Reforçando o estereótipo cultural de que pessoas negras são pouco inteligentes, não gostam de estudar e portanto, não estão nas faculdades. Se uma pessoa negra conquista o diploma de uma graduação, ela não deve ser tão negra assim.

Figura 2



Imagem: Propaganda de faculdade
 Fonte: Google imagens

Em sua Dissertação, *Racismo anunciado: o negro e a publicidade no Brasil*²⁴, defendida em 2010, Carlos Martins percebeu que quando pessoas negras aparecem em contexto publicitário normalmente são estereotipadas e representam seis tipos de papéis: trabalhador braçal (ou pouco qualificado), artista, atleta, mulata, africano (ou primitivo) e o carente social.

Embora tenha identificado um aumento na presença de pessoas negras na publicidade, no período concentrado de sua pesquisa, Martins revelou ser o homem negro o mais presente. Os personagens estereotipados diminuíram, mas em compensação a representação não passou a ser valorosa ou não-estereotipada e sim, neutra.

A ampliação da rede de enfrentamento ao racismo, empoderamento e reconhecimento da identidade negra pelas pessoas negras, atrelada ao aumento da capacidade de consumo, inspira um número cada vez maior de produtos voltados para a questão do cuidado capilar para as pessoas negras, ou não. Isto porque, os produtos de maior inserção e visibilidade, oferecem tratamentos para os cabelos cacheados, não especificamente crespos, não obrigatoriamente característicos de negros e negras. Há uma maquiagem, um véu que evita mostrar a verdade como é.

²⁴ *Racismo anunciado: o negro e a publicidade no Brasil* é dissertação de mestrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, defendida em 2010 por Carlos Augusto de Miranda Martins. Visou analisar publicidades em revista semanal (Veja), que circularam entre os anos de 1985 e 2015.

Situações do cotidiano, tão cotidianamente presentes que muitas vezes não são percebidas como de fato são, fazem parte de todo um movimento que serve para a manutenção daquilo que está posto. A luta de classe e raça, presente desde os tempos da escravidão, sofreu adaptações, obteve conquistas, mas o status quo da sociedade continuou o mesmo.

A anuência do Estado, abordada em capítulo anterior, está para além das regras e leis, ou da aplicabilidade absurdamente sectária e punitiva da Justiça para com o povo negro.

O uso da publicidade pelo Estado não é estratégia nova e tampouco restrita ao Brasil. Como dito anteriormente, a propaganda fora maciçamente usada nos períodos de guerras e pós-guerras. Não obstante, considerando o território brasileiro, a publicidade foi mecanismo útil para a diminuição das distâncias e a disseminação das informações de nível Federal.

Fazendo uso dos diversos canais para acessar a população, houve a adaptação dos canais de comunicação e o Governo aderiu às redes e mídias sociais. Precisamente, em junho de 2019, foi necessário fazer uma atualização no texto da dissertação para a inclusão de uma publicação disparada pelo Ministério da Educação.

Por se tratar de um pequeno vídeo, a título de visualização, foram tiradas fotos das telas apresentadas e das mudanças que compunham o vídeo e que implicavam na composição final. A publicação, sobre as inscrições para o ProUni²⁵, ainda consta no Twitter²⁶ do Ministério da Educação com data de 13 de Junho de 2019. Após receber críticas que relacionavam a peça publicitária com uma ação racista, o Ministério da Educação publicou nota informando que o intuito da peça era contemplar a diversidade de pessoas.

25 É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>

26 Rede social fundada em 2006 nos EUA que permite enviar e receber mensagens de outros usuários, além do recebimento de notificação quando algum contato que é acompanhado publica algo novo.



Conforme as imagens apresentadas, a peça publicitária inicia mostrando em exclusivo destaque, uma moça negra em pé, com o braço esquerdo posicionado perpendicularmente junto ao corpo e o braço direito flexionado em quase 90 graus, com a mão segurando a alça da mochila que pende nas costas. Em seguida, no lugar do seu braço direito surge um quadro com um braço segurando um canudo e cuja a mão é branca. O próximo quadro é uma cabeça de uma mulher branca que

surge por cima da cabeça da moça negra. Outros dois quadros surgem por cima da moça negra contendo informações sobre o período do Prouni. A peça é encerrada com a logo do Ministério da Educação.

Embora apresente uma mulher negra logo no início do desenvolvimento da peça, é possível perceber a perspectiva racista nela contida. Trata-se da propaganda de um programa que viabiliza o acesso à formação superior, cuja mulher entra negra na universidade, mas quando pega o canudo, tem a mão e a cabeça brancas. A imagem reforça a ideia de um embranquecimento sofrido pela população negra que pelo acesso ao conhecimento, se afasta da negritude e se aproxima da branquitude, considerando ser (d)a branquitude o lugar da sapiência.

As relações de exploração e dominação continuam a se fazer presentes, embora agora, sejam emolduradas pelas vastas campanhas publicitárias. Não se pode negar a crescente presença das pessoas negras nas publicidades, mas se faz necessário e urgente questionar os papéis representados e os espaços ocupados.

4. MULHERES NEGRAS MOVIMENTO E IDENTIDADE

Embora não haja consenso quanto à data de criação/invenção ou início das atividades do hoje conhecido, Movimento Feminista, ele se fundamenta no século XVIII, na Europa Ocidental, apesar de ter fundamentos anteriores a essa época. Vale salientar, que as mulheres, antes mesmo do movimento feminista, já tinham atitudes de “embate” diante de situações de desigualdade, porém, não se manifestavam de forma coletiva.

De acordo com Maria de Fátima Guimarães, em seu texto: “Trajetória dos Feminismos: Introdução a abordagem de gênero” (2005), o feminismo “como ação organizada de caráter coletivo, que tem como objetivo combater a particular situação de subordinação das mulheres, surgiu no meio das mudanças que marcaram a história da Europa Ocidental (...)”. (Idem, p.78)

A ideia de inferioridade e subordinação das mulheres partiu da interpretação de base biológica e religiosa sobre o corpo das mulheres. Acreditava-se, como ainda se acredita, que o corpo das mulheres confirmava a “natural inferioridade” feminina, o que era ratificado pelas crenças religiosas judaico-cristãs. Crenças que não eram contestadas até o século XVIII, quando começaram a surgir conceitos mais sociológicos, em que o próprio período revolucionário na França, com o engajamento de muitas mulheres, contribuiu para isto. Embora não se consolidou no senso comum nem na cultura política das lideranças masculinas. Ainda, de acordo com a autora mencionada, Jean-Jacques Rousseau defendia, com vigor, a igualdade política, econômica e social para os homens, mas não reservava às mulheres os mesmos direitos e empenho. Para ele, segundo Fátima Guimarães (idem), a espécie humana dividida entre homens e mulheres, também tinha seus espaços e papéis específicos na sociedade. Ao homem caberia o espaço externo, a área pública, e à mulher, o espaço privado.

A respeito, Ana Alice Alcântara Costa dizia:

Historicamente, em geral, as mulheres têm estado ao outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade. Não puderam decidir sobre suas vidas, não se construíram como sujeitos, não exerceram ou exercem o poder e não o acumulam, mas o reproduzem, não para elas mesmas mas para aqueles que de fato o têm controlado sempre. (COSTA, 1998, p.19)

Em 1790, 1791 e 1792, são publicados textos que expõem não só as situações de inferioridade e submissão impostas às mulheres como também questionam e enfrentam a superioridade masculina. Reforçando a ideia de uma construção social e histórica. Para Maria de Fátima Guimarães,

(...) o feminismo vai desenvolver tanto como teoria que supõe uma revisão crítica das construções teóricas que falam sobre as mulheres, manifestando que a tarefa destinada historicamente às mulheres não tem sua origem na natureza e sem na sociedade, quanto como um movimento organizado de mulheres dispostas a sua particular situação de opressão. (GUIMARÃES, 2005, p.80)

Com o avanço e estabelecimento da Revolução Industrial e do Capitalismo, as mulheres (pobres) tiveram ampliado o espaço na esfera pública, também proletarizando-se²⁷, diante da necessidade de contribuir com a manutenção da sua família. Embora, continuassem sendo consideradas inferiores e assim, tivessem sua mão-de-obra desvalorizada, recebendo menos por hora de trabalho. Foi com esse pano de fundo e à luz da Revolução Francesa, que os primeiros grupos de mulheres – feministas - começaram a se organizar para lutar por direitos iguais entre homens e Mulheres.

É bom registrar ainda que o movimento de mulheres, tal qual outros movimentos por emancipação do século XIX, mesmo tendo, como foi dito anteriormente, sua inspiração nas demandas igualitárias da Ilustração, surgiram também como respostas aos problemas gerados pela revolução Industrial e pelo Capitalismo. (...) Tais lutas se intensificaram e tiveram maior visibilidade no séc. XIX, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, levadas a cabo pelo que se denominou feminismo liberal. (GUIMARÃES, 2005, p.82)

A partir de então, somam em três as chamadas “ondas do feminismo”, como são conhecidas as suas fases. De acordo com Martha Giurdice Narvaz e Silvia Helena Koller (2006), a primeira geração do feminismo, visava a luta pela igualdade de direitos, ficou conhecida pelas “sufragistas” e destacava em sua luta o direito ao voto. A segunda geração, ou segunda onda do feminismo, buscava a igualdade e o respeito às diferenças entre homens e mulheres, e ficou conhecida como o “feminismo da igualdade” e “feminismo da diferença”. A terceira onda, por sua vez, passa a pensar não as mulheres, apenas, mas as questões de gênero como um todo. Nesta fase, o movimento político-social se une à academia.

²⁷ Para maiores aprofundamentos, ver, por exemplo, em "O Capital", de Karl Marx, (várias edições), o capítulo XII, 'Divisão do Trabalho e Manufatura' e o capítulo XIII, 'Maquinaria e Grande Industrial.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, em seu texto intitulado "Feminismo, história e poder" (2010), o feminismo é um movimento com características peculiares, ao ser capaz de uma reflexão autocrítica e de produzir teorias (academicistas) sobre si mesmo. Ter conhecimento e noção da relevância de tais características é fundamental para um bom entendimento da história do movimento feminista. Entender a história do Brasil e seus momentos políticos também se faz importante para compreendermos a trajetória e peculiaridades do movimento feminista no Brasil.

O Brasil ainda era um país escravocrata, digo, ainda não havia acontecido a formalização da abolição da escravidão, quando em 1832, uma mulher, Dionísia de Faria Rocha, sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, fez uma tradução livre e publicou, na cidade do Recife, o livro "Direito das mulheres e injustiça dos homens", o livro escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft, em 1792.

Ainda de acordo com a autora, Dionísia de Faria Rocha ou Nísia Floresta Brasileira Augusta foi uma das primeiras feministas do Brasil. Reconhecida intelectual, escreveu e publicou livros no Brasil e no exterior. Em 1838, fundou um colégio para mulheres no Rio de Janeiro, embora com disciplinas voltadas para os trabalhos manuais, ela ousou ao ensinar-lhes também o Português, línguas estrangeiras e Geografia. Além de feminista, escritora e intelectual, Dionísia/Nísia Floresta também era republicana e abolicionista, de fato, uma mulher à frente do seu tempo.

No Brasil, no século XIX, causas abolicionistas também foram abraçadas por mulheres, brasileiras que "ousavam" trabalhar como professoras, escritoras ou artistas, a exemplo de Chiquinha Gonzaga (década de 1880), Nísia Floresta (1853) e muitas outras. Nas primeiras décadas do século XX, Maria Lacerda de Moura, feminista e anarquista, fez ponte entre o mundo operário e a política e fundou em 1921 a Federação Internacional Feminina (leite, 1984). Ana Aurora Lisboa organizou protestos com pequenos grupos visando o direito à educação (Louro, 1997). A luta pelo sufrágio feminino também teve seu impacto no Brasil, com Bertha Luz e outras. A vitória completa só veio em 1934, como o voto feminino garantido na Constituição daquele ano. Na década de 1930, Patrícia Galvão, a Pagu, entrou para a história brasileira não apenas como escritora, mas como defensora dos direitos das mulheres. Foi a primeira presa política no Brasil no século XX. (GOHN, 2008, apud PASSOS & GARCIA, 2015, p.156)

Os anos 60 em todo mundo ocidental foram marcados por uma grande efervescência na área artística assim como na política. No Brasil, embora num

momento de redescoberta e afloramento do senso “ufanista”, exaltando a cultura e a produção nacional, havia singularidades que em muito divergiam do restante do mundo.

No início dos anos 60, a música brasileira, que viria a ser conhecida mundialmente, a bossa-nova, ostentava qualidade e requinte, atraindo jovens e a população mais velha. O rock nacional começava a brigar por um posto e a criatividade e liberdade eram pulsantes. Em 64, com o golpe militar, e um maior cerceamento da liberdade, nos anos vindouros, a situação política no Brasil passou a reprimir não só os partidos políticos (comunistas inicialmente), como também os movimentos sociais progressistas.

Conforme Céli R. J. Pinto (2010) foi nesse cenário nada amistoso que o movimento feminista brasileiro se fortalece e levanta além das suas próprias bandeiras, a da luta pela liberdade e democracia. Se colocando como verdadeiro pilar no processo de anistia e redemocratização no país.

4.1 Movimentos pela negritude

Antes mesmo da conquista da liberdade, os/as negros/as se organizavam em grupos com o intuito de lutar pela posse e autonomia de seus corpos e pela liberdade. Ao longo da travessia, nos porões dos navios, mesmo falando línguas diversas, muitas vezes ao lado de etnias rivais, houve tentativas coletivas de mudar a situação. Mas foi no interior das senzalas que iniciou o primeiro movimento (de união) do povo negro no Brasil que lutava pela liberdade e pela apropriação de seus próprios corpos. A partir daí, com o fortalecimento da luta abolicionista, algumas conquistas começaram a surgir como a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário.

Destituídas do seu corpo, as mulheres negras historicamente coisificadas, passaram por situações de violação sexual, ao engravidar não podiam exercer a maternidade (seus filhos eram vendidos ou afastados) e parindo, amamentavam os filhos dos senhores, não os seus.

Muitas vezes, o filho gerado, em situação de violência perpetrada pelo homem branco, não encontrava entre os homens negros um pai, um cuidador, cabendo unicamente à mãe, mulher negra escravizada, a responsabilidade para com os cuidados e provisões, de acordo com Isildinha Baptista Nogueira (2013).

Esse legado não fez da mulher negra uma mulher submissa, pelo contrário, tornou-a ainda mais forte, participe ativa dos movimentos pela liberdade.

Segundo Petrônio Domingues (2016), frente a uma realidade aquém do esperado e que não proporcionou possibilidades para o pleno exercício da cidadania, visto que não houve ganho material ou simbólico após a libertação, as organizações de pessoas negras começaram a surgir e ganhar força. Surge o que seria o embrião do Movimento Negro Unificado, expoente na luta pelos direitos e enfrentamento ao racismo.

O Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. Dessa forma, a luta histórica é por garantia da dignidade e de continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros. (RIBEIRO, 2008, p.990)

Nesse processo de construção, a participação das mulheres se fez presente em um contingente expressivo, mas reproduzindo a dinâmica de uma sociedade patriarcal e machista, suas pautas não eram ouvidas, sequer pautadas.

Em paralelo a esse movimento de reconhecer-se no movimento negro, mas não se sentirem contempladas em suas demandas, as mulheres negras encontram no feminismo, terreno fértil para a luta desde um olhar das relações sociais de gênero. Apesar de compartilharem da mesma definição de sexo e gênero, as mulheres negras também enfrentaram dificuldades com as mulheres brancas do feminismo. Isso porque mais uma vez, como abordado por Sueli Carneiro (2003), as demandas das mulheres negras foram desqualificadas pelas mulheres brancas.

Neste conflituoso processo, as feministas foram descobrindo que a categoria 'mulher' não é única, ela é constituída também pelas desiguais relações sociais de classe e raça. 'Homem' e 'mulher' não são categorias homogêneas, suas vivências e experiências do ser mulher e do ser homem, divergem em relação à raça e à classe. Fato que tem passado a ser compreendido por feministas que tem podido participar de encontros em que o feminismo negro também tem tido vez na voz e na sua produção acadêmica.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres

pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2003, p.50)

O movimento feminista perpassou gerações, escravaturas, ditaduras e tornou-se, como as mulheres – brancas - que o fundaram, um movimento em que a classe e a raça passaram a criar e fazer sentir os posicionamentos como hegemônicos.

Por terem o cotidiano, de modo geral, diferente, não compartilham as mulheres negras da necessidade, por exemplo, de uma bandeira de luta que permita o trabalho fora de casa. Conforme dito por Sueli Carneiro (2003), essa é uma bandeira empunhada pelas mulheres brancas, que eram mantidas por seus homens brancos, seus pais e posteriormente por seus maridos, e cabia a eles prover o lar e a família. Tal bandeira não concerne à luta das mulheres negras, por estas estarem, ao longo de sua trajetória, atuando também externamente, fora do âmbito privado. As mulheres negras escravizadas, trabalharam nas plantações dos brancos; libertas, lavavam e passavam as roupas dos brancos. Inicialmente escravizadas, posteriormente mal-remuneradas e ainda assim provedoras.

Havia também, dentro do feminismo, barreiras erguidas pela cultura e os regionalismos. Os estigmas que recaiam sobre as mulheres negras, as mantinham distantes das mulheres brancas. Estigmas e mitos manipulados com esse fim, impedir a união das mulheres mantendo o imaginário machista de que os estupros eram relações consensuais e provocados pelas mulheres negras.

As mulheres negras foram sucessivas vezes, impedidas de exercer a feminilidade, seu corpo não lhe pertencia. Ela não era uma pessoa, ela era uma coisa.

Numa referência sobre isso, Gilberto Freyre formaliza a expressão largamente utilizada à época: “Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: Branca pra casar, mulata pra f....., e negra pra trabalhar; ditado que se sente ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata”. (1987, p.72)

A escravidão terminou, mas a coisificação do corpo da mulher negra perdura no tempo atual. Criou-se em torno da mulher negra o estigma da sexualidade exacerbada e do poder de sedução. Marcolino Neto em seu trabalho de pesquisa

sobre o lugar da mulher nas telas e histórias em quadrinhos, e usando uma citação de Coutinho:

Assim a “imagem da mulher negra lasciva, elemento corruptor da ordem familiar, representada de forma quase animalesca” vai sendo difundida, apoiada na ideia de que as negras possuíam um insaciável apetite sexual, atraindo e envenenando “a mente e o corpo dos homens” e que eram “coniventes ou, de certa forma, responsáveis por sua própria exploração sexual” (COUTINHO, 2015, p.67).

Essa mulher, cujo corpo é desejado. Serve para o coito, não mais forçado, mas ainda assim, mantém-se escondido. De acordo com Pacheco (2013), a mulher negra além da objetificação e sexualização, enfrenta ainda a solidão. Ela encontra parceiros para o sexo, mas para uma relação “às vistas”, esbarra em bastante resistência. Seja do homem branco, que quando a deseja não a assume, seja do homem negro, que quando ascende econômica e socialmente passa a se relacionar com mulheres brancas.

Entendendo como a mulher negra é percebida pela sociedade e o lugar por ela ocupado, o mercado de trabalho se apresenta como mais uma forma de expressão dessa ordem social. Na maioria das situações a mulher negra está na base da pirâmide social, seguida pelo homem negro, a mulher branca e o homem branco, que ocupa o topo. Em algumas situações o homem negro pode trocar de posição com a mulher branca, mas a mulher negra sempre estará na base dos privilégios e o homem branco sempre estará no topo.

Nesse ponto de encontro entre gênero e raça, sexismo e racismo, a mulher negra se “destaca” no movimento negro e no movimento feminista, empunhando sozinha uma bandeira especificamente sua. E nesse pioneirismo, nascido pela necessidade de um enfrentamento ao preconceito racial e de gênero, é cunhado no movimento feminista negro, na década de 70, o conceito de Interseccionalidade, visto que, as formas de subordinação das mulheres não são restritas ao gênero, segundo Conceição Nogueira, citada por Topa, Nogueira e Neves (2013).

Kimberle Crenshaw (2002) apresenta a necessidade de um entendimento de dois fenômenos de preconceito que operam juntos e diminuem (consideravelmente) as chances de sucesso das mulheres negras no mercado de trabalho²⁸.

28 Segundo dados publicados pelo IPEA (2011), cerca de 26,8% dos domicílios são chefiados por mulheres negras. O documento afirma ainda: “a cada vez mais desigual proporção, aponta para uma maior e crescente vulnerabilidade nas condições de habitação das famílias chefiadas principalmente por mulheres negras.” (p.31) A informação fornecida pelo IPEA, nos obriga a uma imediata

A autora afirma que a interseccionalidade, “aborda diferenças dentro da diferença”. Por experienciarmos situações de raça e outras de gênero, e ainda as vivências de raça-gênero, esse encontro de duas categorias definidoras do sujeito no mundo, não pode ser estudado e compreendido separadamente. Em dado momento eles se cruzam e é a esse momento que a interseccionalidade dá visibilidade.

Para Maria Aparecida Silva Bento, o modo coletivo de organização em resistência tem como finalidade, efetiva mudança de paradigma, que pode ser entendido como mudança da ordem social vigente, que passaria a ser mais igualitária. O pleno exercício da cidadania, com igualdade de oportunidade e garantia da manutenção da vida acabariam, portanto garantidos por essa ordem mais igualitária.

4.2 Identidade e Resistência

Em estudo intitulado *A crise identitária na América Latina*, Jonas Silva Abreu lança mão do conceito de Stuart Hall sobre a “descentralização do sujeito” onde ele aponta três concepções de sujeito, entre os quais, o sujeito pós-moderno:

(...) ele quer dizer que este (o sujeito pós-moderno) não seria composto de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas. Uma identidade assim, poderia ser formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou confrontados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (ABREU, 2013, p.183)

Stuart Hall foi um dos pioneiros nas discussões de identidade atrelada aos estudos culturais. Isso porque para o autor, as identidades são compostas de forma coletiva, nessa relação com o outro e a cultura na qual está inserido. Ou seja, essa significação cultural, coletiva e a própria identidade são compartilhadas.

Diante de um mundo moderno, onde as certezas estão sendo questionadas, dúvidas são compartilhadas e o que estava posto como determinante já não é mais tão absoluto assim, há a denominação de uma identidade cultural, pertencente a esse sujeito fragmentado e múltiplo.

associação aos trabalhos relegados, de modo geral, às mulheres negras. São subempregos, atividades de exigência física e pouco intelectual, atividades operacionais, enfim, empregos cujos salários são os mais baixos. Salários baixos, família para manter, obrigações a cumprir, acabam culminando numa maior precariedade de moradia, de alimentação, segurança, saúde, enfim, baixa qualidade de vida das mulheres negras e seus familiares.

Falar em identidade cultural então é compreender um tempo de mudança onde o moderno pode coabitar com o tradicional a comunidade pode coabitar com a sociedade, não há uma anulação de uma modalidade antiga para a substituição de uma outra e sim uma realidade que permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço e estas possam ser vivenciadas concomitantemente pelos agentes sociais. Mesmo com a concepção de um significado partilhado nas comunidades imaginadas não há como compreender esta vivência de forma essencializada, onde uma época sucede a outra. (ROSA, 2017, p.04)

Por muito tempo os estudos sobre a identidade ficaram relegados a segundo plano, ou eram realizados em contextos mais reflexivos, subjetivos, como no caso da Psicologia. Como dito anteriormente, a modernidade propiciou a quebra de alguns paradigmas, e esse é um deles. Manuel Castells, por exemplo, aprofundou os estudos sobre esse tema tendo, inclusive, publicado um livro.

Em *O poder da Identidade* (1999), Castells fala sobre a construção de uma identidade a partir de materiais amplos como vivência histórica, religião, biologia, contexto familiar entre outros aspectos. Todo esse material vai ser ressignificado pelo sujeito que vai reorganizá-lo em função da sociedade, projetos pessoais e visão de tempo-espaço. Para o referido autor, a construção da identidade é marcada pelas relações de poder, que são estruturantes da própria sociedade. Partindo desse pressuposto, o autor apresenta o que seriam três tipos de formas e origens de construção de identidades:

A identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (...); A identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes que permeiam as instituições da sociedade ou mesmo opostos a estes últimos (...); A identidade-projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, p.24)

Kabengele Munanga lança mão do que apresenta Castells sobre as identidades e insere a questão racial (considerando a vivência brasileira) no contexto da discussão. De acordo com Munanga, o conceito de identidade vem atrelado à concepção da existência do diverso, do diferente, e chama atenção para a relevância dessa percepção.

Observar-se-á que o encontro das identidades contrastadas engendra tensões, contradições e conflitos que, geralmente, prejudicam o processo de construção de uma verdadeira cidadania, da qual depende também a

construção de um Estado Democrático, no sentido de um Estado de direito no qual os sujeitos têm a garantia de seus direitos. (...) A tese é a de que nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela má percepção que os outros têm dela, ou seja, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado da identidade do “outro” pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar alguém num modo de ser falso e reduzido (Taylor, Charles: 1998:45-94). (MUNANGA, 2012, p.05)

Neusa Santos Souza, à luz da teoria Psicanalítica, vem trabalhar as questões da identidade para as pessoas de raça negra, considerando o contexto de dominação reforçado pelos autores anteriormente citados, na qual a ordem social vigente é branca e excludente. O estudo conduzido e publicado por Souza ("Tornar-se Negro", 1984) investigava a ascensão social dos negros e identificou a massificação do processo de embranquecimento e negação da identidade negra.

A história da ascensão social do negro brasileiro, é assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço de reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (SOUZA, 1983, p.23)

Situando a discussão do conceito de identidade dentro de um mundo globalizado, em que o poder do mercado se faz cada vez mais presente, Nestor Garcia Canclini em *Consumidores e Cidadãos* (2010, p.30) reflete: “Vamos afastando-nos da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a consumir”.

A reflexão proposta pela afirmação de Canclini é mais uma provocação, considerando a limitação de acessos ao consumo de bens por parte (maior) da população negra.

Uma das dificuldades encontradas ao longo do levantamento bibliográfico para amparo teórico da pesquisa foi encontrar textos científicos que versassem sobre o enegrecimento.

O próprio entendimento do que vem a ser o enegrecimento não é consensual. Para o encaminhamento da presente pesquisa, partiu-se do entendimento de Enegrecimento como um ato político de apreensão da identidade negra.

Enegrecer o mundo, eis nosso motivo. Enegrecer não como antônimo de embranquecer, portanto não para absorver o branco. Enegrecer, maneira

própria de os negros se porem no mundo ao receberem o mundo em si. Enegrecer, face a face em que negro e branco se espelham, se comunicam, sem deixar de ser cada um o que é. (SILVA,1987, p.147)

Nesse sentido, discutindo sobre *O que é Empoderamento* (2018), em livro homônimo, Joice Berth pontua a respeito da importância do empoderamento para a transformação social e alerta para o risco do uso do termo pelo capital. Para a autora, empoderamento é “um fator resultante da junção de indivíduos de que reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais”. (Idem, p.42)

Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair na raiz do pensamento liberal, servindo assim de sustentação do saber que fatalmente cria a necessidade de haver um processo de empoderamento. (...). Se o empoderamento no seu sentido mais genuíno visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser. (BERTH, 2018, p.42-43)

Tal elucidação se deve não apenas ao fato da inexistência do consenso, assim como também ao fato de ter havido uma apropriação dos discursos de empoderamento negro pelas indústrias, ou seja, pelo capital e assim, esse discurso ser reproduzido pelas mídias. Tal propagação leva ao pensamento reducionista de haver um maior enegrecimento por parte das pessoas negras, mais especificamente, as mulheres negras, por assumirem seus cabelos crespos e/ou cacheados.

De fato, o crespo dos cabelos das mulheres é alvo da cultura racista desde sempre. Inicialmente, como fator embranquecedor, era alisado; atualmente para negar o embranquecimento sem que haja o empoderamento e o reconhecimento da identidade negra e da negritude, há a valorização dos cacheados.

A diferença é sutil.... Há uma oferta maior de produtos específicos para os cabelos crespos, não se pode negar, mas a proporção dos produtos para cabelos cacheados, é muito maior. Mais uma vez, a diferença é sutil. Mas cabelos cacheados, pessoas brancas também os tem, mas os crespos, são próprios da negritude.

Dessa forma, manter os cabelos crespos naturais não significa dizer, necessariamente, que aquela pessoa assumiu sua identidade negra, enegreceu. Esse é um passo importante para a mudança, para negação do embranquecimento e aceitação da negritude. Mas, muitas vezes, o processo não se estabelece, e dá-se apenas uma adaptação do cabelo à tendência da moda.

Enegrecer é bem mais que reconhecer-se como pessoa negra, de manter os cabelos crespos naturais. Enegrecer é ato político que perpassa, além da manutenção e aceitação das características físicas, um posicionamento no enfrentamento ao racismo e no compromisso com o povo negro.

O fato de não se dizer negro é mais profundo do que o simples escamoteamento da cor da pele e dos traços físicos é tentativa de esconder que descendem de pessoas que a sociedade considera não-humanas. (...). Estaria salvando-os da não-humanização, por conter em si o humano para a sociedade, o branco. Para tentar se humanizar os negros que não se dizem negros, se desumanizam. Para retomar em suas mãos a direção humana de sua identidade, não basta ter consciência de que vivem cobertos por uma que lhes foi outorgada. É preciso assumir a dor dilacerante de ter sido, e ser ainda escravo e exilado, objeto usado e jogado, e se dispor com todos os negros, a cavoucar a margem brasileira do fosso que nos separa dos avós africanos escravizados e dos irmãos que lá na África estão. Cavoucar e cultivar; quanto mais próximos estivermos do fundo do fosso, lugar onde as terras de uma margem e outra continuaram se comunicando, mais humanamente negros seremos. (SILVA, 1987, p.147)

A autora Patrícia Hill Collins (2019) fala sobre a importância da autodefinição (reconhecimento da negritude) pelas mulheres negras como uma estratégia de combate ao que o ideal colonizador “define” sobre e o local a elas destinado. Segundo a autora, embora marginalizado, o lugar ocupado pelas mulheres negras é um lugar de potência. Collins complementa trazendo o feminismo negro como ferramenta na elaboração de estratégias para que seja possível sair desse lugar de opressão.

Joice Berth, em livro já citado, refere-se a outra pensadora negra, Lélia Gonzalez, já referenciada nesta dissertação. De acordo com Berth, Gonzalez chama atenção para a importância de valorizarmos a luta contra a opressão e não a opressão em si. A mudança de percepção a qual atenta Gonzalez, favorece que outras potencialidades possam ser percebidas e estratégias sejam elaboradas. A autora destaca ainda as possibilidades de (re)existência a partir da autodefinição.

Como já foi dito anteriormente, a ciência e a academia eram inicialmente formadas por homens brancos. Atualmente já se percebe um número, por vezes,

percentualmente maior de mulheres em comparação à quantidade de homens. Mas ainda sim, a maioria das publicações ainda são assinadas por homens. Ou seja, as mulheres já estão na academia e produzindo ciência, há algumas dezenas de décadas, mas ainda não há o reconhecimento.

Mais distante ainda é o reconhecimento do que é produzido pelas pessoas negras dentro da academia. Os estudos sobre as relações raciais não eram exceção, pelo contrário. Eram a fiel reprodução da sociedade no qual estavam inseridos e do qual eram produtos. Eram feitos por homens brancos que falavam sobre as questões raciais, sobre as pessoas negras a partir de uma lente particular.

A longo prazo, o silenciamento dos grupos oprimidos e o endurecimento do conveniente desinteresse dos grupos dominantes em discutir nossas matrizes opressoras geradoras das desigualdades, deixou um enorme atraso na produção de conhecimento (...). Constitui-se em uma violência epistêmica. Isto é, que atinge saberes e conhecimentos da população negra, no sentido de haver uma deliberada ação em dificultar o acesso e negar a produção intelectual dos grupos historicamente oprimidos. Essa ignorância advém pelo fato dos grupos dominantes perpetuarem a manutenção das desigualdades. (BERTH, 2018, p.46)

Neusa Santos Souza, já referenciada nesta pesquisa, foi uma pioneira ao abordar o racismo e o embranquecimento sendo, ela própria uma mulher negra. Publicado em 1984, o "Tornar-se Negro", de Neusa Santos, ainda é uma leitura obrigatória, referência inconteste, para quem estuda a temática racial. Ao longo desta publicação, Neusa Santos, apoiada na Psicanálise, embasa o quão doloroso é o processo de embranquecimento, escancarando a crueldade sofrida para que se possa ser minimamente aceito. De acordo com a autora, que a borda a temática com olhar sobre a ascensão das pessoas negras na sociedade, não há nessas pessoas uma identidade negra. Embora reconhecendo-se negro, há um forte processo de negação dessas características de um modo que a identidade negra não é algo com a qual se identifique. Não basta ter a pele negra e traços negróides, como dito, a identidade é algo bem maior.

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que ressegure o respeito, as diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SOUZA, 1984, p.77)

Os movimentos de união e luta em favor dos direitos das pessoas negras, que inicialmente visaram a liberdade, vieram ao longo dos séculos, se adaptando. Foi necessário lutar pela igualdade dos direitos, pelo exercício do dever e direito civil, pelo acesso à moradia digna e tantas outras questões. E ainda se faz necessário.

Movimentos culturais que contribuíram com o resgate da auto-estima, também nortearam crianças e adolescente para o futuro. Antes de ser resistência, havia a necessidade da sobrevivência.

O quilombo aparece assim como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele. Dessa forma, o quilombo é o centro organizacional da quilombagem, embora outros tipos de manifestação de rebeldia também se apresentassem (...). Entendemos, portanto, por quilombagem, uma constelação de movimentos de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia. (MOURA, 1992, p.23)

O Enegrecimento se firma como esse termo de coalizão de forças; de resgate da auto-estima, de manutenção da vida, de respeito aos que vieram antes (a ancestralidade), de reconhecimento de pares... O enegrecimento é também, lugar de colisão, lugar de enfrentamento pela tomada de consciência. É quando se pode perceber a manipulação e a sempre presente necessidade de manter a ordem social como está, e ir de encontro a ela.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS DISCURSOS E OS SENTIDOS PRODUZIDOS

Pensando na melhor forma de trazer os discursos que contemplam as vivências e as formas com as quais as interlocutoras lidaram com o meio que as cercava, as discussões serão apresentadas em subtópicos, conforme foram conduzidas as conversas. Algumas narrativas se apresentaram de forma mais direta, fazendo uso de um tempo mais curto para sua conclusão, outras demandaram bastante tempo com idas e vindas que demarcavam certas vivências e posicionamentos que lhes foram essenciais. Outros discursos extrapolaram as necessidades da presente pesquisa, saltando os olhos e escorrendo pela face corajosa, mas com certo pesar. A temática abordada trouxe, em quase todas elas, uma emoção incontida, que perpassava a trajetória e ecoava o presente. A relação entre orgulho e dificuldade poderia ser objetivo a ser explorado numa pesquisa mais aprofundada sobre o tema.

No quadro abaixo, há uma breve apresentação das mulheres que aceitaram compartilhar suas vivências, explico como o encontro foi viabilizado, o nome escolhido e situo de onde cada uma delas veio e de onde falam.

Quadro 1:

QUADRO DE APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES VOLUNTÁRIAS		
Como nos encontramos	Nome escolhido	De onde vem e onde está
Convite direto	Mar	46 anos, oriunda de cidade do interior, reside atualmente em Olinda; formação de nível superior; solteira com dois filhos (adultos). Renda inferior a 3 salários mínimos.
Indicação de amiga	Cecília	36 anos, nascida e criada em Paulista, atualmente reside em Recife; formação de nível médio; casada, mãe de um filho (6 anos). Marido desempregado; renda inferior a 2 salários mínimos.

Convite repassado por terceira a grupo de mulheres	Elza	56 anos, nascida nos altos do Recife, permanece na região periférica da cidade; estudante universitária, separada, mãe de duas adultas, sem emprego fixo.
Indicação de participante	Socorro	72 anos, natural do interior de Pernambuco; educação de nível fundamental, separada, mãe de dois filhos adultos, aposentada. Serve almoço como complemento de renda.
Convite em grupo de mulheres	Dandara	35 anos, casada, artesã, recifense; educação de nível superior completo. Renda aproximada de 2 salários mínimos.
Convite em grupo de mulheres	Leona	29 anos, solteira, professora; nascida e criada no Ibura, Recife. Renda aproximada de 2,5 salários mínimos.

Fonte: Quadro criado pela autora

5.1 As origens familiares e a consonância social

Para retratar as realidades encontradas em cada interlocutora, lançamos mão da questão social e financeira que nos é apresentada logo no início da conversa, colocando-a com um marcador que defini, de certa maneira, não apenas seus acessos aos bens materiais, mas as relações em si.

Começo a partir desse momento a citar trechos dos depoimentos das minhas interlocutoras, fazendo uso das suas falas da forma que foram ditas, ou seja, não corrigindo as possíveis inadequações gramaticais.

Interlocutora Mar:

Eu era quase... Eu era penúltima e depois a minha casa tem uma junção de família, porque a minha mãe era casada com meu pai e teve cinco filhos com ele, eu era a quarta, mas aí ela ganhou quatro filhas do meu pai e aí a gente precisa colocar umas aspas aí pra “ganhou” porque não foi muito bem um presente entendido na época. A mãe das minhas irmãs faleceu e por elas não terem um outro lugar pra ir, foram lá pra casa e aí somamos nove. Então era três irmãos e seis irmãs, seis meninas e três meninos. Então eu fiquei ali pelo meio, perdi meu posto de caçula, de penúltima e fui ser meio, num mundo bem grande, de bem muita gente.

Esse pequeno trecho da vivência de Mar na infância ilustra a forma com a qual ela, ainda criança, se viu enquanto filha e irmã em uma família que aumentara de modo abrupto e cuja manutenção permanecia a cargo de uma só pessoa. Chama atenção também para a desigualdade de gênero, visto que a mãe de Mar criou as/os filhas/filhos de seu marido, frutos de uma relação paralela ao seu casamento. A divisão perpassa a alimentação, a diversão e também a atenção que lhe era destinada por seus pais.

Interlocutora Cecília:

Assim sempre foi muito apertado, na época que morava com minha mãe até então começar a trabalhar como doméstica, tudo, era tudo meu pai, né? Que arcava. Então ele ficou desempregado (...) trabalhava assim, com auxiliar de carregamento (...) aí depois que ficou desempregado de carteira foi trabalhar de auxiliar de pedreiro, servente. Essas coisas.... Então tudo a renda era com ele, então era sempre muito apertado o orçamento. Minha mãe sempre foi dona de casa, nunca trabalhou fora, foi sempre pra cuidar da gente e depois vieram os netos e assim ela segue. Hoje eu trabalho como copeira (...).

Ainda sobre dinâmica familiar e manutenção do lar, a interlocutora Cecília aborda temas que foram discutidos por pensadoras negras como Sueli Carneiro e Maria Aparecida Silva Bento, além do autor Adalberto Cardoso.

A protagonista Cecília, ao fazer um resgate da sua história familiar, fala sobre questão relacionada ao trabalho e sobre o papel das mulheres e dos homens na manutenção do lar, mais especificamente, sobre os trabalhos destinados às mulheres negras.

Cecília relata ter sido o seu primeiro emprego um trabalho doméstico. E que sua mãe nunca trabalhou fora. Como foi dito em capítulo anterior, uma das bandeiras iniciais do movimento feminista fora o direito ao trabalho remunerado, um trabalho fora de casa. Foi dito também que este estar fora de casa sempre fez parte da história das mulheres negras, que desde muito cedo precisaram sair de casa para trabalhar. Trabalhos estes, destinados às mulheres negras, herança do período escravocrata. Não era por esses trabalhos que as feministas lutavam.

A protagonista Elza traz a dimensão da criança negra nesse contexto do trabalho, que também foi vivenciada pela protagonista Socorro, cujo primeiro emprego, aos 12 anos, foi como empregada doméstica. A exploração do trabalho infantil era muitas vezes camuflado como uma brincadeira. As filhas das

empregadas domésticas eram introduzidas no mundo do trabalho nas casas das patroas das suas mães. Muitas vezes com o pretexto de irem brincar com as/os filhas/os do patrão, conforme dito por Sueli Carneiro (2003).

Interlocutora Elza:

Com nove anos eu comecei a ir para o Mercado de São José vender bolsa, bolsa de plástico com a minha mãe e aos 11 anos eu já estava trabalhando como babá. Recebia, mas não ficava, dava a minha mãe. Recebia pouco, era uma gratificação.... Com 15 anos eu pensei em voltar a estudar. (...). Minha mãe ela trabalhava numa casa como lavadeira por muitos anos, e ela casou-se saindo de lá. Minha mãe estava com 12 anos. E continuou lá na casa, na casa grande como se fala, né? E lá tinha muitos filhos, essa pessoa, essa patroa dela e quando a gente foi crescendo a gente foi sendo empregada das filhas. Pagava pouco, não pagava um salário não... E com 15 anos eu cismeí que queria voltar a estudar. Conheci um grupo de meninas que trabalhavam no prédio e elas estudavam, eu digo, “eu também quero!”. Ahhhh! Grande foi o BO. A patroa disse que eu não ia não, estudar não, porque ela ia pras Pás [popular clube de Recife], na sexta-feira e não podia com as meninas porque eu dormia com as meninas até final de semana, levava elas pra casa. Era relação de exploração, mas elas diziam que era relação de confiança...

Os relatos das explorações vivenciadas por Elza, assim como o trabalho executado pelo pai de Cecília, podem ser vistos como espólio da escravidão. Sobrou para os homens negros os mesmos trabalhos que exigem muito do físico; postos cuja subalternidade não exige tanto do intelecto para execução das atividades e cujo salário garante apenas a sobrevivência familiar.

A partir da fala de Elza, o contraste social e cultural fica evidente quando ela relata o casamento de sua mãe aos 12 anos de idade. Vale salientar que sua mãe, além de trabalhar desde a tenra infância, casou-se pré-adolescente, sendo seu pai um pouco mais velho.

A família, por se colocar como o primeiro grupo social com o qual o sujeito interage, em muito contribui para a forma com a qual a pessoa se vê e se coloca no mundo.

Interlocutora Mar:

Eu acho que a primeira grande pessoa a rechaçar a minha cor, a minha raça, incompreensão de raça, incompreensão de, hoje eu entendo enquanto caracteres negróides, foi a minha mãe. Ela, pra me pentear, o convite era “vem pentear esse cabelo de todos os bichos” é... “Vem pentear essa moita” é... de me chamar de nega besta, de que só queria ser as coisas, queria ser mais do que as outras (...) Então assim, da infância eu me lembro muito que eu era muito chamada de negra alguma coisa que rechaçava essa minha negra, essa minha negritude e isso não era por pessoas desconhecidas minhas, muito pelo contrário, era da minha rua, da minha casa, né? Era as pessoas que diziam que me amavam, mas aí me ofendiam

dessa maneira e eu fico pensando que, tirando a chacota, dados os significados das chacotas, até essas pessoas mesmo como minha mãe, que ela não dimensionava o que ela dizia (...).

Interlocutora Elza:

É uma coisa que eu nunca esqueço que minha mãe me disse e eu fiquei triste, mas hoje eu perdoo ela, né? Porque ela não tinha o conhecimento, né? ... Ela disse a mim: “ Você já sabe ler e escrever, pra que negro aprender mais do que isso? Eu chorei tanto nesse dia...

Em consonância com o que já foi teorizado por pensadoras/es, cientistas sociais, como Neusa Santos, Jessé Souza, Abdias Nascimento, as interlocutoras Mar e Elza nos comprovam essas teorias com pequenos trechos de suas memórias. Na narrativa de Mar ela aborda uma questão ainda hoje dolorosa e que fora reproduzida por muitas e muitas vezes. Em acordo com o que estava sendo posto pela sociedade, o ambiente familiar reproduzia discursos que menosprezavam os traços negróides. Com tratamento pejorativo destinado aos cabelos, a família tornava o ambiente discriminador, racista. Como já fora dito, o racismo se estabelece de formas diversas, Mar nos traz o racismo (travestido) como forma de cuidado.

Elza, por sua vez, trouxe a perspectiva da incapacitação intelectual e a não necessidade de avançar nos estudos para além do ler e escrever. A fala de Elza, que introduz uma memória familiar com sua mãe, remete ao lugar das pessoas negras na sociedade, cujo espaço destinado não demandaria nível educacional elevado, tampouco demandariam tanto do intelecto. O sistema estava tão bem estruturado em manter a ordem social vigente, que os/as próprios/as negros/as, não só acreditavam nele como ajudavam a mantê-lo.

Interlocutora Elza:

Eu nasci em Nova Descoberta, em (...) setembro de 1964, pós-golpe, pós tudo... Nesse meio, né? No 'fui' [expressão que quis denotar confusão]... Minha mãe teve que me ter na maternidade Tricentenário a pé, né? Porque é longe e ela foi andando porque não tinha bonde, não tinha nada.... Porque ainda estava nas questões de finalizar essas coisas das greves, tudo... (...). De sete filhos eu sou a quinta, são cinco mulheres e dois homens. Numa situação de vulnerabilidade extrema na pobreza, meu pai era pedreiro, minha mãe era doméstica. E a gente vem de uma situação de extrema vulnerabilidade social, desde a época de nascimento, de pobreza total. A gente se criou em meio de ladeira, né? Escadaria.... Onde a gente carregava água, não tinha água encanada na época. Vivi a minha vida toda, até os 18, quase 18 anos sem ter água encanada na minha casa, até que eu casei, né? (...).

Resguardar o lugar de fala das interlocutoras, considerando vivências na infância, dinâmica familiar, onde e em que condições essas vivências foram

construídas, nos ajudam a exemplificar o que foi apresentado como suporte teórico nesta dissertação. A protagonista Elza expõe em seu discurso o lugar destinado às pessoas negras pela sociedade e a anuência, ou melhor, convivência do Estado na manutenção desse status.

A protagonista Dandara, por sua vez, nos apresenta outra dimensão das percepções sociais que permeavam as relações familiares.

Interlocutora Dandara:

Eu nasci no interior de do estado de Pernambuco, de onde são meus pais, meus avós.... Lá a cultura é da banana e da cana-de-açúcar. Minha família vem desse espaço, da agricultura. Final dos anos 70, meu pai veio pra Recife para estudar, onde faz um curso de eletricidade, pra sair desse lugar do trabalho braçal, rural. Um lugar sofrido, de empobrecimento... E minha mãe, que já era noiva dele, ficou na cidade trabalhando como doméstica, na casa de uma família, que é minha madrinha. O nome da madrinha também é Dandara, e o nome da filha da madrinha, que minha mãe foi babá, também é Dandara. E aí, tem essa relação familiar de trabalho doméstico, braçal, rural. Meu pai, termina o curso, começa a trabalhar numa fábrica, eles se casam, tem uma casa própria e se tornam uma referência de casal que deu certo. (...). Nesse contexto eu fui criada numa família negra que não se reconhecia como negra, nada disso nunca foi falado. Eu nunca me percebi nesse espaço como uma mulher negra.

Na fala acima, Dandara nos apresenta o local de onde vem, afirmando que seu pai saiu de uma situação de trabalho pesado, braçal, e pôde estudar e quebrar esse ciclo, saindo do campo para a cidade. Há um reconhecimento por parte da família de uma ascensão. Considerando que o trabalho executado por ele não seja um cargo estratégico, mas operacional, o que ainda configura uma situação financeira e social de menor poder aquisitivo.

A dinâmica familiar de Dandara não reforçava (diretamente) o racismo vivenciado no cotidiano social, muito embora, também, não houvesse nenhuma conversa afirmativa sobre o tema. Diante disso ela própria não se reconhecia como uma mulher negra.

5.2 Racismo e potência adoecedora

Um dos momentos mais delicados da conversa foi falar diretamente sobre situações de racismo. Empaticamente, falamos sobre situações vivenciadas por elas ou por outras pessoas, mas que de alguma forma, as tocou. Trazer uma terceira pessoa para a conversa foi uma forma de falarmos sobre algo que ainda hoje

poderia provocar dor, sem que fosse necessariamente obrigatório trazer essas vivências na primeira pessoa.

O que interessa à pesquisa é o sentido da fala, do discurso delas frente a suas vivências, experiências em que, segundo suas falas, foram situações marcantes à sua subjetividade. Situações, cujas narrativas pessoais, por mais que a situação não tenha acontecido com elas diretamente, também dizem respeito a elas, assim sentem. Embora houvesse essa prerrogativa, todas elas trouxeram situações particulares, o que reforça na pesquisadora a necessidade de garantir a elas esse espaço de fala.

Interlocutora Mar:

Eu não vejo que “Ah, que bom que eu fui uma criança negra”. Eu vejo “que bom hoje que eu sou uma negra com um certo nível de conhecimento do que é ser mulher negra”. Mas isso não quer dizer que doa menos, isso quer dizer que eu aprendi a lidar com a dor, que é diferente de doer menos. E hoje eu entendo onde é que dói. Antes eu entendia que estava doendo, mas eu não entendia onde era que doía. Hoje eu consigo identificar onde é a dor, porque é a dor e porque ela tá doendo, né? Então, assim, há algumas defesas que a gente faz até pra esses algozes, né? Que de forma voluntária ou não, acabam sendo os principais. Depois disso, tem a questão da escola, que a escola ela é tão violenta quanto o primeiro núcleo que é a família. E a escola é pior porque... pior e melhor, porque na escola a gente já se defende. Ninguém vai bater na mãe porque a mãe falou “negra do cabelo pixaim” nem “negra do cabelo de todos os bichos”, mas na professora fica mais fácil da gente ir lá e dar umas caneladas nela, né? E dizer: “Eu não sou isso não” e “Me respeite”, mas também dá uma dor danada porque aí a gente compara a professora com a ofensa da mãe e aí começa um turbilhão de dores de novo (...)

Essa dor tão recorrente que acompanha a protagonista Mar, embora tenha sido nomeada na vida adulta, começou ainda na infância. O racismo camuflado, que se fazia presente em gestos e olhares, podia ser visto e percebido pela criança Mar, como foram percebidos por tantas outras crianças negras, que percebiam a não adequação da situação, mas não sabia como nomear aquilo.

O racismo no Brasil era tão pouco falado que, ao ser questionada sobre uma situação de racismo que tenha sido vivenciado por ela ou por outra pessoa, a protagonista Cecília faz uma pausa longa e compartilha a seguinte vivência:

Não, em relação ao racismo não. Mas em relação ao meu cabelo. No caso, meu cabelo sempre foi crespo, então era assim, muito cheio, só enchia e o pessoal tinha umas brincadeiras que eu não gostava muito. No caso, quando ia para a praia ou estava na escola, uma atividade que tivesse... “não molha, não é? ”; “ôxe, como é que tu entra na água e o cabelo não molha? Fica só aquelas gotinhas, não sei o que...”. Mas com relação à cor não.

A ignorância sobre o que é o racismo embaça o discernimento e não permite a Cecília perceber que esses discursos a respeito do seu cabelo são expressões do racismo. O desconhecimento de Cecília e de tantas outras pessoas negras foram garantidos pelo sistema social por muito tempo, ancorado em mitos que impediam a discussão do racismo e negavam sua existência no Brasil. O desconhecimento da violência sofrida ajuda a garantir a manutenção do sistema.

Uma das formas adotadas pelo racismo, a ignorância garante sua perpetuação. Na fala de Cecília há o uso da expressão “brincadeiras” como forma de exemplificar narrativas racistas. O humor tem sido constantemente usado para manutenção do racismo, com piadas pejorativas sobre as características negróides, sobre o “mito” do baixo intelecto, sobre a desumanização do povo negro. Em forma de piada, ao som das risadas dos racistas, nossa autoestima é atacada e desvalorizada.

Ao ser questionada se tinha recordação de vivência do racismo, a protagonista Socorro afirma que não, mas quando instigada a falar sobre situações envolvendo terceiros, complementa:

Se passei, não, assim, não era muito bem informada, então dava pra passar. Entendeu? Como quem quer dizer assim, o patrão me achava negra escrava, mas eu não reconhecia aquilo ali como escravidão. Reconhecia como responsabilidade, parte das tarefas. Tem uma casa que eu trabalhei, que eu era tão apegada às crianças e as crianças comigo, que a patroa me chamava “mãe negra”, mas esse 'negra' dela era carinho, não era me desmoralizando não, entendeu? Eu nunca reconheci como desqualificação da minha cor, não. (...). Eu só fiquei assim, mais magoada, indignada, porque ela não reconhecia como doméstica pagando os meus direitos. E eu achava que aquele carinho, aquele tratamento era o suficiente. Depois é que eu fui entender que ela não era uma boa pessoa, por não ter me reconhecido.

A protagonista Socorro não verbaliza ter vivenciado uma situação de racismo, porque no momento dessa vivência ela não tinha o entendimento de ser esta, uma situação racista. Embora o sentido de uma vivência do racismo tenha sido elaborado por ela posteriormente e esteja contido em seu discurso.

A situação relatada pela protagonista Socorro ainda hoje se faz presente. A exploração da força de trabalho sob a camuflagem de ser aquela trabalhadora, parte da família, vem de muito longe e se difunde com a escravidão. As/os escravizadas/os que trabalhavam na casa-grande, recebiam tratamento mais humanizado. Com o fim da escravidão, esse tratamento se perpetuou sob a forma

do “praticamente da família”, que acaba sendo explorado em suas horas de trabalho infundável, salários baixíssimos e a acusação de ingratidão em caso de reclamação.

Mas nem sempre o racismo se expressava de forma sutil ou jocosa, como podemos ver no depoimento a seguir.

Interlocutora Mar:

E tem também, outro processo que doía muito, eram as festividades escolares que eu sempre me apresentei devido a ser muito... vamos chamar de extrovertida. Então, eu queria participar de tudo, eu achava que eu podia fazer qualquer coisa, que todas as coisas me cabiam, que me eram de direito. Então eu me ofertava a tudo, e depois escutei de uma professora por exemplo: “você não vai ser a noiva do casamento de matuto, quem já viu noiva preta? ”. E ela foi tão boa comigo que ela disse isso, né? Ela demarcou. Ela não me escondeu porque eu não seria, então ela já limitou e dali eu recuei porque realmente ela colocou uma coisa de fato que ela sentia e você se depara assim: “ah, então é por isso! ”. No inconsciente, talvez a gente até já soubesse, que eu não sabia naquela época que era inconsciente, eu sei agora. Como jogar bola também, ser a pessoa que ia defender a escola, como ser a pessoa que ia tocar a banda marcial da escola que não podia ser a baliza, que não podia ter baliza preta, como não ia ter a rainha do milho preta, aquela pessoa de destaque que ia passar e todas as pessoas da escola iriam observar, porque eu já estava enquadrada pela minha cor no mundo da invisibilidade e que só seria vista quando fosse necessário para fazer algo que um branco, uma pessoa branca não fosse se submeter a fazer. Então, ser criança negra, ser adolescente negra é passar por muitos processos de violência e de dores.

Ao teorizar sobre sociedade e cotidiano, Agnes Heller (2000) fala sobre a vida cotidiana e chama atenção que esta compreende a vida de todas as pessoas em sua totalidade. Não se faz distinção sobre profissão, condição física, ideologias ou paixões. A autora diz que a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, visto que não há como estar com partes da personalidade ou parte da individualidade. Embora dotados de capacidades diversas, não é possível às pessoas, exercê-las em plenitude, tamanha a gama de possibilidades da estrutura social.

Agnes Heller diz ainda que, além de heterogênea (pelas diversas atividades desenvolvidas – trabalho, lazer...), a vida cotidiana é, também, hierárquica. Tal organização hierárquica, como descrito pela referida autora, pode ser modificada a partir das necessidades sociais e econômicas e garantem a produção e reprodução das cotidianidades e manutenção desse movimento. Se tentarmos aplicar o dito por Agnes Heller, hierarquicamente, a coleta já fora atividade principal, assim como o trabalho e a escravização negra. Talvez soando como provocação, seria do capital o lugar dominante nessa hierarquia da vida cotidiana atual?

O que pretendo propor ao abordar o que Agnes Heller teorizou é uma reflexão sobre essa participação da vida cotidiana. As pessoas negras, ao serem desumanizadas, partilharam com as pessoas não-negras uma vida cotidiana “em partes”. Havia a exploração da mão-de-obra, do conhecimento técnico, mas não havia o reconhecimento daquelas pessoas, enquanto pessoas que eram.

A heterogeneidade e a hierarquia garantem movimento, a produção e reprodução de cotidianidades, mas para o povo negro essa trajetória, enquanto produtor de conteúdo, ou melhor, protagonista dessas cotidianidades, muito foi apagado ou destinado a outros. Quase nada cabia ao povo negro.

E é disso que Mar fala, quando diz que não poderia ser baliza no desfile e vir representando a sua escola, ou não poder ser a Rainha do milho na festa junina. Ela aprendeu, nessas tantas reproduções de cotidianidades, que nem tudo lhe caberia. Não por não saber fazer ou por não conseguir fazer, mas simplesmente por ser negra.

Interlocutora Elza:

Tem uma situação aí muito difícil que está ainda permeando na justiça que eu nem sei se vai pra frente, né? Porque quando é questão racial, dos negros, a gente não tem direito nenhum. (...). Desde 2013, já fui chamada duas vezes na delegacia pra repetir a mesma coisa que eu já fiz lá... A gente vai tendo esses impactos na vida da gente e isso adocece muito e a nossa autoestima fica sem nada e a gente perde, com tudo isso, a vontade de lutar. Mas eu tenho participado muito das rodas de diálogo, dos seminários e aí eu me sinto fortalecida para continuar a luta.

A fala da protagonista Elza denota as dificuldades no acesso ao direito, à justiça. Direito este que deveria ser garantido pelo Estado. Frente a uma situação de racismo, foi tomada a devida providência legal, ou seja, formalizada a queixa e há 6 anos o crime não foi julgado, sentenciado. A lei que criminaliza o racismo, o preconceito e a discriminação racial, poucas vezes é usada para salvaguardar os direitos do povo negro, visto que sua aplicabilidade é pormenorizada. As ofensas são minimizadas e o custo, entre tantos outros, é o agravamento da saúde mental das pessoas diretamente envolvidas e de todo povo negro.

O discurso de Elza vem carregado de sentidos que amparam o sentimento de descrença na justiça brasileira, localizam o povo negro no sistema de justiça e reforçam a visão racializada do Estado.

A Educação, caminho tradicionalmente reconhecido como transformador e possibilitador de ascensão social, foi lugar de adoecimento psíquico para a protagonista Leona. Inserida no contexto de uma Universidade Federal, percebeu-se em meio a pessoas oriundas de famílias abastadas, com vivências no exterior e domínio de um idioma que ela só tinha os rudimentos. Nesse contexto, de 30 pessoas em sua sala, apenas 3, além dela, eram negros. Os desafios eram frequentes e os mais diversos, e para além das dificuldades técnicas, havia a descrença dos docentes. Diante disso, ela adoeceu.

Interlocutora Leona:

Eu comi o pão que o diabo amassou, perdi minha sanidade mental. (...).
Fiquei deprimida? Fique! Tive crise de depressão, e ainda mais um diagnóstico de ansiedade...

Ao entrar na faculdade, a protagonista passou a ter um olhar diferenciado sobre si, o que favoreceu a percepção desse lugar de sobreposição de vulnerabilidades. As exclusões provocadas pela interseccionalidade da raça e da classe, produziram sentidos que ultrapassavam o do discurso.

5.3 Pressão social e embranquecimento

Abdias Nascimento, já citado nesta dissertação, fala sobre o embranquecimento como uma forma de genocídio da população negra. Processo este iniciado durante a colonização do país, fruto dos recorrentes estupros das escravizadas negras e com o decorrente nascimento de crianças mestiças, os chamados mulatos.

A mesma temática é abordada de forma bem diferente por Gilberto Freyre, que enaltece a mestiçagem brasileira, não problematizando as violências sofridas e, muito menos, o possível apagamento da raça negra no país. Freyre, com a publicação de Casa-Grande e Senzala, ajuda a difundir o mito da democracia racial, assim como fortalece a miscigenação no país.

Interlocutora Cecília:

Assim, meu pai é negro, meu marido é negro, meu filho já é uma mistura, né? Que eu não sei definir como se pode dizer, mas já é uma mistura...
(...) Tenho vó com antecedentes indígenas (...) tem muita miscigenação, a família tem muita mistura, com relação a raça, tem de tudo um pouco.

Interlocutora Leona:

Sou a filha de uma empregada doméstica, a primeira filha formada da minha mãe, com ensino superior, sou a sexta filha de cinco irmãos, quatro irmãos e uma irmã.... Sou professora. E ainda sou uma negra metida porque fiz Letras em Inglês. Adoro literatura, adoro arte, adoro música... E... meu pai é branco, porém, ele morou comigo até o início da minha fase adulta, não foi um pai muito bom...

A interlocutora Leona, ao falar sobre o seu pai e sobre si, traz o marcador racial muito bem definido. Ela atribui a si a raça negra e ao pai a raça branca. Mas a mãe ela não diz a qual raça pertence, porém, diz qual é a sua profissão. A omissão da identificação racial da própria mãe apresenta, em contrapartida, uma atenção à profissão dela, que para muitos, causa vergonha por ser culturalmente desqualificada.

O discurso da protagonista Leona também evidencia os sentidos atribuídos à função de empregada doméstica. Trabalho necessário, desvalorizado e que é designado às pessoas negras. Ao falar o trabalho realizado por sua mãe estava subentendida a sua raça.

Neusa Santos Souza, por sua vez, fala sobre o embranquecimento de forma a favorecer a ascensão social. Quanto mais negar as características negras, quanto mais se aproximar do modelo ideal (branco, não-negro), mais oportunidades se terá.

É importante salientar que nem sempre esse embranquecimento ocorre de modo consciente, na verdade, na maioria dos casos, o embranquecer é visto como algo natural. Situações de embranquecimento fazem parte do nosso cotidiano e estão tão inseridas em nossa sociabilidade que não são percebidas como sinais de embranquecimento e negação da negritude.

Interlocutora Mar:

A minha infância, a minha adolescência e até o início da minha vida adulta eu fui uma pessoa morena e apesar de entender que a minha cor trazia algumas diferenças no sentido de participação social e de outras, mas aí eu não conseguia pensar nesse lugar, não de forma questionadora, então, eu sempre fui morena até o início da minha vida adulta, quando outras compreensões foram me levando ao percurso de me encontrar com a minha raça, com a minha cor e o processo de construção de negritude, no qual eu ainda construo, com vários enfrentamentos ainda, mas a resposta é que eu fui morena até mais ou menos os 23... 25 anos de idade.

Ao resgatar o “morena” da sua infância, Mar exemplifica uma das formas de embranquecimento que é o não reconhecimento da raça. Ao se dizer morena, cor de jambo, queimadinha ou quaisquer outros adjetivos, evita-se a identificação com a

raça negra. É interessante que não há, em nenhum dos termos utilizados, a identificação com a raça/cor branca em substituição.

Interlocutora Elza:

Eu vivia dando chapinha, vivia dando massagem no cabelo, botando bobs, pra ver se... Porque o pessoal vivia dizendo que o cabelo era ruim, então eu vamos botar alguma coisa pra melhorar. E então assim o gasto é muito grande, o consumo dessas coisas e a gente não fica bonita porque a fibra do cabelo da gente é natural, e o cabelo da gente é fino, quando bota química, dana-se a cair...

Lugar comum dos processos de embranquecimento, o alisamento do cabelo crespo é utilizado ainda hoje. Com efeito temporário, foi causador de muito sofrimento para as meninas negras, visto que era mais comumente usado por mulheres e nas mais tenras idades. Embora tenha havido mobilização pela manutenção e/ou retorno aos cabelos naturais crespos e cacheados, a adoção à estética do alisamento ainda é bastante utilizada.

Interlocutora Elza:

Hoje eu me assumo, né? Com muitas dificuldades nessa questão de ter o meu cabelo natural.... Acho que está fazendo uns cinco anos...(...). Depois que eu comecei a participar dos movimentos, que eu vi, né? As outras mulheres negras assumindo seus cabelos, eu: "ôxente", isso é possível? Eu acho massa assim... às vezes eu coloco trança, mas não dou massagem. (...). Ao assumir isso, as minhas filhas agora também estão tentando assumir. Por que assim, isso é cultural A gente vive num estereótipo de beleza, mesmo a mulher negra de cabelo de chapinha ela é olhada com mais diferença do que eu, com meu cabelo natural a gente percebe isso muito nos lugares. Eu sei isso porque passei (...).

Por muitos anos, para considerar um cabelo crespo arrumado, seria necessário que estivesse extremamente preso, amarrado em algum tipo de penteado ou alisado de forma mais duradoura (alisamento) ou temporária (escova, chapinha). Para ser melhor aceito, o cabelo crespo, caracteristicamente negroide, precisaria estar escondido, camuflado. De todo modo, negado.

5.4 Publicidade e negritude

Ao desenvolver das conversas com as protagonistas, a publicidade apareceu de uma forma muito peculiar e diferente do que havia sido imaginado. Ao pensar o projeto para o desenvolvimento da dissertação, as questões que envolviam a publicidade pareciam já fechadas. É interessando pontuar esse momento da

pesquisa porque ele esbarra na história da própria pesquisadora e nas inquietações que motivam a realização do estudo.

Os discursos não foram o que esperava, o que causou surpresa e que, ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de trazer essas vivências ressaltando discursos de cada uma das interlocutoras. Coube aqui uma atenção ainda maior no que se refere ao amparo teórico e na tentativa de minimizar os efeitos dos recortes das falas das protagonistas, para que estas não sejam atravessadas pela minha própria voz. Estou trazendo as histórias delas, não a minha.

Quando foi solicitado à protagonista Socorro que ela citasse alguma propaganda que tenha lhe chamado a atenção, seja pela presença de pessoas ou pela ausência, ela afirmou não recordar de nenhuma. Reformulei a pergunta e ela afirmou que sentia incentivada a comprar quando via as propagandas da C&A com o Sebastian²⁹. A partir de uma insistência sobre se havia recordação de outra propaganda, ela respondeu:

Interlocutora Socorro:

Propaganda não, só repórter. Graça Araújo³⁰ mesmo era uma delas, Graça Araújo... E tem aquela outra, que não trabalha com as repórteres daqui não, uma de fora, eu admiro muito. O quanto essa mulher estudou e cresceu... Glória Maria! Eu acho que é essa. O quanto ela não deve ter sofrido no mundo do racismo pra chegar até aí. Eu admiro ela nesse sentido.

Interlocutora Mar:

Eu não lembro nada positivamente que tenha tido uma pessoa negra num comercial, numa mídia. Eu lembro que, por exemplo, a questão do cabelo: colocava-se uma mulher marrom, não completamente negra, mas com o cabelo liso que era o produto, era o resultado do produto, daquilo ali. Então foi o máximo que eu vi e que era uma mulher marrom, mas que já era muito ofensivo, ela podia ser marrom, mas ela não podia ter o cabelo da marrom, ele teria que ter o cabelo liso que é mais comum nas pessoas de pele branca. Sobre esse lugar da representação em mídia ou em algum programa ou algum produto, eu lembro muito que via a Elza Soares com o cabelo 'black', quando eu via em qualquer pedaço de revista ou qualquer coisa, o quanto as pessoas naquela época a tratavam de forma infame né? Eu achava ela muito tudo com o cabelo 'black' e com aqueles traços bem acentuados negróides, né? Aquela mulher belíssima, mas era quase que uma blasfêmia você dizer que aquela mulher era linda, né? Então assim, ainda que eu esteja falando de uma pessoa como Elza Soares, mas aí era até melhor esconder a foto dela dentro do caderno, porque você não ia querer que as pessoas vissem que você tinha uma ídola tão rechaçada, tão

²⁹ Ator e bailarino, considerado o primeiro garoto-propaganda negro. Ao longo de quase duas décadas manteve-se como “representante” da C&A nos comerciais da marca.

³⁰ Jornalista de referência em Pernambuco. Apresentava o jornal local de afiliada do SBT, faleceu aos 62 anos em setembro de 2018.

valendo nada, como ela aquela época, né? Então a esconde e não vê. Não me lembro de uma força positiva, por exemplo, você estudar uma... na época que a gente estudava história e pensava que estava estudando sobre escravidão e nós estávamos estudando sobre senhores feudais e o seu coração, sua vontade, seu olhar batia naquela foto daquela mulher negra e você ficava tentando passar por dentro daquele pedaço de folha pra se encontrar com aquela mulher, mas aí, quem danado iria confessar o inconfessável, né? Porque era importante que você visse quão bons eram os senhores feudais que apesar de terem de conviver com a pessoa negra, eles eram pessoas boas, que o grande esforço era domesticar e terem de conviver com a pessoa negra. Isso é entendido agora, dessa forma, nesse formato, né? É preciso que a gente faça algumas diferenciações, a época que eu sentia isso, eu sentia, mas não tão evidente, tão colocado, tão pensado, tão problematizado, isso é uma coisa de agora, né? Não é daquela época, então não, não me lembro de nada que me faça lembrar feliz de qualquer exposição midiática de uma pessoa negra, nem de nenhum produto.

5.5 Feminismo e Processos de enegrecimento

Ao longo do processo de escrita dessa dissertação, várias foram as dúvidas quanto ao percurso a ser explorado e apresentado para as mulheres que compartilhariam suas histórias. De que forma abordar o feminismo e o enegrecimento criando linearidade para essa história a ser contada a partir de tantas vozes? Embora tenha criado uma formatação, o campo foi explorado de modo a respeitar as historicidades e discursos, que muitas vezes, não são lineares.

Foi perceptível em alguns momentos a produção de sentidos sendo realizada a partir do contexto criado pela pesquisa. Dessa forma, o acesso às memórias fazia com que outras memórias eclodissem e novos sentidos fossem atribuídos. Sem muita elaboração no discurso, mas com a crueza das memórias e sentimentos contidos naquelas vivências.

Interlocutora Mar:

Ser feminista veio quando eu já pulava corda e brincava de boneca. Eu já tinha ali uma coisa feminista assim, muito de ir pra cima e de dizer que as meninas podiam sim, quando eu pegava tanajura, quando eu jogava bola de gude, eu joguei muita bola de gude, joguei muito "enfinca", que era um ferrinho, batia muito nos meninos, batia como mulher e ficava arretada quando alguém dizia que eu batia como um menino e eu dizia: "Como assim que bato como um menino? Não! Eu bato como mulher, eu sou forte", né? Mas aí eram as respostas que eu tinha pra dar naquela época e depois eu aprendi a bater fisicamente e fui rebater na luta (...).

Ao ser questionada sobre o ser feminista e o ser negra, Mar é enfática ao se dizer feminista antes de ser negra. No trecho acima ela fala sobre situações de infância, onde o lugar do homem e da mulher era muito delimitado e que ela não

seguia os padrões impostos, questionando esses lugares. Embora a teoria feminista ainda não fosse de seu conhecimento, havia em Mar esse incômodo na percepção da desigualdade estabelecida entre direitos e deveres para os homens e para as mulheres. Mar, ainda pequena, já buscava esse tratamento igualitário o que reafirma a importância e necessidade do movimento feminista no Brasil.

Como exposto anteriormente, dialogando mais uma vez com Sueli Carneiro, a respeito do feminismo, esse foi difundido sob bases embranquecidas, visto que as demandas que compunham as pautas eram específicas das mulheres negras. Diante disso, surge o feminismo negro, cuja interseccionalidade, de acordo com Kimberle Crenshaw, atende às demandas das mulheres negras que não encontravam, na sua especificidade, consonância no Movimento Negro e nem no Movimento Feminista.

Interlocutora Mar:

Eu penso até ser uma feminista bem chata, mas o meu feminismo ele tem uma nascente que é mais pra trás. Meu feminismo tem a ver com as pessoas que eu fui criada no entorno, mulheres muito fortes, mulheres que eu as copio até hoje, mulheres que me deram conhecimento de que se eu ler e estudar minha vida inteira eu ainda não conseguiria aprender tanto do tantão que aprendi com elas. O feminismo hoje, ele me coloca algumas ressalvas, mesmo entendendo a importância de todas as coisas que acontecem dentro dos movimento feministas. Essa fragmentação, essa deturpação, essa perda do fio do que é o feminismo que é tão necessário pra que a gente continue nessa busca de direitos equânimes, que a gente entrou em detrimento, até com a gente mesma, que somos da luta. Então, isso me coloca muitas preocupações porque o feminismo, ele não deve ficar por aqui como uma briga de facções feministas, ele precisa muito mais, ele precisa prosseguir, deve ser uma luta contínua e aqui, dentro do feminismo, a gente encontra necessidades fragmentadas, mas que não seja pra fragilizar o movimento Fragmentadas... eu vou trocar fragmentadas para específicas, necessidades específicas. Então, da importância a essa especificidades, mas sem fragilizar o movimento.

A protagonista Mar, embora não nomeie em seu discurso o feminismo negro ou quaisquer outros, fala em “feminismos”, considerando as diversas formas de ser mulher. Feminismos estes, que consideram as especificidades e tentam dar conta de todas as demandas. A atenção da protagonista é no intuito de que, considerando a heterogeneidade do movimento, sejam mantidas as suas bases, que de modo geral, é a busca pela igualdade de direitos, tratamento e oportunidades.

Interlocutora Elza:

Sou negra, sou feminista, participo do fórum, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, também participo da Rede e faço parte do Conselho de Igualdade Racial (CMPPIR), como suplente. (...). Essa questão, né? Da

identidade da gente, né? De se assumir como negra, não é fácil, né? Passei por várias coisas... Preconceitos, o preconceito racial permeia principalmente a gente que somos mais desenvolvidas, que somos mais empoderadas, né? De saber de onde a gente estamos (sic) e aí a gente sofre muito, a questão do preconceito racial é grande. (...). É muito difícil, hoje eu consigo falar isso com mais tranquilidade, antes eu chorava muito, mas quando eu chegava em casa, chegava acabada, deprimida mesmo porque a gente sabe que a gente é gente, é igual, que a gente é capaz, mas... A gente passa por isso. Mas a partir do momento que eu faço parte da ONG (...) que eu faço várias atividades, que eu saio, eu vou pras caminhadas, eu participo de tudo eu vejo que eu não tô sozinha... E quando a gente tá junto das outras, a gente se fortalece...

O Feminismo Negro e a rede por ele constituída representam papéis importantes para a protagonista Elza. Ela atribui à rede formada pelas mulheres negras, um espaço de cuidado coletivo que perpassa conhecimento, fortalecimento e autocuidado. Mais que enfrentamentos ao racismo e ao sexismo, a rede favorecida pelo feminismo negro, atua no sentido de manutenção da vida.

Interlocutora Socorro:

Eu entro no processo da ONG para trabalhar e ajudar na sustentação da família, porque lá tinha um grupo, que ainda hoje tem, mas não com a mesma qualidade... O Núcleo de Promoção da Mulher, era onde as mulheres trabalhava por um aumento de renda, e eu me interessei, me grubei, e fiquei lá trabalhando. Na época eu era negociante, eu trabalhava com galinha, e lá eu trabalhei em feirinha típica.... Eu cresci muito, meu conhecimento de trabalho foi maravilhoso. (...)

Conforme mencionado anteriormente, embora o tratamento dado aos encontros com as protagonistas seja mais informal, buscando a tranquilidade de uma conversa, houve situação em que essa formatação precisou ser ajustada. No caso da protagonista Socorro, mesmo com total disponibilidade para participar, havia uma certa espera no discurso. A percepção da pesquisadora era de que o discurso precisava de constante estímulo para que fosse fluído. Assim, o diálogo com a Sra. Socorro foi mais diretivo, ou seja, as perguntas eram mais específicas e formuladas de forma mais direta. Foi considerado, posteriormente, as expectativas causadas pelo convite a participar de uma pesquisa acadêmica e o imaginário do que seria um comportamento adequado para tal.

A participação da protagonista Socorro não foi de imediato considerada pela pesquisadora. Um dos requisitos para a participação era a identificação com o Movimento feminista e quando questionada sobre isso, a protagonista não referiu, de forma direta, tal identificação. Dessa forma, ela não atenderia aos requisitos da pesquisa.

Iniciado o processo de análise dos dados, o diálogo com a Sra. Socorro foi acessado novamente e pôde ser interpretado de forma diferente da inicial. A protagonista ao longo de seu discurso, denota não só conhecimento da teoria feminista como também a adoção de pautas em sua historicidade.

Para além das palavras utilizadas, o sentido que elas produziram indicam uma mulher identificada com o feminismo, assim, a inclusão das vivências da Sra. Socorro se fez pertinente para essa pesquisa. Ainda assim, essa não verbalização inquieta e fomenta outra discussão que, por sua vez, envolve o feminismo e o contexto político atual.

Considerando a polarização política da sociedade e uma certa primazia conservadora, o feminismo é visto como pertencente ao “outro lado”, e como tal, deve ser combatido. O movimento feminista sofreu, ao longo de sua trajetória, uma série de ataques, e com a onda conservadora do país, não tem sido diferente. Os ideais feministas estão sendo apresentados de maneira distorcida, o que aumenta o desconhecimento sobre a teoria e fomenta no imaginário situações que vão de encontro à tentativa de igualdade, por exemplo, e que colocam as mulheres como superiores aos homens.

Interlocutora Cecília:

Pelos relatos que eu ouço.... Eu me coloco muito no lugar do outro, de pensar como outro gênero e às vezes a questão feminista é muito fechada... (...). Eu concordo em relação ao empoderamento, porque tem que ser mesmo independente, tem que ser tratada por igual, tem que ter os mesmos direitos, por que não? Em relação ao outro gênero, comparando, né?

A fala da protagonista Cecília traz alguns apontamentos quanto ao desconhecimento da teoria feminista pela população em geral. Cecília, embora esteja em ambiente profissional que privilegia o acesso às discussões e teorias feministas, ainda apresenta questionamentos sobre essa identificação. Embora esse questionamento não seja verbalizado enquanto uma dúvida de pertencimento, ela o traz em seu discurso quando diz que consegue se colocar no lugar do outro gênero e afirma ser o feminismo fechado.

O reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do feminismo negro, que se deu por uma disputa maior de narrativas desses movimentos com a expansão da internet, fez com que outros discursos e demandas viessem para o centro da discussão. Conceitos como o lugar de fala e representatividade, passaram a ganhar espaço e força, ao mesmo tempo em que o contra-discurso que almeja desestruturar essa evolução,

passa a esvaziar e/ou tirar a legitimidade deles, pela distorção ou cooptação. (BERTH, 2018, p.48)

O sentido produzido por ela indica o entendimento de que não é possível discordar de alguns pontos e se afirmar feminista, ainda que ela concorde com pontos centrais. Esse entendimento pode ser compreendido como um indício do desconhecimento sobre a teoria feminista e um maior acesso ao que é difundido popularmente.

Mais uma vez há o reforço, pela fala de uma das protagonistas, da necessidade de maior difusão dos conceitos (reais) do feminismo, numa tentativa de massificar a informação para que o conhecimento possa chegar à população geral. Unidas do conhecimento, poderão ou não fazer uso dele na luta por uma sociedade mais igualitária, ou ainda, usá-lo em benefício próprio livrando-se de amarras sociais, como por exemplo uma relação abusiva, um casamento violento, um ambiente de trabalho adoecedor.

Para algumas protagonistas, o feminismo foi um propulsor no reconhecimento de direitos, recuperação e fortalecimento da autoestima. Para outras, foi fundamental para o processo de identificação da negritude. Nestes casos, ainda mais que identificar-se, mas o manter-se no enfrentamento ao racismo. Há a atuação política desse “ser negra”.

Interlocutora Mar:

Na verdade, foi mais um reconhecimento de... uma identificação de escuta. Porque a vida inteira, a vida inteira, eu escutei de família, familiares, conhecidos, amigos, inimigos, inimigas: Essa 'nêga' que quer ser gente... Essa 'nêga' que quer ser gente. Então, talvez, eu passei tanto tempo sendo morena, mas como uma defesa mesmo pra não acatar uma negra que queria ser gente. Tem vários processos, não foi um único processo que me levou a essa..., mas uma junção deles. Então, não tem assim, uma única coisa, foi um processo de fato ate chegar e assumir, me despedi da pessoa morena, que se defendia enquanto morena, e assumi essa negritude tão rechaçada e, talvez, esse tenha sido um processo de demora também. Tem a ver também com as escolhas dos movimentos sociais dos quais eu participava, das músicas de gueto que eu já me identificava, que eu ouvia muito e me via nessas músicas na forma subversiva que eu sempre me coloquei, não era fácil aceitar imposições, então eu, eu coloco como uma junção mesmo de fatos e não um único fato.

Em alguns momentos, houve dificuldade em entender a forma como se deu o enegrecimento e era necessário reformular, dar à conversa o tom de entrevista, com uma pergunta mais específica, para tentar chegar a essa resposta.

Interlocutora Elza:

Eu tenho isso na memória, eu lembro que eu ficava muito revoltada quando as pessoas me chamavam de negra e eu retrucava, eu ia pra cima (...), Mas eu vim assim me sentir realmente empoderada, através dos movimentos, quando eu fui participando dos movimentos. Na época eu não entendia direito, mas meu pai, ele era uma pessoa mais sensata. Ele dizia: “você são bonitas”. Mas meu pai bebia muito..., mas ele dizia que a gente era bonita. (...). Mas eu vim perceber, quando ele disse, no meu primeiro voto, que a gente tinha que votar em quem tivesse a nossa cor, meu pai dizia. Ele tinha essa consciência.

O trecho acima, confirma a não linearidade do enegrecimento e reforça a ideia de ser, de fato, um processo. Com idas e vindas relevantes, com historicidade e contextualização, cada processo se dá de forma única para cada sujeito. No caso da protagonista Elza, ela traz como apoio situações da infância, que trazem a negritude como marcador, mas é uma negritude que vem de fora para dentro, ou melhor, é verbalizada por terceiros.

A interlocutora Elza consegue situar o momento mais relevante para o enegrecimento e uma postura política mais aguerrida nos enfrentamentos ao racismo, discriminação e preconceito racial, como algo acontecido na idade adulta, há pouco menos de 10 anos.

A protagonista Leona, tem um discurso que denota uma certa linearidade no processo de enegrecimento, situando de forma mais explícita, relacionando-o à sua linha do tempo.

Interlocutora Leona:

Eu me reconheço como negra.... Acho que desde sempre, desde sempre. É claro que assim, desde os 10 eu aliso o cabelo.... Então teve uma intenção de me embranquecer pra ser aceita pelos coleguinhas, mas mesmo assim não adiantava porque meu cabelo é super volumoso, só destruía os cachos. Mas assim, eu entendi que eu era... assim, que eu incomodava quando, eu caramba.... Comecei a pensar que eu vou aceitar meu corpo como eu sou, meus traços do jeito que é (sic), vou usar batom escuro, sim! Gostar da minha boca, sim; vou usar cor, sim. Eu não usava batom com cor, escuro. (...). Eu tinha esse problema, pra não dar destaque para minha boca, eu não usava batom escuro. (...). Mas eu me reconheço negra desde sempre.... É complicado...

Pesquisadora: Esse reconhecer-se negra mudou?

Sim! (...). Por exemplo, até os meus 20 anos, quando namorei com um rapaz branco, eu não percebia tanta diferença por eu ser negra, até porque eu não tinha consciência, sei lá.... Quando os meninos da escola tiravam onda comigo, eu pensava que era, simplesmente, por não gostarem de mim. Aí, depois que eu comecei a namorar, super apaixonada por ele.... Comecei a perceber algumas coisas... (...). Aí depois que eu acabei o namoro, entrei na faculdade, aí comecei a tomar mais conhecimento sobre as questões de negritude, porque por mais que tivesse meus irmãos negros, minha mãe negra, eu saber que **sou negra**, e tal.... Acho que ainda não tinha aquela consciência completa. E eu pensava que tudo era porque ninguém gosta de mim, o papo era esse. Porque eu sou chata mesmo! E aí

quando eu entrei na faculdade comecei a ter mais contato com as questões de negritude e com o feminismo.

No decorrer da conversa, falando sobre sua trajetória acadêmica, a protagonista Leona começa a trazer as dificuldades enfrentadas ao longo do curso e a fazer relações entre essas dificuldades, a questão racial e também de classe. Esses sentidos produzidos por ela conduziram a conversa ao reconhecimento da negritude dela e à forma que se desencadeou. Leona se remete à infância, que mesmo reconhecendo-se negra, alisava o cabelo para ser aceita e, tal reflexão ou entendimento, não foi provocado pela pesquisa, era algo consciente.

A protagonista também evoca a importância do feminismo em paralelo ao aprofundamento nos estudos raciais.

Interlocutora Leona:

Eu ainda me neguei ser chamada de feminista. Mas eu adorava as pautas, defendia... Graças a ela temos vários direitos..., mas ainda não me colocava como feminista. Eu só vim me colocar como feminista mesmo, ano passado (risos) É isso aí, sou feminista mesmo, de esquerda e acabou, é isso aí! Aí pronto... comecei a formular, aqueles atos todos com meu ex-namorado e as pessoas tinham comigo, era porque eu era negra! Não me levar para conhecer a mãe dele, era porque eu era negra. Porque dois meses depois que a gente terminou, ele arrumou uma menina do cabelo cacheado, branca, clara, aí apresentou a mãe em menos de uma semana... (...). Por que, né? Tem essa questão, quando você começa a ter consciência sobre a negritude, do que é ser negra, do que é ser mulher na sociedade, e dessa questão do feminismo negro que todo mundo teme, mas é algo que deve ser falado porque feminismo branco é uma coisa e feminismo negro é outra. (...). Aí pronto, foi quando eu comecei a ter consciência quanto a isso.

A dimensão da educação também tem um lugar de mudança de paradigma para a protagonista Dandara, que não se reconhece enquanto mulher negra e cujo autorreconhecimento se desenvolve aos 28 anos a partir da sua entrada na faculdade.

Interlocutora Dandara:

Só nos meus 28 anos, aí eu dou um salto imenso pra entrar na Universidade depois de ter passado 10 anos sem estudar. Eu vinha de escola pública e fui criada achando que o ensino médio seria suficiente para a gente se inserir. Aos 18 anos a gente terminava o ensino médio e ia trabalhar, com carteira assinada, e ali se encerrava a proposta de vida acadêmica. Mas eu terminei o ensino médio e isso não rolou, bati em várias portas, fiz curso de informática básica que era a necessidade daquele momento, daquela conjuntura, e eu percebendo que não rolava. Várias portas que eu batia e não rolava. Várias lojas com aquela plaquinha "deixe seu currículo" e não pegavam o meu. E aí eu não entendia muito bem o que se passava, tipo fazer seleções, provinhas em vários espaços, e você faz

todas as entrevistas, vai super bem e não passava. Aquilo não era claro e eu percebia que não me encaixava naquilo.

Mesmo apresentando um marcador etário, a protagonista entende o enegrecimento como um processo e, posteriormente refere ainda estar nesse processo. No trecho acima, há a percepção de algo que não está certo, que geram angústias, mas que ela, até então, não sabia nomear o porquê. A percepção e entendimento do racismo vivenciado está, para Dandara, diretamente condicionado à entrada na faculdade, no curso de Serviço Social, quando começa a estudar a negritude em uma das disciplinas.

Para Leona, o enegrecimento é formulado como uma tomada de consciência. A consciência crítica a respeito da sua raça e das questões que a permeiam e a consequente manifestação dessa consciência. Neste caso, a tomada de consciência gera mudanças pessoais que levam a mudanças sociais, visto que há o envolvimento na luta antirracista e feminista.

5.6 Práticas de Consumo

Quando a pauta da conversa passou a ser relacionada ao consumo, as práticas vivenciadas foram as mais diversas. A interlocutora Socorro, ao ser instigada a falar sobre esse tema, respondeu de forma taxativa: “Ahh, gosto não, essa coisa de consumo sou a favor não”.

Por ter conduzido a entrevista dentro de sua casa, foi perceptível que embora numa situação econômica menos favorecida, a casa era dotada dos bens de consumo usuais. Tal percepção aguçou a curiosidade e a pergunta foi reformulada, mas não houve diferença substancial na resposta.

Buscando entender o discurso e os sentidos produzidos pela protagonista Socorro a respeito do consumo, a entrevista fora ouvida diversas vezes. Embora tenha sido transcrita, a ideia de ouvir o áudio partiu da possibilidade de, pelas outras vezes nele contidas, disparar o melhor entendimento para os sentidos daquele discurso. Assim feito, a questão religiosa, de forte apelo na conduta da protagonista em questão, parece ser o que embasa seu posicionamento tão vigoroso quanto ao consumo. Considerando ainda, que no decorrer da entrevista, há a recordação de um período anterior à adesão da religião atual, onde os prazeres “do mundo” se faziam presentes.

Interlocutora Cecília:

No meu caso, não. Eu não sou muito de moda, eu não sigo moda.... Eu visto o que eu gosto o que eu achar que está bem em mim eu vou e faço. Eu não sou de comprar porque está na mídia ou fulano comprou eu vou comprar, não. (...) No passado até me influenciava, mas não tinha recurso. Hoje mesmo tendo, se não for a minha "vibe", não vou comprar...

A protagonista Cecília, por sua vez, mostra-se atenta às tendências da moda, mas não se sente influenciada por elas. Embora esteja pensando em mudar os cabelos para um dos estilos que está em evidência no momento, essa pressão exercida pelas pessoas que compõem seu círculo social, não é determinante para o seu engajamento frente a tal mudança.

Há na fala de Cecília uma forte referência ao marcador de classe, cuja limitação financeira cerceava o acesso a determinados bens de consumo que extrapolassem o essencial para a sobrevivência. As dificuldades vivenciadas por ela impactam em seu comportamento enquanto consumidora. É importante salientar que Cecília se percebe em melhor situação financeira do que a vivenciada durante a infância e adolescência, ainda que seja, no momento da conversa, a única provedora do lar.

A discussão sobre as práticas de consumo neste estudo em especial, precisa olhar com atenção para a situação social e financeira das mulheres participantes. Como fora dito por algumas delas, a infância foi marcada pela condição de vulnerabilidade social, para uma delas, extrema pobreza. Os bens expostos estavam inacessíveis, seja pela condição social que demandava a opção pela aquisição de alimentos para manutenção da vida, seja pela impossibilidade de escolha, visto que roupas e calçados eram peças herdadas de familiares mais velhos ou mais abastados ou oriundas de doações.

Interlocutora Mar:

Se eu bater o olho e entender que eu vou ser feliz usando aquilo ali... e até também pela questão financeira mesmo, eu não consigo entender que uma coisa pra me fazer bem, ela tenha que custar tantos reais. Ela pode custar quase real nenhum. Pode ser emprestado também, pode ser dado, pode ser leiloado, pode ser sei lá. A roupa pra mim, ela tem um significado muito forte que não vai tá apenas ou ela vai... ela vai tá dentro, mas não com tanto significado no sentido do valor, no sentido da marca. Eu não vou me vestir pela marca eu sempre me visto por identificação.

As práticas de compartilhamento e contenção vivenciadas por Mar na infância, se fazem presentes em suas práticas de consumo, ao não se permitir

gastar determinado valor quando se tem alternativas com menor custo. A protagonista Elza, por sua vez, embora tenha vivenciado situação de vulnerabilidade extrema, adota prática diferente.

Interlocutora Elza:

Eu acho assim, muito massa quando a gente vai para as atividades e sempre tem as feiras, né? Como eu posso dizer... das roupas, os adornos, brinco, colar, muitos adereços, né? Da'gente, da nossa cor, do que a gente é, nós negras. (...). As meninas vendem e assim, todas as vezes que elas vai (sic) com blusa, eu compro. Porque a gente precisa fortalecer essa coisa do artesanato e da vestimenta (sic) nossa, da nossa origem.

Elza busca valorizar não só a identidade negra, visualmente expressa em suas roupas, adereços e cabelo. Ao priorizar o consumo do que é produzido por suas pares – mulheres negras e feministas – ela contribui para a manutenção e sobrevivência delas, favorece o movimento *black money*³¹ e a difusão da estética.

Diante da temática das práticas de consumo, a protagonista Leona aborda caminhos que nos fazem refletir sobre a contemporaneidade quando traz para a nossa conversa, a influência das *blogueiras* e *youtubers*. Para além das campanhas tradicionais, a moda é bastante difundida pela legião de influenciadoras e influenciadores que produzem conteúdo para internet.

Interlocutora Leona:

Tem uns gatilhos, mas assim eu penso muito na questão do conforto, não sou muito básica, sabe? Tipo eu tento não me levar muito na questão de moda. Por exemplo, o que está lançando na moda agora, o que eu vejo que não é do meu feitio, o que eu vejo que não vai fazer sentido na minha vida, eu não compro. Eu não compro! (...) O que me leva a comprar é a questão do conforto e a questão de eu me identificar.

Pesquisadora: Essa identificação também leva em consideração a questão racial?

Por exemplo, eu gosto muito da Camila Coelho e da Camila Coutinho, duas brancas, né? Elas se vestiam muito.... Vamos dizer assim, *high society*.... Aquela coisa mais refinada, *finesse*. Aí eu comecei a cair em mim que aquilo ali não fazia parte da minha realidade apesar de eu querer buscar roupas parecidas com a que elas usavam. Aí eu: Caramba! Esse aí não é o meu estilo.

Elas são completamente diferentes, aí foi quando eu encontrei a Raíza Nicácio, apesar do caso dela ser um pouco complicado... (...) Mas enfim, eu via ela, via outra, que eu gosto muito dela, a Maga Maravilha do RJ, a Carla Lemos também do RJ, e ela se aproximava mais de mim, o corpo é parecido com o meu, ela a cor, me identifico muito com ela, com o estilo dela... Roupas de tecido, mais despojadas, mais tranquilas (...) Eu comecei a identificar que aquele estilo da Camila Coutinho e da Camila Coelho não me ligavam à minha ancestralidade...

31 Movimento que busca o incentivo do fortalecimento da relação entre quem produz e quem compra. Neste caso, o que é produzido por pessoas negras seria consumido por pessoas negras.

Mais que motivação, ao se falar sobre consumo, o lugar comum apontado pelas protagonistas é a associação à roupa e acessórios. Assim sendo, Leona inicia falando de forma genérica sobre suas escolhas, mas quando direcionada para a dimensão racial, é perceptível a transição. O que ela sinaliza enquanto tomada de consciência que está acima do discurso e se coloca enquanto modelo a ser seguido. Embora não seja uma moda com referências étnico-raciais negras diretas, é uma moda validada por mulheres negras. A importância da ocupação de todos os espaços, inclusive os de poder, se mostram relevantes, tamanha significação das representações.

No avançar do processo de enegrecimento há a possibilidade de perceber a própria falta de identificação com pessoas que, anteriormente, ocupavam lugar de referência. O consumo passa a ter a orientação da dimensão racial, ainda que não esteja presente de forma evidente.

Os discursos e sentidos produzidos pelas protagonistas Leona e Elza, se encontram quando as práticas de consumo são atravessadas pela questão social, ou melhor, pela visão que a sociedade tem do povo negro. Ainda que em perspectivas diferentes, são situações que são vivenciadas e reproduzidas há muitos anos.

Interlocutora Leona:

Um estilo mais despojado, porque também tem isso, a gente que tem o cabelo cacheado, que é negro, lembrei agora da minha mãe, que sempre falou pra gente andar mais arrumadinho, principalmente com meus irmãos, que são negro retintos. É chato isso.... Enquanto você um branco.... Aquela moça ali, comendo, ela está bem despojadinha, eu queria poder andar despojadinha. Mas se eu andar assim despojadinha, “o que essa menina está fazendo aqui? ”. Ou então você anda com o cabelo assim (apontando para o próprio cabelo e para o meu), “ma-co-nhei-ra!”. Eu ando arrumadinha pra ver se a visão que os outros vão ter de mim não vai ser pejorativa. A menina branca despojadinha é legal, mas eu? ... (...). É complicada, é tenso...

Interlocutora Elza:

Eu sou metamorfose, eu visto o que eu quero, uso o que eu quero, mas não é fácil. A gente percebe o quanto é cruel. O quanto machuca, a gente ser a negra e eles tudo olhando.... Quando eu subo com meus turbantes no ônibus, povo olha pra mim assim, não é com olhar de admiração de beleza, é com olhar de preconceito. Sai do lugar, às vezes não encosta...

A protagonista Leona traz em sua vivência a necessidade de andar “arrumada” numa tentativa de evitar que a coloquem em um lugar pejorativo. Elza,

por sua vez, refere o uso do turbante (acessório imediatamente relacionado à negritude) à situação preconceito. Ambas fazem referência a como as pessoas negras são vistas pela sociedade, embora o dito por Leona possa ser confundido com uma questão de classe e não de raça. Independente da roupa que estiver vestindo, uma pessoa negra sempre será uma pessoa negra, o que faz da preocupação com o estilo adotado ou com as marcas utilizadas, apenas uma tentativa de minimizar ações racistas, visto que não garantem que não acontecerão.

O turbante que causa olhares de reprovação direcionados à protagonista Elza, fora utilizado por campanha estampada na capa de uma revista referência mundial em moda. Utilizado por mulheres brancas, o turbante é visto como um adorno, peça em alta no mercado da moda. Assim, destituído de toda sua contextualização originária e das representações e significados que tem para o povo negro. Marca da ancestralidade, o turbante é, entre outras coisas, referência à força das mulheres negras que vieram antes de nós e cujo caminhar viabiliza os nossos. O turbante, tão próprio da negritude, quando utilizado por pessoas brancas, é motivo de elogio, mas quando usado por mulheres negras, causa olhares de reprovação.

Mais uma vez, há o sentido da expropriação da cultura, movimento que se repete desde a escravização. Em contrapartida, ações de fortalecimento da identificação da negritude e da cultura negra, favorecem a ampliação de adesões à estética que remete diretamente ao povo negro. A força e o poder da coletividade afrocentrada se colocam no enfrentamento à reprodução dos ideários racistas que se propagam em impedimentos para o povo negro. O que viabiliza o uso do turbante mesmo sob olhares de reprovação, os cabelos naturalmente crespos ou com *dreads*, mesmo sob a pecha do ser maconheira/o ou ainda, o uso de batom vermelho dando destaque aos lábios grandes e grossos.

CONCLUSÃO: FINALIZANDO E NOS DESPEDINDO

Havendo cumprido os passos de condução dos diálogos com as protagonistas, uma pergunta se repetiu em forma e conteúdo para todas elas. Era evidente para mim, pesquisadora, a importância da disponibilidade de cada uma delas e da generosidade em compartilhar vivências.

Mas a motivação delas me causava curiosidade. Desnudar-se diante de uma pessoa desconhecida e com temática que poderia suscitar lembranças dolorosas, parecia ser de uma ordem que sobressaía à vontade de ajudar uma mulher negra a produzir sua pesquisa e adquirir o grau de mestra.

Como exposto pela interlocutora Mar:

Eu acredito que ela possa trazer para mim, para as outras mulheres negras e não negras, até, algumas possibilidades de construção e de reconstrução. Eu tenho uma necessidade, também, de que a gente se leia mais enquanto mulheres negras, se lei mais enquanto pensar essa mulher negra dentro das coisas concretos do dia a dia, desse enfrentamento de como é importante dizer não e continuar existindo, de como é importante entender quais foram os percursos que as outras mulheres passaram pra que a gente reveja os nossos próprios percursos. Os meus percursos são a partir de várias coisas que eu li, vi, aprendi, estudei, fui aconselhada, né? Não tem uma única coisa. E pela necessidade mesmo de que a gente se leia em algum lugar, de alguma forma e contribuir para que você possa transpor isso de alguma maneira que te de estímulos motivações pra continuar e pra trazer isso de uma maneira que possa nos acudir de alguma forma que a gente não pare com a luta, né?

Para além das diversas trajetórias, para os diversos formatos familiares, a voz de Mar reverbera as vozes das demais protagonistas. De fato, a contribuição, o sentido altruísta se faz presente, mas não é a força principal a motivar a participação. Participação é garantida pela mesma força que me impulsionou a fazer a pesquisa e que me permitiu chegar até elas.

A possibilidade de contribuir com a mudança, com o fortalecimento e reconhecimento de outras mulheres negras ao poderem se ver, ao se identificarem com essas histórias; contribuir com a mudança usando a própria história, compartilhando vivências. Esses foram os diferenciais que nos uniram a um projeto e cujos investimentos viabilizaram a execução e a finalização dessa pesquisa.

Diante de tantos enfrentamentos cotidianos (as impossibilidades de ir e vir, a segurança, os adoecimentos físicos e psíquicos, as preocupações com quem ficou ou não chegou...) e das variáveis governamentais que impactaram diretamente o

público que se pretendia atingir, essa pesquisa se apresenta como um ato de resistência. Ou melhor, como mais um ato de resistência nosso. O plural empregado aqui não diz só de mim ou daquelas que estão aqui, mas das que vieram antes de nós e das que estão por vir.

Seguindo os ritos de finalização do diálogo, há no processo acadêmico o costume de retomar alguns sinalizadores que nortearam a pesquisa. Assim, vamos a partir deles, resgatar sinteticamente o que pudemos entender a partir da realização da pesquisa e das vivências das protagonistas.

Quais os impactos da cultura de consumo no embranquecimento e no processo de enegrecimento das mulheres negras? Essa foi a pergunta chave e cujas “respostas” vieram das protagonistas da pesquisa.

A partir da escuta dos diálogos, ainda que considerando uma aproximação inicial, foi possível compreender melhor os discursos e os sentidos produzidos por elas. Em alguns momentos, era perceptível que os caminhos do diálogo provocavam elaborações discursivas e os sentidos, em outros, havia um resgate dos sentidos daquele momento resgatado pelo discurso.

Essas elaborações e verbalizações traziam uma força que muitas vezes era percebida pelo tom da voz, pelo ajeitar-se na cadeira, pelas lágrimas que insistiam em rolar mesmo numa face mais retraída. Essa força, esses sentimentos ora de incômodo, ora de tristeza, ora de coragem e orgulho refletem os impactos da inserção do povo negro, retratado pelas protagonistas, em uma sociedade de consumo e embranquecedora.

Cabe a nós o entendimento do porquê ser difícil traçar uma linha do tempo e falar sobre enegrecimento de forma linear. É fruto também dessa cultura, precisarmos passar por processo de enegrecimento, mesmo nascidas negras. Pelas vivências das mulheres que protagonizam a pesquisa, o reconhecer-se negra traz consigo implicações de perceber-se também em um universo racista.

Assim, há, ao longo do desenvolvimento do texto, a expectativa de entendermos as relações entre a identidade negra, embranquecimento e cultura de consumo para as mulheres negras, sendo este, o objetivo da pesquisa. Para atendê-lo, lançamos mão dos objetivos específicos e cujo resgate também será apresentado.

O primeiro objetivo específico foi verificar os percursos do enegrecer nas práticas de consumo das mulheres negras. Considerando o roteiro utilizado para nortear as conversas, as temáticas sobre o enegrecimento, feminismo e práticas de consumo foram abordadas com esse fim.

Como já foi dito, os processos de enegrecimento são peculiares e, de modo geral, não lineares e impactam nas práticas de consumo por significarem também, uma maior apropriação de si. Sendo assim, não necessariamente essas práticas de consumo terão uma ligação direta evidenciando a negritude, mas a negritude de cada uma delas embasa esse consumo. A influência externa faz menos sentido para elas quando estão mais apropriadas. A tomada de consciência está acima da identidade negra ou do ser mulher (fortalecido pelo feminismo), ela denota uma consciência de si.

O segundo objetivo específico foi apreender na fala das mulheres negras a influência da publicidade no processo de embranquecimento e/ou no reconhecimento da negritude. Ficou bastante evidente pelos resgates das vivências das protagonistas o quanto o embranquecimento, mais fortemente com foco no alisamento dos cabelos, foi impulsionado pela publicidade e mídias em geral.

As lembranças recorrentes da participação de pessoas negras nas publicidades são para os cosméticos capilares. Todas elas tiveram seus cabelos alisados pelas mais diversas motivações, seja para ser aceita, seja para ser igual, seja para sentir-se bonita. Em todas elas, o ideal de beleza branco era o padrão a ser atingido. Característica cruel do embranquecimento que para atingir um ideal inatingível (uma pessoa negra nunca será uma pessoa branca), impõe a negação e o rechaço das características negras.

Embora a pesquisa não tivesse restringido as publicidades aos cosméticos, elas foram trazidas de forma uníssona pelas protagonistas. Assim como as publicidades atuais, que eram utilizadas como um contraponto com as de décadas atrás (80, 90...). Embora houvesse o reconhecimento não só de um maior número de publicidades com a participação de pessoas negras e o aumento da oferta de produtos específicos para a população negra, ambos eram relacionados aos cosméticos e, principalmente, produtos para os cabelos.

Perceber as confluências ou oposições entre as ações de autorreconhecimento da negritude pelas mulheres negras, foi o terceiro objetivo específico e faz a relação entre o enegrecimento e o estar no mundo. A forma com a qual esse autorreconhecimento se relaciona com as questões do cotidiano, ultrapassa as das práticas de consumo, sendo, talvez, o item que tenha ficado menos evidente ao longo da construção desse texto. Embora, ele perpassasse todas as narrativas aqui contidas.

A começar por mim, a pesquisadora, cujo desejo de realizar um projeto pensado 10 anos antes, só veio a se concretizar quando da tomada de consciência sobre a minha própria negritude. Para mim, que **sou negra** antes mesmo de ter essa noção de raça, o enegrecimento é um processo de estar no mundo de forma mais combativa, tem relação com uma atuação política que resulta nesta produção (inicial).

Para as demais mulheres, as protagonistas, as confluências e oposições ficam evidentes nos discursos que às vezes resvalam na reprodução do racismo, nos cansaços dos enfrentamentos diários. No questionamento quanto à justiça, que não se apresenta para todas/os; nas dores que transbordam em lágrimas quando as memórias são acessadas; na dificuldade em reconhecer e/ou nomear as próprias vivências racistas.

A grande conversa contida neste texto e que busca alinhar as vivências das protagonistas tentando entender, dentro de cada percurso, aquilo que os une e o que os torna únicos, não pretende sanar todas as questões que possam ter sido suscitadas. O diálogo com essas mulheres não foi esgotado, podemos retomá-lo num outro momento, adensando as discussões sobre os mesmos temas ou incluindo outros. A temática da religião, por exemplo, surgiu de forma breve, mas é algo que perpassa as vivências e impacta não só a sociedade como as relações e o estar no mundo. Seria um estudo interessante a relação entre enegrecimento e religião/religiosidade.

Outra possibilidade de estudo, que precisa ser melhor desenvolvido, relaciona enegrecimento e o papel dos coletivos/grupos, com foco nas redes sociais, ou seja, grupos virtuais. A partir da realização desse estudo, nas buscas bibliográficas e nos

diálogos com as protagonistas, esse novo objeto começou a aparecer como uma pesquisa a ser realizada posteriormente.

Mais que atingir os objetivos estabelecidos, responder uma pergunta ou propor novos estudos, a presente pesquisa, é válido reforçar, se coloca como ferramenta de suporte, visando contribuir com pessoas negras, auxiliando processos de enegrecimento, autorreconhecimento e tomada de consciência, através das vivências compartilhadas pelas narrativas aqui contidas.

Dentro do movimento feminista negro circulam alguns ditos, máximas que reverberam para além dos momentos compartilhados e que pressupõem mudanças de vidas. Assim, eu, a pesquisadora, fui orientada por saberes instituídos (que se expandem no meu fazer) e considero que “nossos passos vêm de longe” numa exaltação à ancestralidade, e por isso a agradeço. Peço licença para realizar um trabalho fundamentado no “nada sobre nós, sem nós” onde mulheres negras contam suas próprias histórias e cujo “alinhavo” é feito também por uma mulher negra. Por fim, estendo as minhas mãos em direção a outras mãos que se direcionam a mim, para chegar a algumas, eu olho para cima, para me firmar em outras, eu olho pra baixo, o que não me permite esquecer, que “uma sobe e puxa a outra”.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Jonas Silva. A Crise das Identidades Na América Latina. **Revista Ambivalências** • ISSN 2318-3888 • V1 • N.2 • p. 178 – 202 • Jul-Dez/2013. Acesso em: 29 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132000000100004>.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar. 2004
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479, jan. 1995. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466/15036>>. Acesso em: 17 fev. 2016
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** São Paulo, Editora Letramento, 2018.
- BIANCHI, Alvaro. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*, São Paulo, 92: 79-104, 2014.
- BLACKBURN, Robin. **A Construção Do Escravidão No Novo Mundo**. 2003
- BONETTI, Alinne de Lima & ABREU, Maria Aparecida A. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí. Unijuí, 1999.
- CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Transferência de tecnologia para o Brasil por escravos africanos. 2009. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/14> Acesso em: 10 de Julho de 2017.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Trad.: Maurício Santana Dias. 8. Ed. 1a. reimp. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.
- CARDOSO, Adalberto. **A Construção da sociedade do trabalho. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro, Editora FGV/Faperj, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: ashoka empreendimentos sociais; Takano cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: **Takano Editora**, 2003. p.49-58. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000076&pid=S0104-026X200600030001200003&lng=en Acesso em: 01 mar.2016
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume II. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1999.

CERQUEIRA, Daniel & LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G.; LIMA, Adriana dos Santos. **Atlas da violência**. Brasília. Ed. Ipea. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **BRASIL mito fundador e sociedade autoritária**, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, Ana Alice Alcantara. As donas do poder: mulher e política na Bahia. Salvador: **NEIM/UFBA-** Assembléia Legislativa da Bahia, 1998, 248 p. (Coleção Bahianas 02)

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, nº1, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em: 29 Abr. 2016

DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. O Lugar das mulheres nas políticas de Assistência Social: um estudo sobre a experiência do programa de erradicação do trabalho infantil em Pernambuco, 2004, 274 f. (Tese de Doutorado)

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: **Circuito Fechado**. São Paulo, Globo, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1987. P.64-165

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ªed. São Paulo. Editora Atlas. 2008.

GOMES, Claudia F. A. Identidade negra e o consumo de cosméticos afro. Claudia F. A. GOMES Recife, 2017, 176 f. (Dissertação)

GOMES, Claudia F.A; DUQUE-ARRAZOLA Laura S. Consumo e identidade: o cabelo afro como símbolo de resistência, ABPN nov. 2018 – 2019 v. 11 n. 27 (2019). Disponível em:
<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/30>.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. Versão com algumas modificações, da comunicação “The Black Woman’s Place in the Brazilian Society”, apresentada na “1985 and Beyond: A National Conference”, promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University (Baltimore, 9-12/agosto/1984).

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ed. Ática, 1978. 5ªed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Trad. Dario Canali. 14ªedição. Porto Alegre, L&PM, 1996.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos feminismos: Introdução a abordagem de gênero. In **Marcadas a Ferro**. Márcia Castillo-Martín - Suely de Oliveira (org.). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260p.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3ª edição. Petropolis, Ed. Vozes, 1992.

HASENBALG, Carlos. O estudo das relações raciais nos Estados Unidos. In. **Lugar de Negro**. Org. Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2000.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro, Revan, 2010.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. *Perspectivas*, São Paulo, 22: 11-29, 1999.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Ipea [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA & FBSB. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

LAZZARINI, Marilena. O papel do movimento de consumidores frente aos desafios do consumo. In.: **Desafios do Consumo**. Org. Ricardo Mendes Antas Jr. Petrópolis-RJ. Ed. Vozes, 2007.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **Ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente**. Bookess, 2014.

MARTINS, Carlos Augusto de Miranda e. O mercado consumidor brasileiro e o negro na publicidade. **GVEXECUTIVO**, vol. 14, nº 1, Jan/Jun 2015.

_____. **Racismo anunciado: O negro e a publicidade no Brasil (1985-2005)** / Carlos Augusto de Miranda e Martins. – São Paulo. C.A.M. Martins, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 33ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **RAE**, Jan/Mar 2007.

MONTAÑO, Carlos & DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1ªed. São Paulo, Cortez, 2010. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. Estado, Governo e Administração pública. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 20 de Dezembro de 2017.

MOTTA, Fernando C. Prestes. As formas organizacionais do estado. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 28,n. 4, p. 15-31, Dec. 1988. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901988000400003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Dec. 2017.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 3 ed. São Paulo, Editora Ática, 1992
_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, Identidade, Etnicidades e Cidadania. Relações Raciais e Direitos Humanos, 2012. Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NARVAZ, Martha Giurdice & KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicol. estud.* [online]. 2006, vol.11, n.3, pp.647-654. ISSN 1413-7372.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

NETO, Marcolino Gomes de Oliveira. Entre o grotesco e o risível: o lugar da mulher negra na história em quadrinhos no Brasil. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p.65-85, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200065&lng=en&nrm=iso>

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A saúde psíquica da população negra. 2013. <https://www.dropbox.com/s/g5ceass7hu9pr2y/Texto%20Dra.%20Isildinha%20Nogueira-2.pdf?dl=0> Disponível em: <http://afroteca.blogspot.com.br/2013/12/a-saude-psiquica-da-populacao-negra.html>. Acesso em: 17 fev.16

OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África V: África dos séculos XVI ao XVII**. Brasília UNESCO, 2010.

OLIVEIRA e SILVA, Jovânia Marques de; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2008 Rev Bras Enferm, Brasília 2008 mar-abr; 61(2): 254-7.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OXFAM. **País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras 2018**. Brasil, Oxfam, 2018.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

PASSOS, Mariana & GRACÍA, Tiago. A Marcha das Vadias como redes de movimentos e significados. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, 18, 36, 153-168. 2015. Disponível em [Dol:http://dx.doi.org/10.18359/dere.939](http://dx.doi.org/10.18359/dere.939) Acesso em 01 abr 16.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva in: **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Org. Mary Jane P. Spink. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RIBEIRO, Matilde. Feminismo novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327560> Acesso em: 26 mar 16.
_____. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2008000300017 Acesso em: 17 fev 16

ROSA, Guilherme Carvalho da. A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a2/GT3-_26_-_Identidade_conceito_celacom.pdf Acesso em: 26 de Junho de 2017.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. Rio de Janeiro, **Mana**. v. 6, n. 1, p.87-119, Abril, 2000.

SILVA, Hédio Silva Jr. & BENTO, Maria Aparecida Silva. Campanha em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa. São Paulo, CEERT, INTECAB, SESC-SP, 2004. Disponível em: http://www.apadep.org.br/media/cartilha_intolerancia_religiosa.pdf Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Formação da identidade e formação no Limoeiro. **Caderno de Pesquisa**, (63) Nov, 1987.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso. Da escravidão à lava jato**. Ed. Leya, 2017.

_____. **Ralé brasileira : quem é e como vive**. Jessé Souza [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1983.

SPINK, Mary Jane P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Org. Mary Jane P. Spink. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-046-5.

TASCHNER, Gisela “Raízes da cultura do consumo. **Revista USP 32** , dez. 1996 - jan.fev. 1997, 2643.

TOPA, Joana; NOGUEIRA, Conceição & NEVES, Sofia. Feminismos e estudos imigratórios: contribuições da teoria da interseccionalidade no domínio da saúde materna. In **Romper as fronteiras. A interseccionalidade nas questões de gênero e feministas**. Magalhães e Alvarez (org.) Portugal: APEM (Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres). 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília, UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaViolencia_IV.pdf

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Estabelecer o vínculo

1. Informações pessoais (dados determinantes): nome para a pesquisa, raça/cor, idade, bairro/cidade onde mora, escolaridade, manutenção financeira;
2. Conversar sobre a família, infância e adolescência (trazer as práticas de consumo enquanto distinção social e racial);
3. Falar sobre como está hoje;
4. Falar sobre situações de racismo, se aconteceu com ela, com pessoas próximas, quais os sentimentos envolvidos (alguma situação envolvendo práticas de consumo?);
5. Introduzir a questão da publicidade, questionar sobre a recordação de publicidades com pessoas negras e as percepções sobre as mesmas, inclusive as ausências;
6. Resgatar na trajetória, situações de embranquecimento vivenciadas de forma passiva ou ativa (relacionar publicidade e práticas de consumo);
7. Falar sobre o entendimento de “Enegrecimento” e como ocorre/ocorreu o processo (relacionar publicidade e práticas de consumo);
8. Falar sobre práticas de consumo e publicidade;
9. Falar sobre o feminismo, qual a aproximação, se contribuiu pra identidade negra;
10. Por que participar da pesquisa?

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. para participar da pesquisa **PUBLICIDADE E CONSUMO: ESTUDO SOBRE CULTURA EMBRANQUECEDORA E O ENEGRECIMENTO EM RESISTÊNCIA** sob a responsabilidade da pesquisadora GIOCONDA DE SOUSA SILVA LIMA, a qual pretende analisar o consumo e o cotidiano perpassados pelo viés de raça e refletir sobre os aspectos dessa relação para as pessoas de raça negra. Considerando a inserção em uma cultura orientada pelo capital e sob forte influência do mercado, que usa o poder da mídia para manter a ordem social (branca, burguesa e patriarcal) vigente. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com a utilização de recurso de gravação de áudio a ser transcrita na íntegra quando no momento da análise dos dados coletados.

A participação na entrevista não incide em riscos de quaisquer espécies para a respondente. Se você aceitar, favorecerá a elaboração de um instrumento que visa a promoção de autoafirmação para a luta do enfrentamento ao racismo, com vistas à contribuição para um novo processo de educação e socialização.

Mesmo depois de consentir em sua participação a Sra., caso desista de participar, tem o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da entrevista, seja antes ou depois da coleta dos dados. Independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, sendo mantido o sigilo e a preservação de sua identidade. Para quaisquer outras informações ou esclarecimentos, a sra. poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP: 52171-090 pelo telefone (81) 3XXX6542 / (81) 996117XXX.

Consentimento pós-informação.

Eu _____ fui informada sobre o que a pesquisadora quer estudar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que

não serei remunerada por minhas contribuições e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura da participante

Data ____/____/____

Assinatura da pesquisadora